

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 350, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 344/2021**

**OF 643/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.004, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Apuiarés, Estado do Ceará.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 162, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista, no município de Olho D'Água das Flores - AL;
- 2 - Portaria nº 778, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Nova Glória (ACNG), no município de Nova Glória - GO;
- 3 - Portaria nº 1.004, de 10 de maio de 2016 - Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, no município de Apuiarés - CE;
- 4 - Portaria nº 586, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul, no município de Caxias do Sul - RS;
- 5 - Portaria nº 1.873, de 7 de junho de 2017 - Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA, no município de Salto do Lontra - PR;
- 6 - Portaria nº 2.206, de 7 de junho de 2017 - ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas, no município de São Miguel do Guaporé - RO;
- 7 - Portaria nº 2.738, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM, no município de Belo Horizonte - MG;
- 8 - Portaria nº 5.589, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, no município de Manhumirim - MG;
- 9 - Portaria nº 6.625, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, no município de Itaberaba - BA;
- 10 - Portaria nº 6.627, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha, no município de Ariranha - SP;
- 11 - Portaria nº 6.635, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana, no município de São Francisco de Itabapoana - RJ;
- 12 - Portaria nº 7.223, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária do Carmo, no município de Ituverava - SP;
- 13 - Portaria nº 4.092, de 21 de agosto de 2019 - Associação Cultural e Artística de Tapira, no município de Tapira - PR;
- 14 - Portaria nº 4.291, de 30 de agosto de 2019 - Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros, no município de Natal - RN;
- 15 - Portaria nº 4.293, de 30 de agosto de 2019 - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, no município de Guarabira - PB;



16 - Portaria nº 4.310, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, no município de São Francisco de Sales - MG;

17 - Portaria nº 4.705, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Preservação Ambiental Entre Rios, no município de Ipameri - GO;

18 - Portaria nº 4.716, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, no município de Monte Carmelo - MG;

19 - Portaria nº 4.722, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, no município de Diamante D'Oeste - PR;

20 - Portaria nº 4.723, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Unidos Para Sempre, no município de Conceição do Araguaia - PA;

21 - Portaria nº 4.744, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, no município de Altamira - PA;

22 - Portaria nº 4.748, de 17 de setembro de 2019 - Associação Para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape, no município de Mamanguape - PB;

23 - Portaria nº 4.753, de 17 de setembro de 2019 - Associação Educativa e Cultural de Itabira MG, no município de Itabira - MG;

24 - Portaria nº 4.754, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, no município de Resende Costa - MG;

25 - Portaria nº 4.755, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, no município de Varjão de Minas - MG;

26 - Portaria nº 4.758, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC, no município de Bela Cruz - CE;

27 - Portaria nº 4.759, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, no município de Passos - MG;

28 - Portaria nº 4.863, de 19 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de Itaituba - ARCI, no município de Itaituba - PA;

29 - Portaria nº 4.867, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão, no município de Baependi - MG; e

30 - Portaria nº 4.870, de 19 de setembro de 2019 - Organização Para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca, no município de Umarizal – RN.

Brasília, 16 de julho de 2021.

Brasília, 23 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.029227/2012-45, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, inscrita no CNPJ nº 11.822.514/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 01 de Julho de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Apuiarés, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2844/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1004, de 10 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 1004/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029227/2012-45 e nº 53650.002113/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRE FIGUEIREDO**

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/05/2016, às 19:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019105** e o código CRC **252CF5D9**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 643/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 162, 778 e 1.004, 2016; 586, 1.873, 2.206 e 2.738, de 2017; 5.589, 6.625, 6.627, 6.635 e 7.223, de 2018; 4.092, 4.291, 4.293, 4.310, 4.705, 4.716, 4.722, 4.723, 4.744, 4.748, 4.753, 4.754, 4.755, 4.758, 4.759, 4.863, 4.867 e 4.870, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.057028/2013-16

SEI nº 2731319

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40723/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.029227/2012-45.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/10/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4772592** e o código CRC **57E99DFA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo nº: 53000.029227/2012-45

(Processo de Outorga nº 53650.002113/98)

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**, na localidade de **APUIARÊS / CE**, tem validade até 01/07/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de junho de 2012.

  
**BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS**  
Agente Administrativo

REN

53680 002338198

Y= 01 42  
das Comunicações  
04.02  
Ribeiro  
09.8

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
CNPJ: 11.822.541/0001-11

Ao Ilmo Sr.  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
OCTAVIO PENHA PIERANTI  
Ministério das Comunicações  
Brasília/DF

selec

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 029227/2012-45

**ASSUNTO:** Renovação de Outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Apuiarés/CE.

SEI 53000.009805/2012-45  
19/05/2012-14:39

REF: Processo nº 53000.009805/2012. <sup>ALGAPÓS</sup>

Apuiarés/CE, 25 de maio 2012.

A **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de APUIARÉS/CE, vem mui respeitosamente apresentar a documentação necessária a **Renovação** de Outorga para o período de 2012 -2022, em conformidade com a Portaria nº 462 de 14/12/11, publicada no DOU de 18/10/11 que aprovou a Norma 01/2011 e em atendimento ao ofício acima referenciado.

Nestes Termos.

Pede deferimento.

*Iara Luci Fonseca Mota*  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
CNPJ: 11.822.541/0001-11



**Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,**

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.822.541/0001-11 com sede na cidade de **Apuiarés**, Estado do Ceará, CEP: 62.630-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 746, datada de 12/12/2000 e Decreto Legislativo nº 180/2002 publicado no Diário Oficial da União datado de 01/07/2002, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Apuiarés/CE, 23 de maio de 2012.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
CNPJ: 11.822.541/0001-11



Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**

**Endereço para correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, na cidade de Apuiarés, Estado do Ceará, CEP 62.630-000.**

**Telefone para contato: 085 – 3356.1077/ 9148. 4965**

**Correio eletrônico (e-mail): [fmapuiaries@yahoo.com.br](mailto:fmapuiaries@yahoo.com.br) , [iaraluci123@gmail.com](mailto:iaraluci123@gmail.com)**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
CNPJ: 11.822.541/0001-11



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA  
Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:  7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;  7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;  7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da ANATEL, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
CNPJ: 11.822.541/0001-11



**DECLARAÇÃO**

DECLARO que, a Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, FM Comunitária (98,7 MHz) encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Apuiarés/CE, 23 de maio de 2012.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA

Sistemas  
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS  
PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
**CNPJ:** 11.822.541/0001-11

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:14:32 do dia 18/06/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/07/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>11.822.541/0001-11</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>02/02/1988</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CORAÇÃO ABVC</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R MANOEL SOARES GOMES IMARAES</b>		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP <b>62.630-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>APARECIDA</b>	UF <b>CE</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **24/05/2012** às **10:55:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)





— 2.º OFÍCIO —

**CARTÓRIO FILGUEIRA MENDES**

**FERNANDO FILGUEIRA MENDES**

**TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**

C E R T I F I C A , POR SOLICITAÇÃO verbal de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório os livros de Registro de Títulos, Documentos e outros papéis, verificou constar protocolado no Protocolo Geral nº 01, sob o nº de ordem 0002, e registrado no LIVRO A6, digo, LIVRO A-1 , DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS , dele às fls. 01/05, sob o nº de ordem 001, em data de 25 de janeiro de 1988 , o registro do Estatuto da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURÚ-ABVC , com sede no município de Apuiaries e sede digo, e foro jurídico no município de Pentecoste, Estado do Ceará, mediante o qual adquiriu personalidade jurídica, depois de satisfeitas as formalidades legais. Apuiarés-Ce., 25 de janeiro de 1988. Eu, [assinatura] escrevente compromissado (a), datilografei a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

**EM TESTEMUNHO DA VERDADE**

**TABELÃO E OFICIAL DO REGISTRO.**





**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU- ABVU**

**Capítulo I - Fundação e fins:**

- Artigo 1º** - A Associação Beneficente do Vale do Curu, identificada pela sigla ABVU, é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de agosto de 1987, com sede no município de Apuiarés, Estado de Ceará e foro jurídico no município de Pentecoste-CE.
- Artigo 2º** - A ABVU é constituída a partir da data de publicação de seus estatutos em Diário Oficial do Estado, tem duração ilimitada.
- Artigo 3º** - Não haverá distinção de credo e nem discriminação de raça.
- Artigo 4º** - A ABVU tem por finalidade:

- a) Promover atividades sociais, culturais e recreativas e esportivas que visem o bem estar da comunidade.
- b) Prestar assistência médica, educativa e social aos seus associados, podendo para tanto, firmar convênios ou contratos com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e quando permitida pelas leis nacionais.
- c) Assistir e incrementar atividades comunitárias, no campo da Agropecuária, Saúde, Higiene e Nutrição.
- d) Desenvolver o espírito associativo das famílias na execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida.
- e) Inter pela preservação do meio ambiente.
- f) Desenvolver e incrementar atividades artesanais.

**Capítulo II - Dos poderes e da Administração:**

- Artigo 5º** - São Poderes da entidade: a) Assembleia Geral; b) Conselho Fiscal; c) Diretoria.
- § Único** - Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal não serão remunerados, não podendo ainda seus titulares receber a qualquer título, vantagens pecuniárias.

**TÍTULO I - Da Assembleia Geral**

- Artigo 6º** - A Assembleia Geral, órgão supremo da entidade, é constituída dos sócios fundadores e contribuintes em pleno gozo de seus direitos, convocada na forma destes estatutos, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da associação podendo ser: a) ORDINÁRIA-Realizada anualmente na data de

W. das Comunicações  
F. 10  
M. 10  
C. 10

Paraíba  
RTD/RPJ  
3356/196  
MAI 2012  
Certifico que a presente cópia confere com o original respectivo Dou fé. Apuiarés CE  
Simone Santos Souza Esc. Aut. 104.500  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



sua fundação para apreciação e apresentação de relatórios, prestação de contas da Diretoria; b) **EXTRAORDINÁRIA**- Quando se fizer necessário para deliberar sobre assunto de interesse da associação.

§ Único - A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou a requerimento escrito e assinado por 1/3 ( Um terço) dos sócios em pleno gozo de seus direitos.

Artigo 7º - Compete a Assembleia Geral: a) Anualmente examinar os relatórios e prestação de contas da Diretoria; b) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; c) Aprovar e reformular os estatutos da Associação; d) Fixar a taxa de contribuição dos sócios; f) Substituir parcialmente membros da Diretoria por motivos de ausência ou incompetência.

§ Único - Quando se tratar de reforma de estatuto a Assembleia Geral deverá ser convocada especialmente para este fim e por deliberação de dois terços de seus membros em pleno gozo de seus direitos.

Artigo 8º - A Assembleia Geral só poderá deliberar validamente sobre assunto constante no edital de convocação.

Artigo 9º - A Assembleia Geral será convocada através de edital constante na pauta, dia, hora e local realização.

§ Único - O edital de convocação deverá ser fixado em local de fácil acesso dos sócios, no mínimo 7 ( sete) dias antes da Assembleia Geral.

Artigo 10º - A Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação com a maioria absoluta dos sócios, em segunda convocação 1 ( Uma) hora depois, com qualquer número de sócios, exceto no que trata o Arts. 7º em seu parágrafo único.

## TÍTULO II - DA DIRETORIA:

Artigo 11º - A Diretoria será eleita para um período de 02 ( Dois) anos em Assembleia Geral convocada para este fim, conforme artigo 9º deste estatuto.

Artigo 12º - A Diretoria será constituída de : a) 01 Presidente , 01 Vice-Presidente, 02 Secretários e 02 Tesoureiros.

§ Único - Serão órgãos auxiliares da Diretoria, departamentos por ela criados tantas quantas forem necessárias para o desenvolvimento das atividades a que se propõe a associação.

VALIDO SOMENTE COM  
SELLO DE AUTENTICIDADE  
PROVIMENTO  
11. C



confere com o original respectivo  
Dou. Te. Apuiarés CE

10 MAI 2012

João Gomes da Silva Filho Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada



**Artigo 139** - Só poderão exercer cargos da Diretoria sócios em pleno gozo de seus direitos.

**Artigo 140** - Compete a Diretoria : a) Administrar a Associação; b) Interferir na apreciação do Conselho Fiscal e posteriormente a Assembleia Geral as relatórias das atividades anuais, prestação de contas e propostas orçamentárias; c) Elaborar normas gerais de funcionamento da Associação e regimento interno; d) Julgar propostas de admissão de sócios; e) Aplicar penalidades aos sócios faltosos; f) Convocar Assembleia Geral; g) Planejar e avaliar as atividades da Associação; h) Responsabilizar-se pelo patrimônio da Associação, guarda e aplicação de seus bens e aquisição de material para funcionamento das atividades da entidade; i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**§ Único** - A Diretoria reuni-se-a mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário para deliberar sobre assuntos de interesse da associação.

**Artigo 150** - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, Assembleia Geral com direito a voto de qualidade; b) Orientar e supervisionar todas as atividades da Associação; c) Representar a associação ativa e passivamente em juízo e em suas relações com terceiros, especialmente a órgãos da União, de Estado, do Município, organizações internacionais de assistência social; d) Assinar juntamente com o tesoureiro, autorização de pagamentos, cheques e demais documentos que envolvam responsabilidades financeiras para associação; e) Assinar toda e qualquer correspondência; f) Decidir e tomar providências de caráter urgente e imprevisto na impossibilidade de reunir a Diretoria; g) Passar o cargo ao Vice-Presidente sempre que tiver de ausentar-se.

**Artigo 160** - Compete ao Vice-Presidente: a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências; b) Colaborar com o Presidente sempre que tiver acúmulo de serviço.

**Artigo 170** - Compete ao 1º Secretário: a) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e lavrar as respectivas atas; b) Ler o expediente; c) Organizar e manter em dia os trabalhos que se relacionam com a secretaria, bem como a correspondência e arquivo; substituir o Presidente na falta do Vice-Presidente.





- TÍTULO III - Do Conselho Fiscal

- Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer cargos de Diretoria ou Chefias de Departamentos.

218 - A ABWE tem 4(Quatro) categorias de sócios: a) Sócios fundadores; b) Sócios contribuintes; c) Sócios beneméritos; d) Sócios honorários.

**Parágrafo 2- São consideradas sócias contribuintes as que se associam após a fundação.**

**Parágrafo 3-** São consideradas ações benéficas aquelas que se tornem mercederes dessa distinção pelas relevantes serviços prestados à nação ou que tenham feito o mesmo detrativo do real valor.

**Parágrafo 4º - São considerados sócios honorários aqueles a pessoas que possam e queiram colaborar com a associação.**

**Parágrafo 5-** A categoria de ações a que se refere o parágrafo 2





deste artigo, contribuirá mensalmente com uma quantia estipulada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 6** - as sócias não responderão solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.

**Artigo 22** - São direitos dos sócios, fundadores e contribuintes: a) Constituir as Assembleias Gerais e nelas ter direito a palavra; b) Votar e ser votado nas formas deste estatuto; c) Fazer ao Presidente da Associação por escrito, propostas e sugestões de interesse social; d) Utilizar os serviços existentes ou que vierem a ser criados pela associação diretamente ou através de convênios; e) Frear admissão dos sócios em qualquer categoria; f) Requerer a convocação de Assembleia Extraordinária.

**Parágrafo 1-A** Convocação da Assembleia Geral pelo associado, deverá constar a matéria a ser tratada e contar com a assinatura de 1/3 (Um terço) dos associados.

**Parágrafo 2** - Só poderá usufruir dos direitos os associados em dia com suas mensalidades.

**Artigo 23** - São deveres dos sócios fundadores e contribuintes: a) Votar nas eleições para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; b) Pagar em dia suas mensalidades; c) Salvar pelos interesses empreendimentos e patrimônios da entidade; d) Contribuir para que a Associação execute suas programações colaborando e participando das atividades promovidas pela Diretoria e seus departamentos; e) Suportar pronunciamentos que incutem a austeridade religiosa em presença social; f) Cumprir e fazer cumprir os estatutos; g) Comparecer as Assembleias Gerais com ampla liberdade de manifestar sua opinião cumprindo os preceitos de recíproca consideração pessoal; h) Apresentar carteira de sócio sempre que for solicitado; i) Ignorar a associação de qualquer prejuízo que venha a causar.

**Artigo 24** - São critérios para admissão dos sócios: a) Ser morador do município de Apucarana; b) Ter idade mínima de 18 anos; c) Apresentar no ato de inscrição documentos de identificação; d) Pagar a taxa de mensalidade estipulada pela Assembleia Geral.

**Artigo 25** - A demissão de associação dar-se-á: a) Por vontade própria; b) Por atraso nas mensalidades, por mais de





3 (três) meses com uma justificativa plausível; e)  
per práticas de atos que atentem contra os interesses  
da entidade, seus associados ou desabonadores de sua  
conduta.

#### Capítulo IV - Das Eleições

- Artigo 26º -** As eleições para diretoria dar-se-ão no período de 02  
meses em 02 anos, em Assembleia Geral Extraordinária,  
convocada para este fim, de conformidade com o artigo  
9º deste estatuto.
- Artigo 27º -** Os candidatos a Diretoria da associação deverão oficial-  
izar a composição da chapa ao atual presidente da associação  
até quinze dias antes da eleição, qual dará ciência  
aos demais sócios através de edital.
- § Único -** Terá direito de votar e ser votado o associado que até  
15(Quinze) dias antes da eleição esteja em dia com suas  
mensalidades.

- Artigo 28º -** Será permitida a reeleição de membros da Diretoria.

#### Capítulo V - Do Patrimônio

- Artigo 29º -** O patrimônio da ABWC será constituído por bens móveis ou  
imóveis, que forem doados pelos poderes públicos, entida-  
des privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda  
adquiridos com seus próprios recursos.
- Artigo 30º -** A receita da ABWC será constituída, pela mensalidades dos  
sócios, subvenções ou qualquer auxílio público ou parti-  
culares, bem como renda de premissas ou campanhas feitas  
em favor da associação.

#### Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Transitórias

- Artigo 31º -** A ABWC só poderá ser dissolvida judicialmente ou por me-  
tade de dificuldades consideradas insuperáveis por requ-  
rimento de 2/3 da totalidade de seus sócios.
- Artigo 32º -** No caso de dissolução da ABWC, os bens que integram seu  
patrimônio serão incorporados a qualquer entidade de  
cunho cangari e que se dissolheu, no município de  
Apuiarés-CE.
- Artigo 33º -** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela  
Diretoria da ABWC e parecer do Conselho Fiscal.
- Artigo 34º -** O presente estatuto entrará em vigor na data de sua  
aprovação em Assembleia Geral.

Certifico que a presente  
confero com o original respectivo  
Dou fé. Apuiarés-CE

**Presidente**

6666

**Antilde Barbosa Góis - Secretária**

CARTÓRIO FIDELIAS MENDES

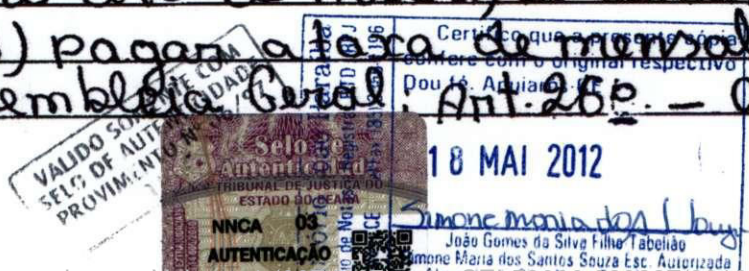
MAI 2012

Simone Maria dos Santos  
Gomes da Silva Filho Tabelião  
S. Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
E. da Silva Nobre Esc. Autorizada  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICACAO



**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA REFORMULAR O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DO VALE DO CURU-ABVC.**

Os vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e três (1993) às 16.00 horas, a Rua Manoel Soares Guimarães s/nº (Creche Comunitária Maria Jordânia) na cidade de Apuiarés/GO reuniram-se extraordinariamente Os sócios da associação Beneficiente do Vale do Curu A.B.V.C., sob a presidência da Sra. Francisca Zinlanda Bernardino Gois. Para reformular os Estatutos da Associação. Iniciada a sessão a Sra. Presidente convidou a Sra. Elzin de Jesus Lima Peixoto para Secretariar a mesma, o que foi aceito. A Sra. Presidente mandou então que se fizesse a leitura do Edital de convocação, o qual fora afixado em locais públicos. A seguir a Sra. Presidente apresentou proposta de reformulação do Estatuto, elaborado pela Diretoria da Associação. Passa a ter nova redação os artigos a seguir: Art. 5º... Parágrafo único - As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens; Art. 11º - a Diretoria será eleita para um período de 03 (três) anos, em assembleia Geral convocada para este fim, Conforme artigo 9º. deste estatuto; Art. 24º - São critérios para admissão dos sócios. a) ser morador do município de Apuiarés; b) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos. c) apresentar no ato de inscrição documentos de identificação; d) pagar a taxa de mensalidade estipulada pela Assembleia Geral. Art. 26º - As eleições para





Renovação da Diretoria dar-se-á no período de 03 (três) em 03 (três) anos, na Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, de conformidade com artigo 90.º deste estatuto; Art. 28º. Será vedada mais de uma reeleição consecutiva, dos membros da Diretoria; art. 31º A associação Beneficente do Vale do Curu A.B.V.C. será dissolvida por decisão da assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades; Art. 32º no caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênua com personalidade jurídica que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. Fica inalterado os demais artigos do Estatuto da associação Beneficente do Vale do Curu. Feito isto foi iniciada a votação, a qual ocorreu pelo sistema de escrutínio secreto, sendo o seguinte o resultado: 143 (cento e quarenta e três) votos a favor, 09 (nove) voto nulo e 01 (um) voto em branco, perfazendo o total de 153 (cento e cinquenta e três) votos, atingindo portanto o quorum deliberativo de dois terços dos presentes em pleno gozo dos seus direitos. Após a divulgação dos resultados, a Sra. Presidente declarou aprovado a Reformulação do Estatuto da Associação Beneficente Vale do Curu - A.B.V.C. E por não haver nada mais a ser tratado, a Sra. Presidente mandou que eu, Elzair de Jesus Lima Peiroto, que Secretariei esta Assembleia, lavasse a presente ata, a qual depois de lida, discutida e aprovada vai assinada por

VALIDA GOMENICOM  
SELLO DE AUTENTICIDAD  
PROVIM: NIT 96/97

Autenticado  
058M  
AUTENTICACAO  
058M

Certifico que a presente cópia  
conferida com o original respectivo  
Dou fé. Apuiarés - E

18 MAI 2012

Simone Maria da Silva  
João Gomes da Silva Filho Tabelião  
e Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado



quem de direito, Apuiarés 21 de novembro 1993  
Edzinde Jesus Lima Peixoto.

dos Comu.  
R. 18  
Ribeiro  
388

Glensy Pinto de mesquita

Maria Zenilda Simões de Freitas

Antônio Cornelio F. Souza

Marilene Barbosa de Jesus

João José da Silva Falcão Moreira

Francisca Maria de Barros e  
Vera Lucia de L. Guimarães

CARTÓRIO FILGUEIRAS MENDES

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi  
apresentado e autenticado no  
Protocolo 0019 e  
registrado em 18/20 de 1993  
em data de 22/11/93  
Registro CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Apuiarés

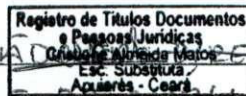
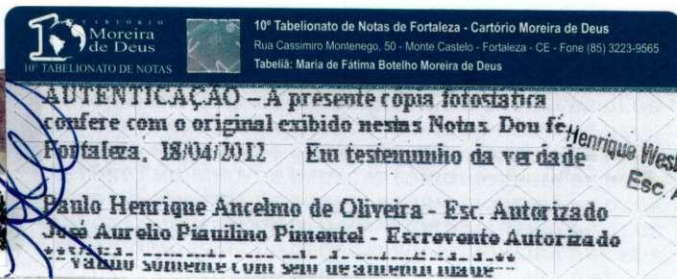
18/20 de 1993  
0005 de  
22/11/93  
Registro



ASSEMBLEIA GERAL PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO  
BALANÇO PATRIMONIAL DA ABVC, EXERCÍCIO DE 1993

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano  
de mil, novecentos e noventa e quatro (1994)  
às 15:00 horas, na Creche Comunitária Maria Jo-  
dânia, à Rua Manoel Soares Guimarães, s/nº-  
Apuiarés-CE, reuniram-se os sócios da Associa-  
ção Beneficente do Vole do Curu-ABVC, sob a Pre-  
sidência da Sra. Francisca Zilda de Bernardi  
Góis, para proceder a análise e parecer final  
sobre os custos da Associação, exercício de mil





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU-ABVC.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois e doze, às 10:00 horas, na Fazenda Grande - Apurais / CE, reuniram-se os sócios da Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC. A Senhora Jara Luci Fonseca Mota, presidiu a Assembleia Geral e convocou a Senhora Maria Augusta Freitas Diniz para secretariar a reunião, a qual fez a leitura do Edital de Convocação para eleição o qual já havia sido afixado em locais públicos. Em seguida houve a apresentação dos candidatos para formação da nova Diretoria da ABVC, bem como do Conselho Fiscal. Feito isto foi iniciada a votação que ocorreu sob forma de aclamação, sendo eleito os seguintes membros:

**PRESIDENTE JARA LUCI FONSECA MOTA** CPF Nº 454.738.623-49;  
**VICE PRESIDENTE FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS** CPF Nº 841.767.253-20; **PRIMEIRO SECRETÁRIO MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ** CPF Nº 260.392.223-87; **SEGUNDO SECRETÁRIO SANDRA MARIN ALVES FERREIRA** CPF Nº 256.618.598-05; **PRIMEIRO TESOUREIRO LUIZ JOSE BARBOSA GOIS** CPF Nº 022.699.533-04; **SEGUNDO TESOUREIRO ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA** CPF Nº 765.902.243-15.

**PARA CONSELHO FISCAL: FRANCISCO WILTON RAMOS DA SILVA** CPF Nº 749.317.333-87; **FRANCISCO AIRTON MARTINS BARBOSA** CPF Nº 920.348.703-44 e **FRANCISCA EVANEUDA PINTO DE ABREU** CPF Nº 218.442.243-68. **PARA SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: VIRGÍLIO TOMÉ BARBOSA DA CRUZ** CPF Nº 324.129.693-34; **ONOFRE BASTOS SOARES** CPF Nº 500.327.713-04 e **FRANCISCO EDUARDO MELO GOIS** CPF Nº 913.042.023-72.

A posse da Diretoria e do Conselho Fiscal deu-se após a proclamação do resultado final, isto é nesta mesma Assembleia Geral, para cumprir um mandato de três anos, de 16 de fevereiro de 2012 a 15 de fevereiro de 2015. E por não haver nada mais a ser tratado, deu-se por encerrar a reunião e eu Maria Augusta Freitas Diniz que secretariei a reunião lavrei a presente Ata que depois lida e aprovada



será ~~anunciada~~ por quem de direito.

- Maria Augusta Freitas Cruz
- Odair José Pereira da Silva
- Francisca Guayneda Pinto de Algren.
- Francisco Wilton Ramos da Silva.
- Silvanópolis Fontes Mate.
- Sampu Maria Alves Fereira
- ~~Regina de Barros~~
- Ugo José Bastos Sousa
- José Ailton Barros Gomes
- x Francisco Eduardo Melo Góis

Fco Ailton Ailton Barbosa  
~~F. Ailton~~

- x Eliane Mendes Barroso
- x Jca Suzana Cruz
- x Adriana de Sousa Lima
- x Jordão de Vasconcelos Damasceno.
- x Maria Manuane dos Santos Barbosa,
- x Francisco de Assis Pacheco Soares
- x ~~Fco Ailton~~
- x ~~Marconi~~ Chas. ~~Pereira~~
- x Maria do Socorro Lima de F.
- x Raimundo Renato Patrício.
- x Antonio F. R. R. Lima Maranhão
- x Antônia Izabela de Sousa
- Momys
- x Luis Lelys Motelões
- x Francisca Vânia Freitas de Sousa
- x ~~Francisca~~ ~~Barbosa~~ ~~Alves~~
- Terzilha Barbosa Alves.
- Adriano das Barbosas Alves.
- x Donato Norberto de Azevedo
- x Fernando Gomes Pinto

- x ~~Roberto~~
- x ~~Francisco~~
- x ~~Rafael~~
- x ~~Edson~~
- x ~~Antonio~~
- x ~~Alícia~~
- x ~~Maria~~
- x ~~Fernando~~
- x ~~Madia~~
- x ~~Lucas~~
- x ~~Rita de Ca~~
- x ~~Katya~~
- x ~~Martina~~
- x ~~Maggie~~
- x ~~HAMILTON~~
- x ~~João Paul~~
- x ~~João Carlos~~



10º Tabelionato de Notas de Fortaleza - Cartório Moreira de Deus  
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza - CE - Fone (85) 3223-9565  
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

**AUTENTICAÇÃO** - A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas. Dou fé. Fortaleza, 18/04/2012. Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Anselmo de Oliveira - Esc. Autorizado  
José Aurélio Piamilina Pimentel - Escrevente Autorizado

\*\*Valido somente com selo de autenticidade\*\*

Wesley Rodrigues de Lima  
Esc. Autorizado



los Documentos  
Jurídicas  
neida Matos  
bstututa  
Ceará

Registro de Títulos Documentos  
e Pessoas Jurídicas  
Cristiane Almeida Matos  
Esc. Substituta  
Apurados - Ceará

- x Antônio Gustavo B. Gomes
- x Francisco Igor Barbosa Alves
- x Raimundo J. Lima
- x Francisco Edvaldo dos Santos Marques
- x Antônio Flávio Pereira Almeida
- Luíza de Fátima Cardoso de Abreu
- x Maria Lúcia Viegas Felinto
- x Fernando Gomes Pinto Filho
- x Nadja Jesyka Landopo Pinto
- x Lucas Soares de Sousa
- x Rita de Cássia Cardoso de Moraes
- x Katiane Cardoso de Abreu
- Martina Lucilene Cardoso Lima
- x Mônica Ferreira de Moraes
- x HAMILTON CARDOSO DE ABREU
- x José Paul Cassio de Amorim
- x Francisco Claudenir Vive Rodrigues

VALIDO SOMENTE COM  
SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVIMENTO Nº 06/97

SELO DE AUTENTICIDADE  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ  
14E0 11  
REGISTRAR  
Registro de Títulos, Documentos  
Civil e de Pessoas Jurídicas  
Nº AD 942.571

Cartório João Paraíba  
Ofício de Notas e Registro de Imóveis  
Praça Alcides Pimenta, S/N - Centro  
CEP 62.030-000 Fortaleza (CE) 3336-1196

Protocolizado sob o nº 7958  
Registrado no Livro B-03 Sub o nº 1210  
Matrícula nº  
Apurados, Co 05 de março de 2012  
Cristiane Almeida Matos  
☐ João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO  
☒ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta  
Válido somente com selo de Autenticidade

Henrique Westley Rodrigues da Lima  
Esc. Autorizado

SELO DE AUTENTICIDADE  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ  
XRW3 03  
AUTENTICAÇÃO  
Nº EV 360.499

Moreira  
de Deus  
10º TABELIONATO DE NOTAS

10º Tabelionato de Notas de Fortaleza - Cartório Moreira de Deus  
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza - CE - Fone (85) 3223-9565  
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática  
conferir com o original exibido nestas Notas. Dou fé.  
Fortaleza, 18/04/2012 Em testemunho da verdade

Paulo Henrique Ancelmo de Oliveira - Esc. Autorizado  
José Aurelio Piaulino Pimentel - Escrivente Autorizado  
\*\*Válido somente com selo de autenticidade\*\*

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
CNPJ: 11.822.541/0001-11



DECLARAÇÃO

Eu, Iara Luci Fonseca Mota, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Vale do Curu - ABVC, DECLARO para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Apuiarés/CE, 23 de maio de 2012.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**Presidente**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.



## DECLARAÇÃO

A **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com sede e foro jurídico na cidade de Apuiarés/CE, inscrita no CNPJ nº 11.822.541/0001-11, DECLARA que os nomes abaixo citados, são responsáveis pela gestão das atividades da área editorial e pela direção da programação. Segue em anexo cópia autêntica da identidade.

- **Sra. Maria Augusta Freitas Diniz - (gestor da área editorial)**
- **Sr. Marcos Barbosa Alves – (diretor da área de programação)**

Apuiarés/CE, 23 de maio 2012.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

05-000

Comunicações

Foto

Rubrica



POLEGAR DIREITO



Mario Augusto Freitas Diniz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA MESMA POLÍCIA

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
 O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE  
 APUIARÉS. 04 DE maio DE 12  
Cristiane A. Matos  
 Cristiane Almeida Matos  
 Escrevente Substituto

REALSERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

MAI/2008

 **CORREIOS**  
[www.correios.com.br](http://www.correios.com.br)

Selo de Autenticidade  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
 ESTADO DO CEARÁ  
 1GNB 03  
 AUTENTICAÇÃO  
 Nº EU 008.774  
 VALÍDAS SOMENTE  
 SELAS DE AUTENTICAÇÃO  
 PROVIMENTO Nº 11 - CE

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
 O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS: 04 DE maio DE 12  
Cristiane A. Mattos  
 Cristiane Almeida Mattos  
 Escrevente Substituta



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2001023025980 DATA DE EMISSÃO 3/9/2001

NOME MARCOS BARBOSA ALVES

FILIAÇÃO DOMINGOS MOREIRA ALVES E TEREZINHA BARBOSA ALVES

NATURALIDADE APUIARES-CE DATA DE NASCIMENTO 18/10/1985

DCC ORIGEM CERT. NASC. 5841 L A/8 F

226 APUIARES/CE

CPF

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE PROVIMENTO Nº 06/97

SELO DE AUTENTICIDADE

LEI Nº 7.116 DE 25/09/83

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS. 04 DE 05 DE 12

*Cristiane A. Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Paraíba  
Apuiarés - Ce.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA DEFESA, PELA ATRIBUIÇÃO DE SELO DE AUTENTICIDADE

MARCOS BARBOSA ALVES

CARTEIRA DE IDENTIDADE

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS. 04 DE 05 DE 12

*Cristiane A. Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Paraíba  
Apuiarés - Ce.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição

022.282.983-44

Nome MARCOS BARBOSA ALVES

Nascimento

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE PROVIMENTO Nº 06/97

SELO DE AUTENTICIDADE

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS. 04 DE 05 DE 12

*Cristiane A. Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Paraíba  
Apuiarés - Ce.

Emissão

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE PROVIMENTO Nº 06/97

SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

826 03

AUTENTICACÃO

Nº EU 068.721

CORREIOS

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS. 04 DE 05 DE 12

*Cristiane A. Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Paraíba  
Apuiarés - Ce.



Ata da primeira reunião do Conselho Comunitário da Rádio FM de Apuiarés.

Por vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e doze às 15:00 horas, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário da Rádio FM de Apuiarés, na Sede da Emissora, para analisar a Grade de programação. Após ampla discussão, foi aprovado por unanimidade as quatro grades da programação semanal, ou seja: a Grade 1 - programação de segunda a quinta-feira; Grade 2 - programação de sexta-feira; Grade 3 - programação de sábado e Grade 4 - programação de domingo. E por não haver nada mais a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião e eu, Juíza de Fátima Cardoso de Abreu que secretariei a reunião lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros do Conselho Comunitário.

Juíza de Fátima Cardoso de Abreu.

Major Galvão Ferreira

Faustino Barreto Sr.

Antônio Efigênio Barbosa.

Recebi a Ata de Reunião.





- x Antônio Gustavo B. Gomes
- x Francisco Igor Barbosa Alves
- x Raimundo F. Lima
- x Francisco Edualdo dos Santos Menezes
- x Gilson Flávio Pereira Almeida
- Luíza de Fátima Carneiro de Abreu
- x Maria Lúcia Viegas Felinto
- x Fernando Gomes Pinto Filho
- x Nadja Jesyca Pandopo Pinto
- x Lucas Soares de Sousa
- x Rita de Cássia Cardoso de Moura
- x Katiane Cardoso de Abreu
- Martina Lucilene Lando Lito
- x Mgma Ferreira de Moura
- x HAMILTON CARDOSO DE ABREU
- x Jos Paul Cardoso de Abreu
- x Francisco Claudenir W de Rodrigues



Cartório João Paraíba  
Ofício de Notas e Registros de Apuiari - Ceará  
Praça Alcides Pereira, S/N - Centro  
CEP 62.634-000 Fone/Fax: (85) 3356-1196

Protocolizado sob o nº 7958  
Registrado no Livro B-03 Sub o nº 1240  
Matrícula nº  
Apuiari, Ce 05 de maio de 2012  
Cristiane Almeida Matos  
☒ João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO  
☒ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta  
Válido somente com selo de Autenticidade



ATA DA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU  
PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO COMUNITÁRIA  
FM DE APUIARES. Aos dezito dias do mês de abril do ano  
de dois mil e doze às 19:00 horas, reuniram-se os membros  
da Diretoria Executiva da Associação Beneficente do Vale  
do Curu - ABVC na Sede da Associação. A Senhora Lúcia  
Loreci Fonseca pôde iniciar a reunião lendo as regras  
gerais para execução do serviço de radiodifusão. Em se-  
quência, procedeu-se a homologação dos membros do  
conselho comunitário da Rádio FM de Apuiari, que  
foram indicados pelas entidades locais. O conselho

GRAFSET



*Larabuei fomespota*

**CARTÃO MOREIRA DE DEUS**  
10<sup>o</sup> Tabuleiro de Mel  
Rua Casimiro Monteiro, 58 tel. 3232-8965  
União São João - São João do Araguaia

A presente copia fotostática constitui o original exibido nos autos. Deva ser Em cart. \_\_\_\_\_ de verdade. Fortaleza-CE

04 MAR 2012

Minha assinatura: \_\_\_\_\_  
Ass. do Expediente: \_\_\_\_\_  
Ass. do Registro: \_\_\_\_\_  
Ass. do Arquivo: \_\_\_\_\_  
Ass. do Serviço de Atendimento: \_\_\_\_\_

SEI 53000.029227/2012-45 / pg. 28



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**  
**GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA FM APUIARÉS 98,7**

<b>GRADE 1 SEGUNDA A QUINTA FEIRA</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 07:00	FORRÔ PÉ DE SERRA	CELIO MOURA
07:00 ÀS 11:00	SHOW DAS MANHÃS	AUGUSTA DINIZ
11:00 ÀS 12:30	A HORA DO ESPORTE	ADRIANO MARTINS
12:30 ÀS 14:00	BREGÃO DA 98	VIRGILIO CATÃO
14:00 ÀS 17:00	TARDE SHOW (MUSICA E NOTÍCIAS)	ODAIR JOSÉ
17:00 ÀS 19:00	FORROZÃO DA 98	LUCAS SOARES
19:00 ÀS 20:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAIS E MOVIMENTOS
20:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

<b>GRADE 2 SEXTA FEIRA</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 07:00	FORRÔ PÉ DE SERRA	CELIO MOURA
07:00 ÀS 8:00	CATEQUIAR É PRECISO	CATEQUISTAS
08:00 ÀS 11:00	SHOW DAS MANHÃS	AUGUSTA DINIZ
11:00 ÀS 12:00	A HORA DO ESPORTE	ADRIANO MARTINS
12:00 ÀS 13:00	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EQUIPE SINDICATO
13:00 ÀS 14:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
14:00 ÀS 17:00	TARDE SHOW (MUSICA E NOTÍCIAS)	ODAIR JOSÉ
17:00 ÀS 19:00	FORROZÃO DA 98	LUCAS SOARES
19:00 ÀS 20:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAIS E MOVIMENTOS
20:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	COMPUTADOR

<b>GRADE 3 SABADO</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 08:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
08:00 ÀS 09:00	ASSEMBLÉIA DE DEUS MONTESE	PASTOR CESA MESQUITA
09:00 ÀS 11:00	APUIARÉS.COM	WILTON RAMOS
11:00 ÀS 12:00	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	EQUIPE DO SINDICATO
12:00 ÀS 13:00	IGREJA BATISTA	PASTOR
13:00 ÀS 14:00	ASSEMBLEIA DE DEUS	IRMÃ MARILENE
14:00 ÀS 15:00	IGREJA ADVENTISTA	PASTOR RONALDO
15:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

<b>GRADE 4 DOMINGO</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 08:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
08:00 ÀS 09:30	SANTA MISSA	PADERE JUVEMAR
09:30 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

Aprovado em 21/04/12.  
 Lúcia de Fátima Cardoso de Abreu.  
 Manoel Galvão Ferreira.  
 Faustino Barreto Sá.  
 Antonio Elias m. Barbosa.  
 Teodoro Lima de Moura.



# **RELAÇÃO DE SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**      **PAG. 01**

Nº	NOME	RG	ENDEREÇO - APUIARÉS/SEDE
1	Adriana de Sousa Lima	2000010021230	Rua José Roberto s/nº Proximo Caixa D'agua Cagece
2	Antonio Ferreira Marques	2007730755-5	Rua Acelio Pitombeira, s/n - Conj. Fco. Bernardo
3	Antonio Flávio Pereira Almeida	2006005127408	Rua José Augusto Mota Gois s/n Conjunto Fco Bernardo
4	Antonio Gustavo Bezerra Gomes	236412192	Rua Jose de Freitas s/n
5	Cintia Maria Felinto Ribeiro	2001015029815	Rua José Augusto Mota Gois, 236 - Conj. Francisco Bernardo
6	Creuza Maria dos Santos Silva	2000098025946	Rua Vicente Alves, 324 - Centro
7	Cristiane Bezerra de Sousa	2003019060800	Rua 04, S/N - Conjunto COHAB
8	Domingos Moreira Alves	953631	Rua Julião Pinto nº 45 Conjunto Francisco Bernardo
9	Eliane Mendes Barroso	94002074840	Rua Maria Júlia nº 109 proximo ao Rio
10	Elizabete Ferreira dos Santos	503859	Rua José Mariano Filho, nº 149 - Centro
11	Fernando Gomes Pinto	20511881	Rua Saída pra Pentecoste nº 101
12	Fernando Gomes Pinto Filho	2002005024002	Rua José Augusto Mota Gois, s/n - Conj. Francisco Bernardo
13	Francisca Bernardo Campelo	943718	Rua José Mariano Filho, nº 149 - Centro
14	Francisca Evaneuda Pinto de Abreu	2006005023629	Rua Julião Pinto s/nº
15	Francisca Suziane Cruz (zuzi)	20010201015499	Rua Océlio Pitombeiras proximo a Igreja Batista
16	Francisca Vânia Freitas de Sousa	2000098022734	Rua 04, S/N - Conjunto COHAB
17	Francisca Zirlanda Brabosa Gois	496967	Rua José Mariano Filho, nº 149 - Centro
18	Francisco Airtton Gomes Pereira Filho	2002010052582	Rua José Mariano Filho s/nº - Centro
19	Francisco Airtton Martins Barbosa	621912-83	Rua 02, nº 126 - Conunto COHAB
20	Francisco Claudenir Alves Rodrigues	20040140183	Rua Manoel Soares Guimarães, 430 - Centro
21	Francisco de Assis Pachêco Soares	2003015035196	Rua Dão Pinto nº 150 referencia em frente o Rangel
22	Francisco Edivaldo dos Santos	2004019083479	Rua Jose de Freitas, S/N - Conjunto Francisco Bernardo
23	Francisco Eduardo Melo Gois	2001020051300	Rua 04, S/N - Conjunto COHAB
24	Francisco Igor Barbosa Alves	2006098113232	Rua Julião Pinto nº 45 - Conjunto Francisco Bernardo
25	Francisco Jose Brabosa Gois	339322	Rua José Mariano Filho, nº 149 - Centro
26	Francisco Wilton Ramos da Silva	2007606690-2	Rua H, s/n - Conj. Dão Pinto
27	Iara Luci Fonseca Mota	1132320	Rua José Mariano Filho, S/N - Centro
28	Jordania Vasconcelos Damasceno	20070005032707	Rua 03, nº 230 - Conjunto COHAB
29	José Augusto Barbosa Goes	2004002096653	Rua Maria Julia, 50 - Centro
30	José Elismar Alves Rodrigues	72677784	Rua Francisco Pinto de Freitas, 349 - Centro
31	Katiane Cardoso Abreu	2005019010046	Rua Antonio Teixeira Barros nº163
32	Kildary Melo Gois	95015089904	Rua 03 Conjunto COHAB s/nº proximo Ribamar
33	Lucas Soares de Sousa	2007009047	Conjunto Portelinha, s/n
34	Luis Felipe Mota Torres	98002045975	Rua 04, S/N - Conjunto COHAB





# **RELAÇÃO DE SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC** **PAG. 02**

Nº	NOME	RG	ENDEREÇO - APUIARÉS/SEDE
35	Luis Jose Barbosa Gois	66878483	Av. Frederico Pontes, S/N - Centro
36	Magna Ferreira de Moraes	200698112554	Av. Frederico Pontes, 56 - Centro
37	Marconi Alves Ferreira	20071760029	Av. Frederico Pontes, S/N - Centro
38	Marcos Barbosa alves	2001023025980	Rua Julião Pinto nº 45 Conjunto Fco Bernardo
39	Maria Aparecida Felinto Bezerra	2003019066827	Rua José Augusto Mota Gois, s/n - Conj. Fco Bernardo
40	Maria Augusta Freitas Diniz	171007189	Rua Antonio Teixeira Barros nº 153
41	Maria da Penha Castro e Silva	2860142-94	Rua Francisco Pinto de Freitas, 350 - Centro
42	Maria de Fátima Alves dos S. Barbosa	339266599	Rua 02, nº 126 - Conunto COHAB
43	Maria de Jesus Santos Rodrigues	2005015063340	Rua 25 de janeiro, 243 - Centro
44	Maria do Socorro Lima de Freitas	2000098024427	Av. Frederico Pontes, S/N - Centro
45	Maria dos Remedios Melo Gois	3958080	Av. Frederico Pontes, S/N - Centro
46	Maria Duarte Araujo Mesquita	955876-86	Conjunto Dão Pinto
47	Maria Estela Alexandre Marinho	1098387	Rua Padre Francisco José, 130 - Centro
48	Maria Ivanir dos Santos	497787	Rua Padre Francisco José, 178 - Centro
49	Maria Julia Verçosa Felinto	1507337-88	Rua B nº 110 - Conjunto Dão Pinto
50	Maria Lucilene Cardoso Abreu	1545954188	Rua Antonio Teixeira Barros nº67 - Centro
51	Maria Luiza da Silva Nunes	2342921-92	Rua Francisco Pinto de Freitas, 183 - Centro
52	Maria Mariane dos Santos Barbosa	2007005063726	Conjunto Dão Pinto
53	Maria Neta Cardoso Pinto	1871632-89	Rua Vicente Alves, 149 - Centro
54	Maria Salete Rodrigues de Sousa	58153582	Av. Frederico Pontes, 351 - Centro
55	Maria Tassiane dos Santos Silva	2000002300584	Rua Vicente Alves, 324 - Centro
56	Nadia Jésyca Cardoso Pinto	2001015029629	Rua 25 de janeiro, 250 - Centro
57	Odair José Pereira da Silva	286030294	Rua Vicente Alves nº 232 próximo a Boutique Socorro Matos
58	Onofre Bastos Soares	2004002002896	Av. Frederico Pontes, S/N - Centro
59	Raimundo Albano Neto	2005005004198	Rua Antonio Texeira Barros, s/n - Centro
60	Raimundo F. Lima	93010030557	Rua Jaca Paraiba nº68
61	Raimundo Nonato da Silva Nunes	2007691432-6	Rua Francisco Pinto de Freitas, 183 - Centro
62	Raimundo Nonato Patricio (Raimundão)	2002005024096	Rua Manoel Soares Guimarães s/nº P. ao Salão da Zeneida
63	Rita de Cassia Cardoso de Moraes	2595444692	Rua Vicente Alves nº 127
64	Sandra Maria Alves Ferreira	93002103702	Rua José de Freitas s/nº
65	Sebastião Rodrigues Silva	244077-81	Rua Francisco Pinto de Freitas, 350 - Centro
66	Terezinha Barbosa Alves	2006098111680	Rua Julião Pinto nº 45 Conjunto Fco Bernardo
67	Virgilio Tomé Barbosa da Cruz	2002019002065	Rua julião Pinto de Mesquita nº 246



**RELAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICA QUE APOIAM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO  
VALE DO CURU - ABVC**

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>CNPJ</b>	<b>ENDEREÇO - APUIARÉS/SEDE</b>
1	PAROQUIA DE SÃO SEBASTIÃO	44990901/0001-43	Rua 25 de Janeiro nº 381 - Centro
2	SIND. DOS SERV.DA PUBLICOS MUNICIPAIS DE APUIARÉS	07892234/0001-30	Av. Gomes da Silva, nº 187 - Centro
3	FRANCISCO LIMA DE MORAES – ME	12240503/0001-13	Rua 25 de Janeiro nº 210 - Centro

Handwritten signature and circular stamp in the bottom right corner.

## LAUDO DE ENSAIO

### 9.4.1 - INTERESSADO:

- a) Nome: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC**
- b) CNPJ: 11.822.541/0001-11
- c) Endereço Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP:62.630-000.
- d) Fone: 85 8893.8463/ 9995.3217

### 9.4.2 - VISTORIA:

- a) Motivo: Renovação de Outorga
- b) Endereço onde foi realizado: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP:62.630-000.
- c) Data que foi realizado: 23/05/2012

## **TRANSMISSOR PRINCIPAL**

### 9.4.3 - FABRICANTE:

- a) Nome: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.  
Endereço: Rua João de Paula Franco, 469. São Paulo-SP.

### 9.4.5.1- MEDIÇÕES:

#### **Frequência :**

- a) Nominal : 98,7 MHz
- b) Medida em ambiente normal: 98,7 MHz
- c) Variação máxima em 60 minutos: 1 ± Hz



d) Resposta de audiofrequência :

Para as frequências de 50, 100, 400, 1000, 5000, 75000, 10.000 e 15.000 para 25%, 50% e 100% de modulação em cada canal individual.

**Condição de potência 25 W**

<b>Frequência (Hz )</b>	25% de Modulação	50% de Modulação	100% de Modulação
<b>50</b>	-1,7	-1,7	-1,9
<b>100</b>	-1,0	-0,9	-1,1
<b>400</b>	-0,3	-0,2	-0,4
<b>1000</b>	0	0	0
<b>5000</b>	6,0	6,2	6,0
<b>7500</b>	8,1	8,0	7,9
<b>10000</b>	9,3	9,4	9,3
<b>15000</b>	8,1	8,6	8,6

d) Distorção Harmônica:

Para as frequências de 50, 100, 400, 1000, 5000, 75000, 10.000 e 15.000 para 25%, 50% e 100% de modulação em cada canal individual.

<b>Frequência (Hz )</b>	25% de Modulação 18,75kHz	50% de Modulação 37,5kHz	100% de Modulação 75kHz
<b>50</b>	0,99	0,44	0,23
<b>100</b>	0,99	0,46	0,23
<b>400</b>	0,97	0,44	0,22
<b>1000</b>	1,00	0,48	0,23
<b>5000</b>	1,00	0,48	0,28
<b>7500</b>	1,00	0,47	0,23
<b>10000</b>	0,99	0,45	0,24
<b>15000</b>	0,99	0,49	0,24

f) Nível de ruído da portadora ( FM ) em relação a 100% modulação, com 400 Hz : 55 dB

g) Nível de ruído da portadora ( AM ) em relação a 100% modulação em amplitude: 60 dB

h) Atenuação de harmônicos e espúrios :

- 2º harmônico : 58 dB
- 3º harmônico : 58 dB
- Espúrios : > 80

h) Potência de saída ( indicar o método empregado para sua determinação:

0,025 KW ( pelo medidor do transmissor )

0,025 KW ( wattímetro externo )

#### 9.4.6 INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA:

##### 9.4.6.1 – Gerador de estéreo:

- Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.
- Modelo: MTFM98 (embutido no transmissor)

##### 9.4.6.2 – Medições

###### 9.4.6.2.1 Frequência de subportadora piloto;

- Medida: 19.000 Hz
- Variação máxima em 60 minutos: 1Hz

###### 9.4.6.2.2 - Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto: 10%

###### 9.4.6.2.3 – Separação estereofônica nas frequências 50, 100, 400,1000, 5000, 7500, 10.000 e 15.000 Hz

Frequência Hz	Valores: (dB)
<b>50</b>	60
<b>100</b>	65
<b>1000</b>	70
<b>5000</b>	65
<b>7500</b>	62
<b>10000</b>	62
<b>15000</b>	61



9.4.6.2.4 – Diafonia para audiofrequências 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10.000 e 15.000 Hz para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos.

Frequência Hz	Valores: (dB)
<b>50</b>	60
<b>100</b>	65
<b>400</b>	70
<b>1000</b>	65
<b>5000</b>	62
<b>7500</b>	62
<b>10000</b>	62
<b>15000</b>	61

9.4.7 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAIS SECUNDÁRIOS: Não se aplica

9.4.8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR:

8.4.8.1 - Placa de identificação:

- a) Nome do fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.
- b) Modelo: MTFM98
- c) Nº de série: 2555
- d) Código de homologação : 0916-06-0312
- e) Potência nominal: 25 Watts
- f) Frequência: 98,7 MHz
- g) Ano de fabricação: 2010
- h) Consumo: 300 VA

9.4.8.2 – Medidores de estágio final de RF:

- a) Corrente contínua de placa ou coletor: sim Display Digital, Marca Montel
- b) Tensão contínua de placa ou coletor: sim Display Digital, Marca Montel
- c) De potência de saída ( incidente e refletida ): sim Display Digital, Marca Montel

22

#### 8.4.8.3 – Existência de tomadas de amostras de RF:

- a) Para ligação de monitor de modulação: sim
- b) Para medição de frequência: sim

#### 9.4.8.4 – Dispositivo de segurança pessoal:

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão: Não se aplica.
- b) Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas aos operadores, interligados e conectados à terra: Sim
- c) Existência de interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas: Não se aplica.
- d) Possibilidade de feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas e tampas fechadas: Não se aplica.

#### 9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- e) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; Não se aplica.
- a) Proteção contra falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado: Sensor de pressão de ar.

#### 9.4.9 – INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS:

- Analisador de Espectro : HEWLETT PACKARD - HP 8535 E
- Freqüencímetro: HEWLETT PACKARD - HP 5350 E
- Watímetro: BIRD, modelo 3127-040
- Osciloscópio: TEKTRÔNIX modelo 2445 B, 150 MHz
- Gerador de áudio: AM-700
- Monitor de Modulação – TFT modelo 844
- Multímetro, FLUKE – 87 III
- Alicates amperímetro, FLUKE
- Monitor de modulação TFT, modelo 753, Série 1651529.

#### 9.5 – DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL

" Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente Laudo conta de 07 folhas todas numeradas e rubricadas com a rubrica *Yde* de que faço uso. "

Fortaleza/CE, 23 de maio de 2012.

*Yáskara Grangeiro*  
**Yáskara Maria Grangeiro Vieira**  
**Engenheira Eletricista**  
**CREA 11.971-D**

#### 8.5.9 – PARECER CONCLUSIVO:

Certifico que o transmissor de Frequência Modulada a que se refere este Laudo de Ensaio na data que foi realizado, atendeu a toda a regulamentação técnica em vigor e a ele aplicável.

Fortaleza/CE, 23 de maio de 2012.

*Yáskara Grangeiro*  
**Yáskara Maria Grangeiro Vieira**  
**Engenheira Eletricista**  
**CREA 11.971-D**

8.5.10: em anexo a Declaração do Interessado

8.5.11: Em anexo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.



## DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

Na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC.**, permissionária do Serviço de Radio Comunitária, DECLARO que, a engenheira Yáskara Maria Grangeiro Vieira esteve no endereço abaixo, no dia 23/05/2012, ensaiando o transmissor de Frequência Modulada, fabricado por MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA., modelo FM MTFM98, potência de operação 25W, série nº 2555, código de homologação 0916-06-0312.

Local de ensaio : Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP:62.630-000.

Fortaleza/CE, 23 de maio de 2012.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**

Endereço para Correspondência: Rua 25 de Janeiro, S/N – Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000.



# LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O B E N E F I C E N T E D O V A L E D O

#### DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

C U R U A B V C 1 1 8 2 2 6 4 1 0 0 0 1 1 1

CGC

#### DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

Portaria de Autorização nº 746 de 12/12/2000 Publicada no D.O.U de 26 de dezembro de 2000

Decreto Legislativo nº 180 de 28/06/ 2002 Publicado no D.O.U de 01 de julho de 2002

### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

#### LOGRADOURO

R U A 2 5 D E J A N E I R O , S / N

#### BAIRRO

C E N T R O A P U I A R E S

CIDADE

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

C E 0 3 ° 5 6 ' 5 6 " S 3 9 ° 2 5 ' 5 6 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

#### LOGRADOURO

R U A 2 5 D E J A N E I R O , S / N

#### BAIRRO

C E N T R O A P U I A R E S

CIDADE

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

C E 0 3 ° 5 6 ' 5 6 " S 3 9 ° 2 5 ' 5 6 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

#### LOGRADOURO

#### BAIRRO

CIDADE

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS



## 4. TRANSMISSOR PRINCIPAL



FABRICANTE

M O N T E L S I S T E M A S D E C O M U N I C . L T D A .

MODELO

M T F M 9 8

POTÊNCIA DE FABRICA

2 5 , 0 watts

Nº HOMOLOGAÇÃO

0 9 1 6 - 0 6 - 3 1 2

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

2 5 , 0 watts

POTÊNCIA MEDIDA

2 5 , 0 watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO

9 8 , 7 MHz

FREQUÊNCIA MEDIDA

9 8 , 7 MHz

## 5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FABRICA

Nº HOMOLOGAÇÃO

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

POTÊNCIA MEDIDA

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO

FREQUÊNCIA MEDIDA

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados  
que constam na última licença expedida?

NÃO ☒SIM ☐

## 6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

M O N T E L S I S T E M A S D E C O M U N .

GANHO max (Gt)

0 , 0 dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

3 0 , 0 m

ALTURA DA TORRE

3 0 , 0 m

MODELO

M T D I P 1 0 0 / 1

ALTITUDE DO LOCAL

8 2 , 0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

## 7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R A D I O F R E Q U E N C Y S I S T E M S

COMPRIMENTO(L)

3 2 , 0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

6 , 8 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

2 , 1 7 dB

MODELO

R G 2 1 3

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

0 , 6 0 7

Perdas na linha (PL)= $\frac{L \cdot AL}{100}$ 

100

Eficiência da linha (η) =  $10^{-\frac{(PL)}{10}}$ 

10

## 8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

**OBS:** O transmissor foi alterado permanecendo o mesmo fabricante e modelo, apenas alterou o código de homologação de 046100XXX312 para 0912-06-0312. O motivo da substituição foi devido a queima do transmissor antigo.



9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

- Analisador de Espectro : HEWLETT PACKARD - HP 8535 E
- Freqüencímetro: HEWLETT PACKARD - HP 5350 E
- Watímetro: BIRD, modelo 3127-040
- Osciloscópio: TEKTRÔNIX modelo 2445 B, 150 MHz
- Gerador de áudio: AM-700
- Monitor de Modulação – TFT modelo 844
- Multímetro, FLUKE – 87 III
- Alicata amperímetro, FLUKE
- Monitor de modulação TFT, modelo 753 Série 1651529
- GPS Garmin Plus

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

Y A S K A R A M A R I A G R A N G E I R O V I E I R A

ENDEREÇO

R U A D R A . S O C O R R O A Z E V E D O , 1 5 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

A P T . 4 0 6 E N G . L U C I A N O C A V A L C .

BAIRRO

CIDADE

F O R T A L E Z A

UF

C E

REG.CREA

1 1 9 7 1 - D E N G ª E L E T R I C I S T A

FORMAÇÃO

CEP

6 0 8 1 0 - 4 0 0

TELEFONE

FAX

8 5 - 9 9 8 8 8 0 4 3

E-MAIL

Y A S K A R A M A R I A 1 @ G M A I L . C O M

LOCAL

F O R T A L E Z A

DATA

2 3 / 0 5 / 2 0 1 2

ASSINATURA

Yorans Grangeiro



4



**Crea-CE**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Ceará.  
CNPJ: 07.135.601/0001-50

Rua Castro e Silva, 81,  
Centro - Fortaleza/CE  
CEP: 60.030-010  
Tel.: (85) 3453.5801  
Fax: (85) 3453.5804

Site oficial:  
**www.creace.org.br**

FALE CONOSCO

Ouvidoria (11h às 17h)  
0800 979 1400

**Sacado:**

YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA  
RUA DOUTORA SOCORRO AZEVEDO 150APTO 406 BLOCO 01 ENGENHEIRO LUCIANO CAVALCANTE  
FORTALEZA/CE. CEP: 60810400

Rep. Numérica: **10490.54743 33000.200049 00064.722481 6 53580000004000**

Ag./Cód. Cedente  
**1047/054743-3**

Data Emissão  
**24/05/2012**

Nosso Número  
**240000000006472242**

Data de Vencimento  
**08/06/2012**

Valor do Documento  
**40,00**

**DESCRIÇÃO DA COBRANÇA BANCÁRIA**

Texto de Responsabilidade do Cedente.

Profissional: **YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA.**

Proprietário: **ASSOC. BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC.  
(00317)**

Obs.: Este boleto não vale como ART.

Após o vencimento reimprima um novo boleto no Creadigital.

**Autenticação Mecânica**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

145-53082/443-2

24/MAI/2012

HORA DE 14:03:18

LOT. 05.19367-8

TERM 029950

LOCALIDADE: FORTALEZA

AG. VINCULADA: 1035

COMPROVANTE PAGAMENTO DE  
BLOQUETO CAIXA

CÓDIGO DO CEDENTE: 54743

NOSSO NÚMERO: 24000000000647224

DATA DE VENCIMENTO: 08/06/2012

VALOR DO PAGAMENTO: 40,00

1049054/43 33000200049  
00064722481 6 53580000004000

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474  
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

145-53082/443-2

VIA DO CLIENTE



**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.029227/2012

Localidade/UF: APUIARÉS/CE

Entidade: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC

Aviso: 0 Canal: 0

**Processo**

1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
---	-----

**Check List**

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Não
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

**15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)**

Processo será encaminhado para a área técnica.

**16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)**

A entidade deverá encaminhar:

- a) os documentos e declarações referentes aos dirigentes;
- b) estatuto social atualizado;
- c) certidões de comprovação da idoneidade da entidade (subitem 10.8 da Norma nº 01/2011).

  
\_\_\_\_\_  
Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0894/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.029227/2012

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado pela **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Apuiarés / CE**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Cópia atualizada do Estatuto, conforme itens 8.2 e 8.3;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura



pública de emancipação), de acordo com a subitem 8.1, alínea “e” e subitem 8.4, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

## CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.


À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2013.

  
**NATÁLIA FROEMMING**  
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0894/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 22 de março de 2013.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
Telefone: (61) 3311-6281

Ofício nº 1075 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 22 de março de 2013.

À Senhora

**IARA LUCI FONSECA MOTA**

Representante Legal da Associação Beneficente do Vale do Curu  
Rua 25 de Janeiro, s/nº, Centro  
62.630-000 Apuiarés – CE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.029227/2012.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.029227/2012**, na localidade de **Apuiarés / CE**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0894/2013**, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito será indeferido e o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.
3. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**

Endereço: Rua 25 de Janeiro, S/N - Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000

**Ao Ilmo. Sr.****Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária****SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA****Ministério das Comunicações****Brasília/DF**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 021308/2013-88

SEAPA/SCE

03/05/2013-09:12

**ASSUNTO:** Atendimento ao Ofício nº 1075/2013/CGRC/SCE-MC, que trata do pedido de Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

**REF.: Processo nº 53000.029227/2012.**

Apuiarés/CE, 22 de abril de 2013.

A **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**, inscrita no CNPJ sob nº 11.822.541/0001-11, com sede à Rua 25 de Janeiro, S/N - Centro, CEP: 62.630-000, permissionária do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE, vem mui respeitosamente apresentar a documentação solicitada na Nota Técnica nº 0894/2013/CGRC/SCE-MC, em atendimento ao ofício supracitado, que trata do complemento do pedido de Renovação de Outorga, em conformidade com a Portaria nº 462 de 14/10/11, publicada no DOU de 18/10/11 que aprovar a Norma nº 01/2011.

Segue em anexo, os documentos listados abaixo que comprova a idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma 01/2011:

a) Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

**COMPLETTA TELECOM**Rua Marcondes Pereira, nº 1381 - Dionísio Torres  
CEP: 60.135-222 - Fortaleza/CE  
(85) 3257-4879 / 9983-0111 / 3062-5900

b) Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c) Certidão que comprova a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d) Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

I. Cópia atualizada do Estatuto;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados;

III. Cópia do CPF de todos os dirigentes;

IV. Comprovante de residência de todos os dirigentes;

V. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;

Aproveitamos a oportunidade para enviarmos nossos votos de estima e consideração.

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
**PRESIDENTE**



**COMPLETTA TELECOM**  
Rua Marcondes Pereira, nº 1381 – Dionísio Torres  
CEP: 60.135-222 – Fortaleza/CE  
(85) 3257-4879 / 9983-0111 / 3062-5900



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**Número de autenticação: Nº 201300193176**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**IARA LOUCI FONSECA MOTA62349**

**C : 454.738.623-49**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.ius.br> no prazo de 90 (noventa) dias;
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 11/04/2013 15:31:38

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210.  
Limoeiro do Norte: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000.  
Juazeiro do Norte: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270.  
Sobral: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730.  
Crateús: - Rua Sargento Hermínio, S/N - BR 226 km 0, Venâncios. CEP: 63700-000.  
Quixadá: - Rua José Jucá, 75, Centro. CEP: 63900-000.  
Tauá: - Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho. CEP: 63660-000.  
Iguatu: - Rua 25 de Março, s/n, Paraná. CEP: 63500-000.  
Itapipoca: - Rua Tenente José Vicente, 20, Boa Vista. CEP: 62.500-000.  
Guaramiranga: - Av. Joaquim Alves Nogueira, 547, Centro. CEP: 62766-000.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 4886405969

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

**NOME COMPLETO** IARA LUCI FONSECA MOTA  
**CPF** 45473862349

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Thursday, April 11, 2013 às 3:48:35 PM





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **IARA LUCI FONSECA MOTA**  
Inscrição: **052527450701** Zona: 50 Seção: 18  
Município: 13170 - APUIARÉS UF: CE  
Data de Nascimento: 05/08/1961 Domiciliada desde: 13/04/1999  
Filiação: FRANCISCA FONSECA MOTA  
RAIMUNDO SILVA MOTA

Certidão emitida às 15:46 de 11/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**EYBY.R/ZY.F9WN.MO4K**

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****Número de autenticação: Nº 201300193365****AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS**

CPF: 841.767.253-20

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.jus.br> no prazo de 90 (noventa) dias;
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 11/04/2013 16:22:05

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210.  
Limoeiro do Norte: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000.  
Juazeiro do Norte: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270.  
Sobral: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730.  
Crateús: - Rua Sargento Hermínio, S/N - BR 226 km 0, Venâncios. CEP: 63700-000.  
Quixadá: - Rua José Jucá, 75, Centro. CEP: 63900-000.  
Tauá: - Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho. CEP: 63660-000.  
Iguatu: - Rua 25 de Março, s/n, Paraná. CEP: 63500-000.  
Itapipoca: - Rua Tenente José Vicente, 20, Boa Vista. CEP: 62.500-000.  
Guaramiranga: - Av. Joaquim Alves Nogueira, 547, Centro. CEP: 62766-000.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 7630814648

**AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR**

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	FRANCISC A ZIRLANDA BERNARDO GOIS
<b>CPF</b>	84176725320

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Thursday, April 11, 2013 às 3:50:34 PM



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS**  
Inscrição: **016803890728** Zona: 50 Seção: 12  
Município: 13170 - APUIARÉS UF: CE  
Data de Nascimento: 07/01/1954 Domiciliada desde: 18/09/1986  
Filiação: ELIZABETE FERREIRA SANTOS  
FRANCISCO BERNARDO SOBRINHO

Certidão emitida às 16:43 de 11/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.ius.br>, por meio do código

**H9BU.XXIN.A8R2.YH1I**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****Número de autenticação: Nº 201300194497****AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ****CPF: 260.392.223-87****NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.ius.br> no prazo de 90 (noventa) dias;
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 12/04/2013 10:05:08

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210.  
Limoeiro do Norte: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000.  
Juazeiro do Norte: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270.  
Sobral: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730.  
Crateús: - Rua Sargento Hermínio, S/N - BR 226 km 0, Venâncios. CEP: 63700-000.  
Quixadá: - Rua José Jucá, 75, Centro. CEP: 63900-000.  
Tauá: - Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho. CEP: 63660-000.  
Iguatu: - Rua 25 de Março, s/n, Paraná. CEP: 63500-000.  
Itapipoca: - Rua Tenente José Vicente, 20, Boa Vista. CEP: 62.500-000.  
Guaramiranga: - Av. Joaquim Alves Nogueira, 547, Centro. CEP: 62766-000.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 7018405171

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

**NOME COMPLETO** MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ  
**CPF** 26039222387

**NADA CONSTA**

na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Friday, April 12, 2013 às 10:03:26 AM







**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ**  
Inscrição: **051115770787**      Zona: 50      Seção: 13  
Município: 13170 - APUIARÉS      UF: CE  
Data de Nascimento: 03/04/1962      Domiciliada desde: 22/04/1998  
Filiação: MARIA CRISTINA DE FREITAS  
JOSE AUGUSTO BARBOSA

Certidão emitida às 10:12 de 12/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**SNWF.LYKZ.FZHI.OWIA**

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****Número de autenticação: Nº 201300194339****AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**FUNDRA MARIA ALVES FERREIRA**  
**CPF: 256.618.598-05**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.ius.br> no prazo de 90 (noventa) dias;
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 12/04/2013 09:23:50

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210.  
Limoeiro do Norte: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000.  
Juazeiro do Norte: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270.  
Sobral: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730.  
Crateús: - Rua Sargento Hermínio, S/N - BR 226 km 0, Venâncios. CEP: 63700-000.  
Quixadá: - Rua José Jucá, 75, Centro. CEP: 63900-000.  
Tauá: - Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho. CEP: 63660-000.  
Iguatu: - Rua 25 de Março, s/n, Paraná. CEP: 63500-000.  
Itapipoca: - Rua Tenente José Vicente, 20, Boa Vista. CEP: 62.500-000.  
Guaramiranga: - Av. Joaquim Alves Nogueira, 547, Centro. CEP: 62766-000.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 4575064386

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	SANDRA MARIA ALVES FERREIRA
<b>CPF</b>	25661859805

**NADA CONSTA**

na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Friday, April 12, 2013 às 9:01:57 AM



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **SANDRA MARIA ALVES FERREIRA**  
Inscrição: **280280320175** Zona: 50 Seção: 136  
Município: 13170 - APUIARÉS UF: CE  
Data de Nascimento: 26/12/1974 Domiciliada desde: 19/11/1999  
Filiação: IOLANDA ALVES FERREIRA  
JOAO BATISTA LOPES FERREIRA

Certidão emitida às 08:55 de 12/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**YQVB.2GDØ.BVMA.ØAPM**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****Número de autenticação: Nº 201300194372****AÇÕES E EXECUÇÕES****Natureza: Criminal**

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**FRATZ JOSE BARBOSA GOIS****CPF: 022.699.533-04**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.jus.br> no prazo de 90 (noventa) dias;
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 12/04/2013 09:34:35

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210.  
Limoeiro do Norte: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000.  
Juazeiro do Norte: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270.  
Sobral: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730.  
Crateús: - Rua Sargento Hermínio, S/N - BR 226 km 0, Venâncios. CEP: 63700-000.  
Quixadá: - Rua José Jucá, 75, Centro. CEP: 63900-000.  
Tauá: - Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho. CEP: 63660-000.  
Iguatu: - Rua 25 de Março, s/n, Paraná. CEP: 63500-000.  
Itapipoca: - Rua Tenente José Vicente, 20, Boa Vista. CEP: 62.500-000.  
Guaramiranga: - Av. Joaquim Alves Nogueira, 547, Centro. CEP: 62766-000.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 5096798045

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	LUIZ JOSE BARBOSA GOIS
<b>CPF</b>	02269953304

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Friday, April 12, 2013 às 9:45:40 AM





JUSTIÇA ELEITORAL  
50ª ZONA ELEITORAL DE PENTECOSTE - CE  
RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N Telefone 33521035



## Certidão



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: LUIZ JOSE BARBOSA GOIS  
Inscrição: 016820250787 Zona: 50 Seção: 19  
Município: 13170 - APUIARÉS UF: CE  
Data de nascimento: 03/11/1949 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: MATILDE BARBOSA GOIS  
JOSE AUGUSTO MOTA GOIS

Em 16 de abril de 2013.

  
**Rosa Maria Ferreira Carvalho**  
Servidora Requisitada - TRE/CE  
Matrícula 63.018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****Número de autenticação: Nº 201300193624****AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**ODAIR JOSE PEREIRA DA SILVA**

CPF: 765.902.243-15

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.ifce.ius.br> no prazo de 90 (noventa) dias;
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 11/04/2013 17:52:31

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210.  
Limoeiro do Norte: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000.  
Juazeiro do Norte: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270.  
Sobral: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730.  
Crateús: - Rua Sargento Hermínio, S/N - BR 226 km 0, Venâncios. CEP: 63700-000.  
Quixadá: - Rua José Jucá, 75, Centro. CEP: 63900-000.  
Tauá: - Av. Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, nº 10, Tauazinho. CEP: 63660-000.  
Iguatu: - Rua 25 de Março, s/n, Paraná. CEP: 63500-000.  
Itapipoca: - Rua Tenente José Vicente, 20, Boa Vista. CEP: 62.500-000.  
Guaramiranga: - Av. Joaquim Alves Nogueira, 547, Centro. CEP: 62766-000.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 2360725504

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	ODAIR JOSE PEREIRA DA SILVA
<b>CPF</b>	76590224315

**NADA CONSTA**

na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do bunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Thursday, April 11, 2013 às 6:00:37 PM





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ODAIR JOSE PEREIRA DA SILVA**  
Inscrição: **041999280728** Zona: 50 Seção: 24  
Município: 13170 - APUIARÉS UF: CE  
Data de Nascimento: 27/12/1977 Domiciliado desde: 27/05/1994  
Filiação: RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA  
DEOCLECIANO FERREIRA DA SILVA

Certidão emitida às 17:57 de 11/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**ZRDX.G1QV.Ø3TD.T8FS**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 12015572013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **IARA\*LUCI\*FONSECA\*MOTA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **RAIMUNDO SILVA MOTA** e **FRANCISCA SILVA MOTA**, nascido(a) aos 05/08/1960, natural de FORTALEZA/CE, Documento de identificação 1132320 SSPCE/CE, CPF 454.738.623-49.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:00 de 11/04/2013



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE  
Rua Antonio Martins Bandeira, s/n, Pentecoste-CE – CEP 62640-000  
Telefax: (85) 3352.2608 – e-mail: pentecoste@tjce.jus.br

A PRESENTE CERTIDÃO  
NÃO CONTÉM EMENDAS,  
RASURAS OU ENTRELINHAS

**DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS, Diretora de Secretaria da  
Vara Única da Comarca de Pentecoste/CE, por nomeação  
legal etc.**

### C E R T I D ã O

Validade: 30 (trinta) dias, a partir da expedição

**C**ertifico, pela faculdade que me é conferida por lei, notadamente à prevista no art. 389, e, da Lei n. 12.342, de 28 de julho de 1994, que, consoante pesquisa realizada pelo(a) servidor(a), abaixo indicado(a), verificou-se que, no Sistema Informatizado (SPROC), no Livro de Assento Criminal e demais papéis desta Vara, sob minha guarda e responsabilidade **NÃO CONSTA CONDENACÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO JUDICIAL CRIMINAL (CF, art. 5º, LVII) em desfavor de:**

**IARA LUCI FONSÊCA MOTA, brasileiro(a), natural de Itapage-CE, nascido(a) em 05.08.1961, filho(a) de Raimundo Silva Mota e Francisca Fonsêca Mota, portador do RG. N. 1.132.320 - SSP/CE.**

Por ser verdade, firmo a presente com a fé de meu cargo.

Pentecoste-CE, 23/04/2013.

**Damária Gomes de Sousa Barros  
DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA ÚNICA  
MAT – 137 - TJCE**



SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: **Quirino Francisco Junior de Paula Paiva - MAT. p702113**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 12031292013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **FRANCISCA\*ZIRLANDA\*BERNARDO\*GOIS**, nacionalidade brasileira, filho(a) de FRANCISCO BERNARDO SOBRINHO e ELIZABETE FERREIRA SANTOS, nascido(a) aos 07/01/1954, natural de APUIARES, Documento de identificação 496967 SSPCE/CE, CPF 841.767.253-20.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço <http://www.dpf.gov.br>
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:06 de 11/04/2013



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE  
Rua Antonio Martins Bandeira, s/n, Pentecoste-CE – CEP 62640-000  
Telefax: (85) 3352.2608 – e-mail: pentecoste@tjce.jus.br

A PRESENTE CERTIDÃO  
NÃO CONTÉM EMENDAS,  
RASURAS OU ENTRELINHAS

**DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS, Diretora de Secretaria da  
Vara Única da Comarca de Pentecoste/CE, por nomeação  
legal etc.**

### C E R T I D ã O

Validade: 30 (trinta) dias, a partir da expedição

**C**ertifico, pela faculdade que me é conferida por lei, notadamente à prevista no art. 389, e, da Lei n. 12.342, de 28 de julho de 1994, que, consoante pesquisa realizada pelo(a) servidor(a), abaixo indicado(a), verificou-se que, no Sistema Informatizado (SPROC), no Livro de Assento Criminal e demais papéis desta Vara, sob minha guarda e responsabilidade **NÃO CONSTA CONDENAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO JUDICIAL CRIMINAL (CF, art. 5º, LVII) em desfavor de:**

**FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS, brasileiro(a), natural de Apuiarés-CE, nascido(a) em 07.01.1954, filho(a) de Francisco Bernardo Sobrinho e Elizabete Ferreira Santos, portador do RG. N. 496967 - SSPDC/CE.**

Por ser verdade, firmo a presente com a fé de meu cargo.

Pentecoste-CE, 23/04/2013.

**Damária Gomes de Sousa Barros  
DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA ÚNICA  
MAT – 137 - TJCE**



SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

*Junior Francisco Junior de Paula Paiva* - MAT. p702113





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 12097012013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIA\*AUGUSTA\*FREITAS\*DINIZ**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de JOSE AUGUSTO BARBOSA e MARIA CRISTINA DE FREITAS, nascido(a) aos 03/04/1962, natural de PARAMOTI/CE, Documento de identificação 171007189 SSPCE/CE, CPF 260.392.223-87.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:01 de 12/04/2013



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE  
Rua Antonio Martins Bandeira, s/n, Pentecoste-CE – CEP 62640-000  
Telefax: (85) 3352.2608 – e-mail: pentecoste@tjce.jus.br

A PRESENTE CERTIDÃO  
NÃO CONTÉM EMENDAS,  
RASURAS OU ENTRELINHAS

**DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS, Diretora de Secretaria da  
Vara Única da Comarca de Pentecoste/CE, por nomeação  
legal etc.**

### C E R T I D ã O

Validade: 30 (trinta) dias, a partir da expedição

**C**ertifico, pela faculdade que me é conferida por lei, notadamente à prevista no art. 389, e, da Lei n. 12.342, de 28 de julho de 1994, que, consoante pesquisa realizada pelo(a) servidor(a), abaixo indicado(a), verificou-se que, no Sistema Informatizado (SPROC), no Livro de Assento Criminal e demais papéis desta Vara, sob minha guarda e responsabilidade **NÃO CONSTA CONDENAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO JUDICIAL CRIMINAL (CF, art. 5º, LVII) em desfavor de:**

**MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ, brasileiro(a), natural de Caridade-CE, nascido(a) em 03.04.1962, filho(a) de José Augusto Barbosa e Maria Cristina de Freitas, portador do RG. N. 1710071-89 - SSP/CE.**

Por ser verdade, firmo a presente com a fé de meu cargo.

Pentecoste-CE, 23/04/2013.

**Damária Gomes de Sousa Barros  
DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA ÚNICA  
MAT – 137 - TJCE**



SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Francisco Junior de Paula Paiva - MAT. p702113





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 12083762013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **SANDRA\*MARIA\*ALVES\*FERREIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOAO BATISTA LOPES FERREIRA e IOLANDA ALVES FERREIRA, nascido(a) aos 26/12/1974, natural de APUIARES/CE, Documento de identificação 93002103702 SSPE/CE, CPF 256.618.598-05.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 9:06 de 12/04/2013



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE  
Rua Antonio Martins Bandeira, s/n, Pentecoste-CE – CEP 62640-000  
Telefax: (85) 3352.2608 – e-mail: pentecoste@tjce.jus.br

A PRESENTE CERTIDÃO  
NÃO CONTÉM EMENDAS,  
RASURAS OU ENTRELINHAS

**DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS, Diretora de Secretaria da  
Vara Única da Comarca de Pentecoste/CE, por nomeação  
legal etc.**

## **C E R T I D ã O**

**Validade: 30 (trinta) dias, a partir da expedição**

**C**ertifico, pela faculdade que me é conferida por lei, notadamente à prevista no art. 389, e, da Lei n. 12.342, de 28 de julho de 1994, que, consoante pesquisa realizada pelo(a) servidor(a), abaixo indicado(a), verificou-se que, no Sistema Informatizado (SPROC), no Livro de Assento Criminal e demais papéis desta Vara, sob minha guarda e responsabilidade **NÃO CONSTA CONDENAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO JUDICIAL CRIMINAL (CF, art. 5º, LVII) em desfavor de:**

**SANDRA MARIA ALVES FERREIRA, brasileiro(a), natural de Apuiarés-CE, nascido(a) em 26.12.1974, filho(a) de João Batista Lopes Ferreira e Iolanda Alves Ferreira, portador do RG. N. 93002103702 - SSPDC/CE.**

Por ser verdade, firmo a presente com a fé de meu cargo.

Pentecoste-CE, 23/04/2013.

  
**Damária Gomes de Sousa Barros  
DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA ÚNICA  
MAT – 137 - TJCE**



SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:  **Francisco Junior de Paula Paiva - MAT. p702113**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 12095682013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **LUIZ\*JOSE\*BARBOSA\*GOIS**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de JOSE AUGUSTO MOTA GOIS e MALTILDE BARBOSA GOIS, nascido(a) aos 03/11/1949, natural de APUIARES/CE, Documento de identificação 66878483 SSPCE/CE, CPF 022.699.533-04.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 9:56 de 12/04/2013



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE  
Rua Antonio Martins Bandeira, s/n, Pentecoste-CE – CEP 62640-000  
Telefax: (85) 3352.2608 – e-mail: pentecoste@tjce.jus.br

A PRESENTE CERTIDÃO  
NÃO CONTÉM EMENDAS,  
RASURAS OU ENTRELINHAS

**DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS, Diretora de Secretaria da  
Vara Única da Comarca de Pentecoste/CE, por nomeação  
legal etc.**

## C E R T I D ã O

Validade: 30 (trinta) dias, a partir da expedição

**C**ertifico, pela faculdade que me é conferida por lei, notadamente à prevista no art. 389, e, da Lei n. 12.342, de 28 de julho de 1994, que, consoante pesquisa realizada pelo(a) servidor(a), abaixo indicado(a), verificou-se que, no Sistema Informatizado (SPROC), no Livro de Assento Criminal e demais papéis desta Vara, sob minha guarda e responsabilidade NÃO CONSTA CONDENACÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO JUDICIAL CRIMINAL (CF, art. 5º, LVII) em desfavor de:

**LUIZ JOSÉ BARBOSA GOIS, brasileiro(a), natural de Apuiarés-CE, nascido(a) em 03.11.1949, filho(a) de José Augusto Mota Gois e Maltilde Barbosa Gois, portador do RG. N. 668784-83 - SSP/CE.**

Por ser verdade, firmo a presente com a fé de meu cargo.

Pentecoste-CE, 23/04/2013.

**Damária Gomes de Sousa Barros  
DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA ÚNICA  
MAT – 137 - TJCE**



SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

*Francisco Junior de Paula Paiva - MAT. p702113*





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ



## **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA

# **VÁLIDA POR 90 DIAS**

**FRANCISCO RODRIGUES DO NASCIMENTO FILHO, ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL, classe ESPECIAL, lotado(a) e em exercício nesta SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao despacho exarado pelo (a) CORREGEDOR(A) REGIONAL DE POLÍCIA - COR, no expediente protocolizado sob nº 0827.000000/0000-00, onde é requerida CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS para fins de PROCESSO.**

**CERTIFICA** que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal, em nome de **ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, filho(a) de **DEOCLECIANO FERREIRA DA SILVA E RAIMUINDA PEREIRA DA SILVA**, natural de **APUIARÉS/CE**, nascido(a) em **27/12/1977**, portador(a) do documento **RG/CE 2860302-94**. Nada mais havendo firmo o presente.

**FORTALEZA/CE, 15 de abril de 2013**

Página Gerada em 2013-04-15 09:39:47 Por 0007346

  
Francisco Rodrigues do N. Filho  
Escrivão de Polícia Federal  
Mat. 7346 - Classe Especial



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE  
Rua Antonio Martins Bandeira, s/n, Pentecoste-CE – CEP 62640-000  
Telefax: (85) 3352.2608 – e-mail: pentecoste@tjce.jus.br



A PRESENTE CERTIDÃO  
NÃO CONTÉM EMENDAS,  
RASURAS OU ENTRELINHAS

**DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS, Diretora de Secretaria da  
Vara Única da Comarca de Pentecoste/CE, por nomeação  
legal etc.**

### C E R T I D ã O

Validade: 30 (trinta) dias, a partir da expedição

**C**ertifico, pela faculdade que me é conferida por lei, notadamente à prevista no art. 389, e, da Lei n. 12.342, de 28 de julho de 1994, que, consoante pesquisa realizada pelo(a) servidor(a), abaixo indicado(a), verificou-se que, no Sistema Informatizado (SPROC), no Livro de Assento Criminal e demais papéis desta Vara, sob minha guarda e responsabilidade **NÃO CONSTA CONDENAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO JUDICIAL CRIMINAL (CF, art. 5º, LVII)** em desfavor de:

**ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA, brasileiro(a), natural de Apuiarés-CE, nascido(a) em 27.12.1977, filho(a) de Deocleciano Pereira da Silva e Raimunda Pereira da Silva, portador do RG. N. 2860302-94 - SSP/CE.**

Por ser verdade, firmo a presente com a fé de meu cargo.

Pentecoste-CE, 23/04/2013.

  
**Damária Gomes de Sousa Barros  
DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA ÚNICA  
MAT – 137 - TJCE**



SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

*Francisco Junior de Paula Paiva* - MAT. p702113





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC**  
**CNPJ: 11.822.541/0001-11**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:33:16 do dia 30/03/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/09/2013.

Código de controle da certidão: **4761.B79E.F40C.AB55**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Procuradoria Geral do Estado



**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
**Nº 201302276594**

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE</b>
<b>Inscrição Estadual:</b> 06.999.102-2
<b>CNPJ / CPF:</b> 11.822.541/0001-11
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC

**Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.**

**EMITIDA VIA INTERNET EM 25/04/13 ÀS 18:04:03**  
**VÁLIDA ATÉ 24/06/2013**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**



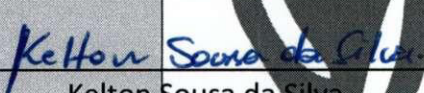


Prefeitura Municipal de Apuiarés  
**SECRETARIA DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**  
AV GOMES DA SILVA 99 – CENTRO C.N.P.J.: 07. 438.468/0001-01  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**



Nº 00020130032	DATA DA EMISSÃO 18/04/2013	VÁLIDA ATÉ 18/07/2013	SITUAÇÃO Processada
REQUERENTE			
NOME: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO ARIVO ENDEREÇO: RUA MANOEL SOARES GUIMARÃES, S/Nº CENTRO MUNICÍPIO: APUIARÉS CPF / CNPJ: 11.822.541/0001-11		INSC. MUNIC. Nº ESTADO: CE	
Em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolada neste órgão, e ressalvado o direito da Secretaria de Finanças do Município de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que, revendo os registros do cadastro da Secretaria de Finanças do Município, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data.			
Validade: 90 Dias, a partir da data de expedição.		Local e Data e Hora	
Apresentando rasura, torna-se nula a presente certidão.		18/4/2013 15:36:36	

  
Luiz José Barbosa Gois  
Sec. Administração e Finanças

  
Kelton Sousa da Silva  
Diret. Depar. Arrec. e Tributos







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES**  
**PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000582013-05001541

Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU  
ABVC

CNPJ: 11.822.541/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 25/03/2013.

Válida até 21/09/2013.



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 11822541/0001-11  
**Razão Social:** ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC  
**Endereço:** R QUATRO 90 / CONJ DA COHAB / APUIARES / CE / 62630-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/04/2013 a 10/05/2013

**Certificação Número:** 2013041115254510140437

Informação obtida em 11/04/2013, às 15:25:45.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.822.541/0001-11

Certidão nº: 28539189/2013

Expedição: 11/04/2013, às 15:25:44

Validade: 07/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.822.541/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



VALIDO SOMENTE COMO SELO DE AUTENTICAÇÃO  
PROVIMENTO TJ

ENFX 03

AUTENTICAÇÃO  
Nº FJ 422.899

Cartório João Paraíba

**CARTÓRIO J.P.**  
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS

Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS: 25 DE 04 DE 13

Costeiramente A. Almeida Matos  
Tabelião  
**JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**

**Escreventes Substitutos:**  
ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARÍLIA FRANCO GOMES DA SILVA

**Escreventes Autorizados:**  
MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

## CERTIDÃO

**JOÃO GOMES DA SILVA FILHO, TABELIÃO DO REGISTRO DO OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS DA COMARCA DE APUIARÉS, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC.**

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que dando busca e revendo neste Cartório a meu cargo os livros de Pessoas Jurídicas foi registrado no **Livro B-08; folhas 110; sobre o nº 1995; datado de 26/11/2012. Registro de uma Ata da Assembleia Geral Extraordinária para alteração do Estatuto da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC.** Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e doze (2012) às 16:00hs na Fazenda Quadu, Apuiarés-CE, reuniram-se a diretoria e os sócios da **Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC.** A senhora Iara Luci Fonseca Mota Presidente da Associação, presidiu a assembleia geral e convocou a senhora Maria Augusta Freitas Diniz para secretariar a reunião, a qual fez a leitura do edital de convocação para alteração do Estatuto da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC, para atender o código civil de 2000. Em seguida foi apresentada as sugestões de alteração em vários artigos do Estatuto que foram comentados e após discussão foi aprovado por toda assembleia presente o Estatuto que será escrito abaixo: **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU – ABVC. CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE.** Art. 1º A Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC, identificada pela sigla ABVC, é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de agosto de 1987, com sede no município de Apuiarés, Estado do Ceará devidamente registrada no Cartório Filgueira Mendes, município de Apuiarés Estado do Ceará, no Livro A-1, fls 01/05 em 25 de janeiro de 1988. Art. 2º Associação Beneficente do Vale do Curu tem fórum na cidade de Apuiarés e área de abrangência na região do Vale do Curu e tem duração por tempo indeterminado. Art. 3º - Não haverá distinção de credo, raça, nem terá caráter político ou religioso. Art. 4º - A Associação Beneficente do Vale do Curu tem por finalidade: I- Promover atividades sociais, culturais, recreativas esportivas que visem o bem estar da comunidade. II – Prestar assistência médica educativa e social aos seus associados, podendo para tanto, formar convenio ou contratos, com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e quando permitido pelas leis nacionais. III – Assistir e incrementar atividades comunitárias, no campo agropecuário, saúde, higiene e nutrição. IV – Desenvolver o espírito associativo das famílias na execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida. V- Lutar pela preservação



do meio ambiente. VI – Apoiar e realizar ações e gerações de renda, através da valorização do artesanato regional, potencializando-se as vocações tradicionais e implantando ações inovadoras. VII – Promover a formação e qualificação profissional e humanas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, social, cultural, econômica e turística. VIII – Manter um serviço de radio difusão comunitária em regime exclusivamente educativa, cultural e informativo, que lhe foi outorgado pelo poder concedente mantendo as exigências contratuais: a) a responsabilidade e a orientação intelectual caberão sempre a brasileiros novos e naturalizados há mais de 10 anos. b) o quadro de pessoal da radio comunitária será constituído pelo menos por 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros. c) a entidade não poderá efetivar nenhuma alteração no estudo com referencia a este item, sem previa autorização dos órgãos competentes. **PARAGRAFO ÚNICO** – As atividades previstas nas finalidades da ABVC, serão realizadas de forma gratuitas, sem discriminação de qualquer natureza. **CAPITULO II – DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO.** Art. 5º São poderes da entidade: a) Assembleia Geral; b) diretoria; c) Conselho Fiscal. **PARAGRAFO ÚNICO** – As atividades dos membros da diretoria, do conselho fiscal, sócio, instituidores, do benfeitores, não serão remunerados, ne receberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título. Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. **CAPITULO III- DA ASSEMBLEIA GERAL.** Art. 6º A assembleia Geral, órgão supremo da entidade é constituído dos sócios fundadores e contribuintes em pleno gozo dos seus direitos, convocado na forma deste estatuto, a fim de liberar sobre matéria de interesse da associação, podendo ser: a) **ORDINARIA** – realizada anualmente na data de sua fundação para apreciação e apresentação de relatórios, prestação de contas da diretoria e outros assuntos constantes na pauta de convocação; b) **EXTRAORDINARIA** – Quando se fizer necessário de liberar sobre assuntos de interesse da associação. **PARAGRAFO ÚNICO** – A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou por requerimento escrito e assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo direitos. Art. 7º Compete Assembleia Geral: - Anualmente examinar e aprovar os relatórios e prestação de contas da Diretoria. II – Eleger a diretoria e Conselho fiscal. III – Aprovar e reformular o Estatuto da Associação. IV – Fixar a taxa de contribuição dos Sócios. V – Destituir a Diretoria e Conselho Fiscal. VI – Resolver em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas aos sócios. VII – Substituir parcialmente membros da diretoria por motivo de ausência ou incompetência. **PARAGRAFO ÚNICO** – Quando se trata de reforma do estatuto e destituição dos administradores, a assembleia geral deverá ser convocada especialmente para este fim, sendo necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes a assembleias, não podendo deliberar em primeira convocação, sem maioria absoluta dos associados, ou pelo menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes. Art. 8º A Assembleia geral só poderá delibera, validamente, sobre assuntos constantes na pauta de sua convocação. Art. 9º - A Assembleia Geral será convocada através de edital constando na Paula, dia, hora e local da sua realização. **PARAGRAFO ÚNICO** – O edital de convocação devera ser fixado em locais de fácil acesso dos sócios, no mínimo, sete (7) dias antes da realização da Assembleia Geral. Art. 10º - A Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria dos sócios em seguida convocação, um (uma) hora depois, com qualquer números, excerto no que trata o art. 7 em seu paragrafo único. **CAPITULO IV – DA DIRETORIA.** Art. 11º A diretoria será eleita para um período de três (3) anos, em assembleia geral convocada para este fim, conforme art. 9º deste estatuto. Art. 12 - A Diretoria constituída de a) presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 1º Tesoureiro; e) 2º Secretário; f) 2º Tesoureiro. **PARAGRAFO ÚNICO** - Serão órgãos auxiliares da Diretoria, departamentos por ela criadas tantos forem necessários para o desenvolvimento das atividades a que se propõe a associação. Art. 13 – Só poderão exercer cargos eleitos da Diretoria sócios em pleno gozo dos seus direitos. Art. 14 – Compete a Diretoria: a) Administrar a Associação; b) Levar a apresentação do conselho fiscal e, posteriormente, da assembleia geral os relatórios da atividades anuais, prestação de contas e propostas orçamentarias; c) Elaborar normas gerais de funcionamento da associação e regime interno; d) julgar



A PRESENTE COPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
APUÍRES 25 DE 04 DE 13  
Entidade A. Vitoria









22º - São direitos dos sócios fundadores e contribuintes: a) constituir as assembleias gerais e nelas ter direitos a palavra; b) votar e ser votado nas formas deste estatuto; c) fazer ao presidente da associação, por escrito propostas sugestão de interesse social; d) utilizar os serviços existentes ou que vieram a ser criados pela a associação diretamente ou através de convênios; e) propor admissão dos sócios em qualquer categoria; f) requerer a convocação de assembleia geral extraordinária.

PARAGRAFO 1º - A convocação de assembleia geral pelo associado deverá contar a matéria a ser tratada e contar com a assinatura de 1/3 (um terço) dos associados.

PARAGRAFO 2º - Só poderão usufruir dos direitos e deveres os associados em dia com suas mensalidades.

Art. 23º - São deveres dos sócios fundadores e contribuintes: a) votar nas eleições para eleger a diretoria e conselho; b) pagar em dia suas mensalidades; c) zelar pelos interesses, empreendimentos e patrimônios da entidade; d) contribuir para que a associação execute suas programações colaborando e participando das atividades promovidas pela diretoria e seus departamentos; e) evitar pronunciamentos políticos ou que induzam a secretarismo religioso ou preconceito racial; f) cumprir e fazer cumprir o estatuto; g) comparecer as assembleias gerais com ampla liberdade de manifestar sua opinião, cumprindo os preceitos da reciproca consideração pessoal; h) apresentar carteira do sócio sempre que for solicitado; i) indenizar a associação de qualquer prejuízo que venha a causar.

Art. 24º São critérios para admissão dos sócios: a) ser morador da região; b) ter idades mínima de 16 anos; c) apresentar no alto da inscrição documentos de identificação e dois (duas) fotos 3x4; d) pagar a taxa da mensalidade estipular pela assembleia geral. Art. 25º - A demissão do associado dar-se-á: a) por vontade própria; b) por atraso nas mensalidades por mais de três meses sem uma justificativa; c) por pratica de atos que atendam contra os interesses da entidade.

PARAGRAFO ÚNICO - Os associados terão o direito de apresentar recurso contra decisão de sua expulsão, através de assembleia geral convocada para este fim observando-se no que determina o art. 10º deste estatuto.

**PARAGRAFO VII DAS ELEIÇÕES.** Art. 26º - As eleições para a diretoria dar-se-ão de três em três anos em assembleia geral extraordinária, convocada para este fim, de conformidade com o art. 9º deste estatuto.

Art. 27º - Os candidatos a diretoria da associação deverão officiar a composição da chapa ao atual presidente da associação até quinze dias antes da eleição, o qual dará ciência aos demais associados através de edital.

PARAGRAFO ÚNICO - Terá direito a votar e ser votado os associados que até 15 dias antes da eleição estejam em dia com o pagamento de suas mensalidades.

Art. 28º - Será permitida a reeleição da diretoria.

**CAPITULO VIII - DO PATRIMONIO.** Art. 29º - O patrimônio da Associação Beneficente do Vale do

Curu - ABVC, será constituído de bens moveis e imóveis que forem doados pelos poderes públicos, entidades privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda adquirido com seus próprios recursos.

Art. 30º - A receita da associação beneficente do Vale do Curu - ABVC será constituída pelas mensalidades dos sócios ou de particulares, bem como renda de promoções e campanhas feitas em favor da associação.

PARAGRAFO ÚNICO - A Associação aplicará suas rendas recursos e eventuais resultado financeiro, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos.

**CAPITULO IX - DAS DISPOSISSÕES GERAIS E TRANSITORIAS.** Art. 31º - Associação Beneficente do Vale do Curu -

ABVC, só poderá ser dissolvida juridicamente ou por motivo de dificuldades considerada insuperáveis por requerimento de 2/3 da totalidade dos seus sócios

Art. 32º - Em de dissolução da Associação Beneficente do Vale do Curu - ANBV, os bens que integram seu patrimônio serão incorporados ao patrocínio de qualquer entidade que tenha finalidades congêneres a que dissolve no município de Apuiarés, estado do Ceará.

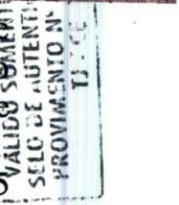
Art. 33º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos, pela diretoria, da Associação Beneficente do Vale



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS 25 DE 04 DE 12

Brasão de Armas  
Cristiane Almeida Malos





do Curu – ABVC com os parecer do conselho fiscal. Art. 34º - O presente estatuto entrará em vigor na data da aprovação em assembleia Geral. E por não haver nada mais a ser tratado deu-se por encerrado a reunião e eu Maria Augusta Freitas Diniz que secretariei a reunião e aprovada será assinada pelos membros da diretora e pelos componentes do Conselho Fiscal. O referido é verdade Dou fé. Eu João Gomes da Silva Filho, Oficial do Registro, lavrei o presente registro, subscrevo e assino. Transladado em 18 de abril de 2013.

O referido é verdade, dou fé.  
Apuiarés, 18 de abril de 2013  
*João Gomes da Silva Filho*  
JOÃO GOMES DA SILVA FILHO  
TABELIÃO

VALIDO SOMENTE COM  
SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVIM



CARTÓRIO JOÃO PARAIBA  
Apuiarés - CE  
Dr. João Gomes da Silva Filho



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 25 DE 04 DE 13

*Cristiane Almeida Matos*  
Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURÚ – ABVC



## CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE.

**Art. 1º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú, identificada pela sigla ABVC, é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de Agosto de 1987, com Sede no município de Apuiarés, Estado do Ceará devidamente registrada no Cartório Filgueira Mendes, município de Apuiarés estado do Ceará, no livro A – 1 – folhas 01/05 em 25 de janeiro de 1988.

**Art. 2º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem fórum na cidade de Apuiarés e área de abrangência na região do Vale do Curu e tem duração por tempo indeterminado.

**Art. 3º** - Não haverá distinção de credo, raça, nem terá caráter político partidário ou religioso.

**Art. 4º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem por finalidade:

I – Promover atividades sociais, culturais, recreativas e esportivas que visem o bem estar da comunidade.

II – Prestar assistência médica, educativa e social aos seus associados, podendo para tanto, formar convênio ou contratos com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e quando permitido pelas leis nacionais.

III – Assistir e incrementar atividades comunitárias, no campo Agropecuário, Saúde, Higiene e Nutrição.

IV – Desenvolver o espírito associativo das famílias na execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida.

V – Lutar pela preservação do Meio Ambiente.

VI - Apoiar e realizar ações de geração de renda, através da valorização do artesanato regional, potencializando as vocações tradicionais e implantando ações inovadoras.

VII - Promover a formação e qualificação profissional e humana nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, social, cultural, econômica e turística.

VIII – Manter um serviço de rádio difusão comunitária em regime exclusivamente educativa, cultural e informativo, que lhe foi outorgado pelo poder concedente mantendo as exigências contratuais:

- a) a responsabilidade e a orientação intelectual caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.
- b) o quadro de pessoal da rádio comunitária será constituído pelo menos por 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.
- c) A entidade não poderá efetivar nenhuma alteração no estatuto com referencia a este item, sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**Parágrafo Único** – As atividades previstas nas finalidades da ABVC serão realizadas de forma gratuitas, sem discriminação de qualquer natureza.



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.

APIARÉS, 25 DE 04 DE 13

Cristiane Almeida Matos

Escritora Substituta



## CAPÍTULO II – DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 5º** - São poderes da entidade: a) Assembléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal.

**Parágrafo Único** – As atividades dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Sócios, Instituidores ou Benfeitores, não serão remunerados, nem receberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título. Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

## CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 6º** - A Assembléia Geral, órgão supremo da entidade, é constituído dos sócios fundadores e contribuintes em pleno gozo dos seus direitos, convocada na forma deste estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Associação, podendo ser: a) ORDINÁRIA – realizada anualmente na data de sua fundação para apreciação e apresentação de relatórios, prestação de contas da Diretoria e outros assuntos constantes na pauta de convocação; b) EXTRAORDINÁRIA – Quando se fizer necessário deliberar sobre assuntos de interesse da associação.

**Parágrafo Único** – A Assembleia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou por requerimento escrito e assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo direitos.

**Art. 7º** - Compete a Assembleia Geral:

- I- Anualmente examinar e aprovar os relatórios e prestação de contas da Diretoria.
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal.
- III - Aprovar e reformular o Estatuto da Associação. ✓
- IV- Fixar a taxa de contribuição dos sócios.
- V- Destituir a Diretoria e Conselho Fiscal. ✓
- VI- Resolver em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas aos sócios.
- VII- Substituir parcialmente membro da Diretoria por motivo de ausência ou incompetência.

**Parágrafo Único** – Quando se tratar de reforma do estatuto e destituição dos administradores, a Assembleia Geral deverá ser convocada especialmente para este fim, sendo necessária a aprovação de 2/3(dois terços) dos presentes a assembleia, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

**Art. 8º** - A Assembléia Geral só poderá deliberar, validamente, sobre assuntos constantes na pauta de sua convocação.

**Art. 9º** - A Assembléia Geral será convocada através de edital constando na pauta, dia, hora e local da sua realização.

**Parágrafo Único** - O edital de convocação deverá ser fixado em locais de fácil acesso dos sócios, no mínimo, sete (sete) dias antes da realização da Assembléia Geral.

**Art. 10º** - A Assembléia Geral só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria dos sócios, em segunda convocação, um (uma) hora depois, com qualquer número, exceto no que trata o art. 7º em seu parágrafo único.



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.  
APUIARÉS. 25 DE 04 DE 13  
Cristiane Almeida Matos  
Escritor Substituta





#### CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA

**Art. 11º** - A Diretoria será eleita para um período de três (três) anos, em Assembleia Geral convocada para este fim, conforme art. 9º deste Estatuto.

**Art. 12º** - A Diretoria, constituída de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 1º Tesoureiro; e) 2º Secretário; f) 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Único** – Serão órgãos auxiliares da Diretoria, departamentos por ela criados, tantos quantos forem necessários para o desenvolvimento das atividades a que se propõe a Associação.

**Art. 13º** - Só poderão exercer cargos eletivos da Diretoria sócios em pleno gozo dos seus direitos.

**Art. 14º** - Compete a Diretoria: a) Administrar a Associação; b) Levar a apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, da Assembléia Geral os relatórios das atividades anuais, prestação de contas e propostas orçamentárias; c) Elaborar normas gerais de funcionamento da associação e regimento interno; d) Julgar propostas de admissão de sócios; e) Aplicar penalidades aos sócios faltosos; f) Convocar Assembléia Geral; g) Planejar e avaliar as atividades da associação; h) Responsabilizar-se pelo patrimônio da associação, guarda, aplicação dos seus bens e aquisição de material para o funcionamento das atividades da entidade. i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Parágrafo Único** – A Diretoria reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário.

**Art. 15º** - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral, com direito de voto de qualidade; b) Orientar e supervisionar todas as atividades da associação; c) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial em suas relações com terceiros, especialmente a órgãos da união, do Estado do Município, organizações internacionais de assistência social; d) Assinar juntamente com o tesouro, autorização de pagamentos, cheques de demais documentos que envolvem responsabilidades financeiras para a associação; e) Assinar toda e qualquer correspondência; f) Decidir e tomar providencia de caráter urgente e imprevisto na impossibilidade de reunir a Diretoria; g) Passar o cargo ao Vice-Presidente sempre que tiver de ausentar-se.

**Art. 16º** - Compete ao Vice- Presidente: a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências; b) Colaborar com o Presidente em caso de acumulo de serviço.

**Art. 17º** - Compete ao 1º Secretário: a) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e lavrar as respectivas atas; b) Ler o expediente; c) Organizar e manter em dia os trabalhos que se relacionam com a secretaria, bem como correspondência e arquivo; d) Substituir o Presidente na falta do Vice-Presidente.

**Art. 18º** - Compete ao 1º Tesoureiro: a) Arrecadar mensalmente dos sócios, efetuando os respectivos controles; b) Responsabilizar-se pelo numerário em caixa e em banco; c) Efetuar pagamentos com autorização do Presidente, arquivando comprovantes das despesas para posterior escrituração; d) Manter a escrituração do livro caixa em dia; e) Preparar balancetes e relatórios financeiros para prestação de contas.



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 25 DE 04 DE 13

*Cristiane A. Matos*  
Cristiane Almeida Matos  
Escrivente Substituta



**Parágrafo 1º** - No caso de mais substituições, as vagas por elas geradas serão preenchidas através de Assembleia Geral extraordinária.

**Parágrafo 2º** - Serão considerados demissionários os membros da Diretoria que, sem uma justificativa, faltarem três (três) reuniões consecutivas ou cinco (cinco) intercaladas.

## CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

**Art. 19º** - O Conselho Fiscal será constituído de três (três) membros, eleitos, juntamente com a Diretoria, na forma do art. 7º.

**Art. 20º** - Compete ao Conselho Fiscal: a) Fiscalizar as atividades da Diretoria; b) Examinar cartas e comprovantes, dar parecer nos balancetes gerais e propostas orçamentárias; c) Comunicar a Assembleia Geral de alguma irregularidade ocorrida; d) Convocar a Assembleia Geral sempre que for necessário.

**Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer cargo na Diretoria ou chefia de departamentos.

## CAPÍTULO VI – DOS SÓCIOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES – ADMISSÃO E DEMISSÃO

**Art. 21º** - A ABVC tem quatro (quatro) categorias de sócios: a) Sócios Fundadores; b) Sócios Contribuintes; c) Sócios Beneméritos; d) sócios Honorários.

**Parágrafo 1º** - São consideradas sócios fundadores aquelas pessoas que houverem colaborado na organização da associação e assinado à ata da Assembleia Geral de constituição da entidade.

**Parágrafo 2º** - São considerados sócios contribuintes os que se associarem após a fundação.

**Parágrafo 3º** - Serão considerados sócios beneméritos àqueles que se tornem merecedores dessa distinção pelos relevantes serviços prestados a associação ou que tenha feito donativo de real valor.

**Parágrafo 4º** - São considerados sócios honorários aqueles que possam e queiram colaborar com a associação.

**Parágrafo 5º** - A categoria de sócio a que se refere o parágrafo 2 deste artigo, contribuirá mensalmente com uma quantia estipulada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 6º** - Os sócios não responderão solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.

**Art. 22º** - São direitos dos sócios fundadores e contribuintes: a) constituir as Assembleias Gerais e nelas ter direito a palavra; b) Votar e ser votado nas formas deste estatuto; c) Fazer ao Presidente da Associação, por escrito propostas e sugestões de interesse social; d) utilizar os serviços existentes ou que vierem a ser criados pela associação diretamente ou através de convênios; e) Propor admissão dos sócios em qualquer categoria; f) Requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

**Parágrafo 1º** - A convocação de Assembleia Geral pelo associado deverá constar a matéria a ser tratada e contar com a assinatura de 1/3 (um terço) dos associados.



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU.FE.

APIARES, 25 DE 04 DE 13

*Cristiane Almeida Matos*  
Escritor Substituta



**Parágrafo 2º** - Só poderão usufruir dos direitos e deveres os associados em dia com suas mensalidades.

**Art. 23º** - São deveres dos sócios fundadores e contribuintes: a) votar nas eleições para eleger a Diretoria e Conselho; b) Pagar em dia suas mensalidades; c) Zelar pelos interesses, empreendimentos e patrimônio da entidade; d) Contribuir para que a associação execute suas programações colaborando e participando das atividades promovidas pela Diretoria e seus departamentos; e) Evitar pronunciamentos políticos ou que induzam a sectarismo religioso ou preconceito racial; f) Cumprir e fazer cumprir o estatuto; g) Comparecer as Assembléias Gerais com ampla liberdade de manifestar sua opinião, cumprindo os preceitos da recíproca consideração pessoal; h) Apresentar carteira de sócio sempre que for solicitado; i) Indenizar a associação de qualquer prejuízo que venha a causar.

**Art. 24º** - São critérios para admissão dos sócios; a) Ser morador da região; b) Ter idade mínima de 16 anos; c) Apresentar no ato da inscrição documento de identificação e dois (duas) fotos 3x4; d) Pagar a taxa da mensalidade estipulada pela Assembleia Geral.

**Art. 25º** - A demissão do associado dar-se-á: a) Por vontade própria; b) Por atraso nas mensalidades por mais de três meses sem uma justificativa; c) Por prática de atos que atendem contra os interesses da entidade.

**Parágrafo Único** – Os associados terão o direito de apresentar recurso contra decisão de sua expulsão, através de Assembleia Geral convocada para este fim, observando-se o que determina o Art.10º deste estatuto.

## CAPÍTULO VII– DAS ELEIÇÕES

**Art. 26º** - As eleições para a Diretoria dar-se-ão de três em três anos, em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, de conformidade com o art. 9º deste estatuto.

**Art. 27º** - Os candidatos a Diretoria da associação deverão oficializar a composição da chapa ao atual Presidente da associação até quinze dias antes da eleição, o qual dará ciência aos demais associados através de edital.

**Parágrafo Único** – Terá direito a votar e ser votado os associados que até 15 dias antes da eleição estejam em dia com o pagamento de suas mensalidades.

**Art. 28º** - Será permitida a reeleição de membros da Diretoria.

## CAPÍTULO VIII – DO PATRIMONIO

**Art. 29º** - O patrimônio da ABVC será constituído de bens móveis e imóveis que forem doados pelos poderes públicos, entidades privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda adquirido com seus próprios recursos.

**Art. 30º** - A receita de ABVC será constituída pelas mensalidades dos sócios subvenções ou qualquer auxílio público ou de particulares, bem como renda de promoções e campanhas feitas em favor da associação.



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
AQUIRÉS 25 DE 04 DE 13  
Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta



**Parágrafo Único** – A Associação aplicará sua rendas, recursos e eventual resultado financeiro, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos.



## CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 31º** - A ABVC só poderá ser dissolvida juridicamente ou por motivo de dificuldades considerada insuperáveis por requerimento de 2/3 da totalidade dos seus sócios.
- Art. 32º** - Em caso de dissolução da ABVC, os bens que integram seu patrimônio serão incorporados ao patrimônio de qualquer entidade que tenha finalidades congêneres a que dissolveu no município de Apuiarés, estado do Ceará.
- Art. 33º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria da ABVC com os parecer do Conselho Fiscal.
- Art. 34º** - O presente estatuto entrará em vigor na data da aprovação em Assembleia Geral.

Apuiarés, 21 de Novembro de 2012.

*Iara Luci Fonseca Mota*  
**Iara Luci Fonseca Mota**  
Presidente

**Maria Augusta Freitas Diniz**  
1º Secretário

*Maria Augusta Freitas Diniz*  
**Luiz José Barbosa Gois**  
Tesoureiro



Cartão João Paraíba Ofício de Notas e Registros de Apuiarés-Ce Praça Alcides Paraíba, S/N - Centro CEP: 62.630-000 Fone/Fax: (85) 3356-1196	Reconheço a(s) firma(s) por <input checked="" type="checkbox"/> AUTENTICIDADE SEMELHANÇA <i>Iara Luci Fonseca Mota</i> Dou fé. Apuiarés-Ce 18 ABR. 2013 Em test. <i>Cristiane Almeida Matos</i> da Verdade. <input type="checkbox"/> João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO <input checked="" type="checkbox"/> Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta
--	--



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.  
AQUIARÉS, 25 DE 04 DE 13  
*Cristiane Almeida Matos*  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta



Cartão João Paraíba Ofício de Notas e Registros de Apuiarés-Ce Praça Alcides Paraíba, S/N - Centro CEP: 62.630-000 Fone/Fax: (85) 3356-1196	Reconheço a(s) firma(s) por <input checked="" type="checkbox"/> AUTENTICIDADE SEMELHANÇA <i>Maria Augusta Freitas Diniz</i> <i>Luiz José Barbosa Gois</i> Dou fé. Apuiarés-Ce 18 ABR. 2013 Em test. <i>Cristiane Almeida Matos</i> da Verdade. <input type="checkbox"/> João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO <input checked="" type="checkbox"/> Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta
--	--



Fls. 98  
Comunidade



**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR: TARA LUCI FONSECA MOTA

DATA DE NASCIMENTO: 05/08/1961

MUNICÍPIO: APURARES

DATA DE EMISSÃO: 13/04/99

SEÇÃO: 050 0018

**Selo de Autenticidade**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

03

AUTENTICAÇÃO

Nº FJ 422.708

17 ABR 2013

**Selo de Autenticidade**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

03

AUTENTICAÇÃO

Nº FJ 422.709

17 ABR 2013



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

POLEGAR DIRETO

*Tara Luci Fonseca Mota*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

**Selo de Autenticidade**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

03

AUTENTICAÇÃO

Nº FJ 422.710

17 ABR 2013

**Selo de Autenticidade**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

03

AUTENTICAÇÃO

Nº FJ 422.711

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

454.738.623-49

TARA LUCI FONSECA MOTA

05/08/1961

**Certifico que a presente cópia confere com o original respectivo**

Dou fé. Apurares-CE

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho-Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**Selo de Autenticidade**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

WP84 03

AUTENTICAÇÃO

Nº FJ 422.712

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho-Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 496967-2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 18-08-98

NOME FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS

FILIAÇÃO Francisco Bernardo Sobrinho  
Elizabeth Ferreira Santos

APUIARÉS-CE 07-01-54

DOC ORIGEM Cert. Cas. 17122 Iv. B-27 Fls. 518

ASSINATURA DO DIRETOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E DEFESA DA CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Assinatura: Francisco Bernardo Gois

Seio de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
Nº FJ 422.719

Cartório João da Silva  
Ofício de Notas e Registros RTD: 196  
Apuiarés CE Tel/Fax: 1851 3356 1195

Certifico que a presente cópia confere com o original respectivo  
Dou fé. Apuiarés-CE

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado

Seio de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
Nº FJ 422.730

Cartório João da Silva  
Ofício de Notas e Registros RTD: 196  
Apuiarés CE Tel/Fax: 1851 3356 1195

Certifico que a presente cópia confere com o original respectivo  
Dou fé. Apuiarés-CE

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado

FICHA CADASTRAL

CPF: 841767253-20

Nome: FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS

Nascimento: 07/01/54

Nome da Mãe: ELIZABETE FERREIRA SANTOS

Endereço:

R ROSALEITE OLIVEIRA, 123 - BARRA DO CEARÁ  
60341-540 FORTALEZA - CE

Seio de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
Nº FJ 422.731

Cartório João da Silva  
Ofício de Notas e Registros RTD: 196  
Apuiarés CE Tel/Fax: 1851 3356 1195

Certifico que a presente cópia confere com o original respectivo  
Dou fé. Apuiarés-CE

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

05-1

POLEGAR DIREITO

*Maria Augusta Freitas Diniz*

Assinatura do titular original respectivo

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

Seio de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA

U412 03

AUTENTICACAO

Nº FJ 422.701

17 ABR 2013

MAI/2008

Emissao

Cartão de uso pessoal e intransferível. Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

Seio de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA

U412 03

AUTENTICACAO

Nº FJ 422.703

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião

Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada

Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizada

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Numero de Inscrição

260.392.223-87

Nome

MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

Mascimento

03/04/1962

Seio de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA

U412 03

AUTENTICACAO

Nº FJ 422.702

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião

Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada

Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizada

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

Seio de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA

U412 03

AUTENTICACAO

Nº FJ 422.702

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião

Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada

Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizada

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE

Seio de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA

U412 03

AUTENTICACAO

Nº FJ 422.704

17 ABR 2013

João Gomes da Silva Filho Tabelião

Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada

Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizada

VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICIDADE







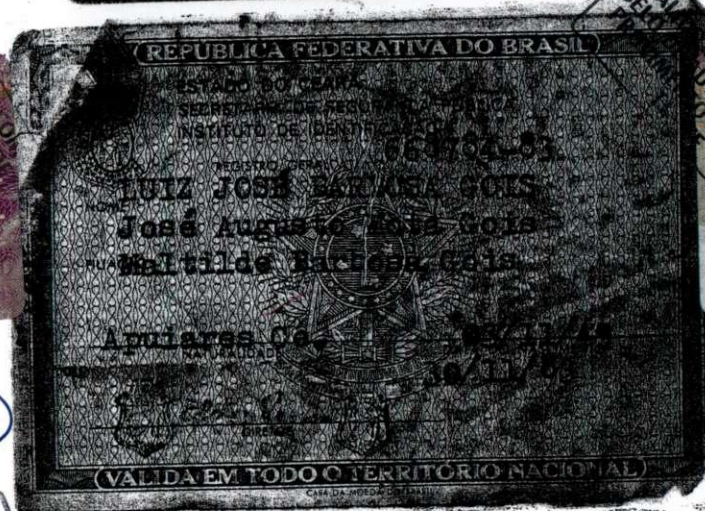


SEI 53000.029227/2012-45 / pg. 102

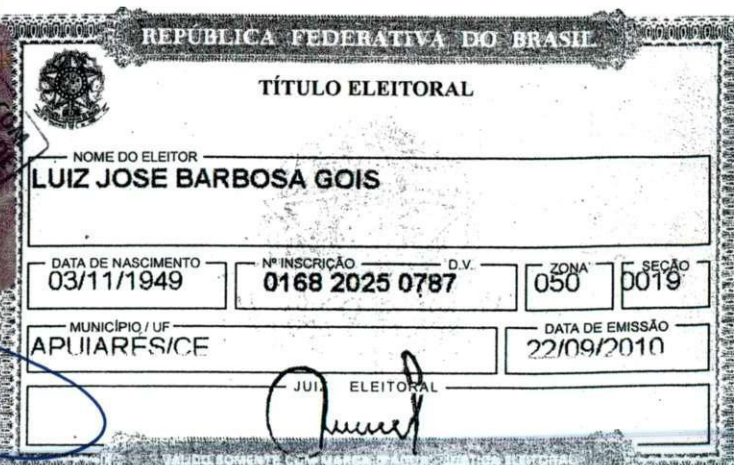
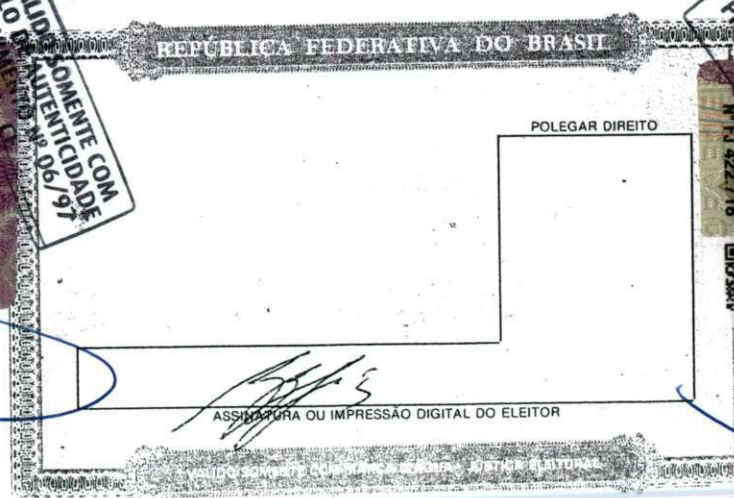


das Gemeindegeld  
Fts. 101  
Rechnung





Ministério João Pessoa  
Aplicadores - Ca.  
A PRESERVAÇÃO DA  
O ORIGINAL EXIBIDO (NOTAS) NOTAS DO  
APLICADOR  
JOÃO GOMES DA SILVA FILHO



109  
109  
109



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2850302-94 DATA DE EXPEDIÇÃO 20-09-94

NOME ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO Deocleciano Barreira da Silva

Raimunda Pereira da Silva

Apuiarés-Ce 27.12.1977

Cert Nasc Nº 2.047 L 03 Fls 296

DOC ORIGEM Cart Apuiarés-Ce

CPF

FORTALEZA CE

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

17 ABR 2013

SELO PROVA DE AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Q2XL 03

AUTENTICAÇÃO Nº FJ 422.724

17 ABR 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

DOAIR JOSE PEREIRA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 27/12/1977 Nº INSCRIÇÃO 419992807/28 ZONA 050 SEÇÃO 0024

MUNICÍPIO / UF APUIARES CE DATA DE EMISSÃO 27/05/94

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

17 ABR 2013

SELO PROVA DE AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

RJSF 03

AUTENTICAÇÃO Nº FJ 422.726

17 ABR 2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

765.902.243 -15

ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA

27/12/1977

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

17 ABR 2013

SELO PROVA DE AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

ZWVG 03

AUTENTICAÇÃO Nº FJ 422.728

17 ABR 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Assinatura do titular

ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

17 ABR 2013

SELO PROVA DE AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

3R20 03

AUTENTICAÇÃO Nº FJ 422.725

17 ABR 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura ou impressão digital do titular

ODAIR JOSÉ PEREIRA DA SILVA

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

17 ABR 2013

SELO PROVA DE AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

GGGF 03

AUTENTICAÇÃO Nº FJ 422.727

17 ABR 2013

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CORREIOS

www.correios.com.br

SELO PROVA DE AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

RGXV 03

AUTENTICAÇÃO Nº FJ 422.723

17 ABR 2013





# DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

(Lei nº 7.115/83)

**IARA LUCI FONSECA MOTA**, brasileira, divorciada, professora, natural de Itapagé/Ceará, nascida aos 05/08/1961, filha de Raimundo Silva Mota e Francisca Fonseca Mota, portadora da identidade nº 1132320-SSP/Ce, e CPF(MF) nº 454.738.623-49. **DECLARO**, conforme artigo 1º da Lei 7115/85 que resido no seguinte endereço: Rua João Honório Freitas, 00342, centro, Apuiarés - Ceará.

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Apuiarés-Ce, 19 de abril de 2013.

Declarante: Iara Luci Fonseca Mota  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**

VALIDA CONTE COM SELO DE AUTENTICIDADE PROV. 01/07

Y100 02 RECONHECIMENTO DE FIRMA Nº BK 422.279

Car. João Paraiba  
Ofício de Notas e Registros de Apuiarés-Ce  
Praça Alcides Paraiba, S/N - Centro  
CEP. 62.630-000 Fone/Fax: (85) 3356-1196

Reconheço a(s) firma(s) por Iara Luci Fonseca Mota ☒ AUTENTICIDADE SEMELHANÇA

Dou fe. Apuiarés-Ce **19 ABR. 2013**

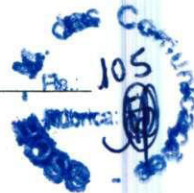
Em test. [assinatura] da Verdade.

☒ João Gomes da Silva Filho-TABELÃO  
☐ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta





TELEMAR NORTE LESTE S/A  
CNPJ: 33.000.118/0015-74 - INSC. ESTADUAL: 06.106.205-7  
AV. SANTOS DUMONT, 6355 - FORTALEZA - CE CEP: 60175-053  
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79



**FRANCISCO JOSE BARBOSA GOIS**  
AV. FREDERICO FERREIRA PONTES, S/N  
X  
CENTRO  
62630-000 APUIARES-CE

DATA DE EMISSÃO  
22/03/2013

CNPJ / CPF  
00003268101372

INSCRIÇÃO ESTADUAL

TIPO DE TERMINAL  
RESIDENCIAL

COD. DEB. AUTOMÁTICO  
000943596662

CODIGO DDD  
85

TELEFONE/CONTRATO  
**3356-1060 0 1**

VALOR A PAGAR

**R\$ 20,83**

VENCIMENTO

**08/04/2013**

PLANO LOCAL: BÁSICO

PAG./LINHA	DATA	DESCRIÇÃO	TEL. ORIGEM	TEL. CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR
------------	------	-----------	-------------	--------------	---------	---------	--------	-------

CODIGO PROXIMO AO VALOR DO ITEM IDENTIFICA SERVIÇO REFATURADO, DESCONTO E/OU PARTICIPAÇÃO EM PLANO PROMOCIONAL, CONFORME ABAIXO:  
VD - VALOR COM DESCONTO

PRESTADORA TELEMAR NORTE LESTE S/A

NFST N. 00000419512/SERIE /SUB-SERIE

TELEFONE 05615 3356-1060 0 1

SERVIÇOS MENSAIS

0001/01 22/03/2013 BLDQ.CHAMADAS AUTOMAT. COBRAR 01 A 30/03/13  
0001/02 22/03/2013 PA124 PLANO CONTROLE 80 MIN 01 A 30/03/13  
SUBTOTAL

57,31%

VD

7,50  
15,79  
23,29

DESCONTOS

0001/03 12/03/2013 CRED.P/INTERRUP.(N.DIAS X VLR.ASSINAT./30)  
0001/04 19/03/2013 CRED.P/INTERRUP.(N.DIAS X VLR.ASSINAT./30)  
SUBTOTAL

-1,23  
-1,23  
-2,46

BASE DE CÁLCULO ICMS 20,83  
ALÍQUOTA 27%  
VALOR 5,62

TOTAL NOTA FISCAL SERVIÇOS

20,83

ISS

RESERVADO AO FISCO

fbac.8e58.2659.8a7c.95f9.c009.57b2.dd47

FATURA N.: 0900066260058

TELEMAR NORTE LESTE S/A - AV. SANTOS DUMONT, 6355 - FORTALEZA - CE CEP: 60175-053  
CNPJ: 33.000.118/0015-74 - INSC. ESTADUAL: 06.106.205-7

RESUMO GERAL

LOCAL TELEFONE CJ SU  
05615 3356-1060 0 1  
TOTAL

VALOR  
20,83  
20,83

COI JUÍCOES: PARA O FUST(1%) FUNTEL(0,5%) DO VALOR DOS SERVIÇOS, NÃO REPASSADAS AS TARIFAS.

• Pagando até o vencimento você evita:

- Cobrança de multa de 2% + juros de 1% ao mês.
- Suspensão da prestação de serviços (parcial 30 dias e total 60 dias).
- Com + de 90 dias de atraso, inclusão nos cadastros dos Serviços de Proteção ao Crédito (Serasa, SPC e similares) e cancelamento da linha com perda do número.

"A Oi informa que, a partir de março de 2013, terá novos valores promocionais para o Oi Fixo. Mais informações [www.oi.com.br](http://www.oi.com.br)"

### RESUMO DA FATURA

SERVIÇOS 01 FIXO	20,83
SERVIÇOS MENSIS E EVENTUAIS E LIG. FIXO-FIXO	20,83
LIGACOES PARA CELULAR	0,00
SERVIÇOS OUTRAS PRESTADORAS	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	0,00
OUTROS VALORES	0,00

VALOR A PAGAR

**R\$ 20,83**

VENCIMENTO

**08/04/2013**



10º Tabelionato de Notas de Fortaleza - Cartório Moreira de Deus  
Rua Cassimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza - CE - Fone (85) 3223-9565  
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

AUTENTICAÇÃO - A presente cópia fotostática  
Confere com o original exibido nestas notas. Dou fé.  
Fortaleza, 25/04/2013 Em testemunho da verdade,  
Maria Jocilene da Silva - Escrevente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CIDADE DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ



**CARTÓRIO CYSNE**

REGISTRO CIVIL DA 3ª ZONA

**WÂNIA CYSNE DE MEDEIROS DUMMAR**

Oficiala

**GEÓRGIA B. CYSNE DE MEDEIROS**

Escrevente

**TÂNIA MARIA AGOSTINHO DA SILVA**

Escrevente

**CLÁUDIA VIRGÍNIA B. CYSNE DE MEDEIROS**

Substituta

**MARIA DO CARMO DIAS DE LIMA**

Substituta

**MARIA DO SOCORRO DA SILVA**

Substituta

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

WÂNIA CYSNE DE MEDEIROS DUMMAR, Oficiala do Registro Civil da 3ª Zona de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará,

CERTIFICA que o livro de Registro de Casamento, sob No.B-27 existente em meu poder e Cartório à fle-518 sob o número de ordem-17122 consta o Termo de Casamento do Sr. **FRANCISCO JOSE BARBOSA GOIS** com **FRANCISCA ZIRLANDA FERREIRA BERNARDO** A contraente passará a usar o nome de **FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS** realizado a 27 de dezembro de 1974 perante o(a) Exmo(a). Sr(a). Dr.(a) - JUIZ DE DIREITO: RAIMUNDO CATUNDA, presente as testemunhas constantes no termo. Casados com regime da **COMUNHÃO DE BENS**

**===O NUBENTE===**

Estado Civil.... SOLTEIRO  
Naturalidade.... PENTECOSTE-CEARA  
Profissão..... FUNC.P.FEDERAL  
Nascido..... 4 de dezembro de 1950  
Residente..... FORTALEZA-CE  
Filho de..... JOSE AUGUSTO MOTA GOIS  
e de Dona..... MATILDE BARBOSA GOIS

**===A NUBENTE===**

Estado Civil.... SOLTEIRA  
Naturalidade.... APUIARES-CEARA  
Profissão..... FUNC.P. ESTADUAL  
Nascida..... 7 de janeiro de 1954  
Residente..... FORTALEZA-CE  
Filha de..... FRANCISCO BERNARDO SOBRINHO  
e de Dona..... ELIZABETE FERREIRA SANTOS

A presente certidão foi feita p/funcionário(a) *Silva*  
e conferida por *Silva*

O referido é Verdade e dou fé.  
Fortaleza, 7 de fevereiro de 2008.

*Tânia Maria Agostinho da Silva*  
(P/OFICIALA)



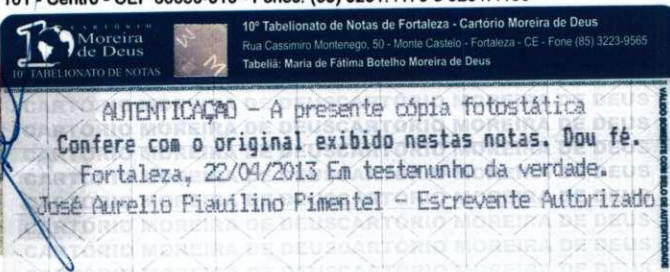
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
PROVIMENTO 06/97

Emolumentos 15,00

FERMOU 2,00 FERC 2,00

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Nº 97 a 101 - Centro - CEP 60030-010 - Fones: (85) 3231.4170 e 3231.4198

**Tânia Maria Agostinho da Silva**  
Escrevente  
Registro Civil da 3ª. Zona  
CARTÓRIO CYSNE  
FORTALEZA - CEARÁ



NASCIMENTO, CASAMENTO, ÓBITO, PROCURAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FIRMAS E AUTENTICAÇÃO



Nº DO CLIENTE  
296538-0

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima  
sempre que entrar em contato conosco.

**COEICE**

Rua Padre Valdevino, 150 CEP 60135-040 Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3  
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - GRUPO B1 SÉRIE B-41 N° 286375005

Rota 20 34010 01 062000 - 2 Data de Emissão 28/12/2012

Nome MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

End. Postal RU ANTONIO TEIXEIRA BARROS 00153  
CENTRO - APUAIRES - 62630000

Medidor 2552305

Poste 0000 0000

Classe RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Fator de Potência 0,00

RG/CPF/CNPJ 260392223-87

CGF

Nome do Responsável

**DATAS**

Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próx. Leitura
Dez/2012	28/12/2012	28/01/2013

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

Conjunto APUAIRES  
Mês Out/2012 CM 10,02

**ICMS**

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

**Padrão Individual**

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,91	11,82	23,64	0,22	0,22	0,22
FIC	0,61	7,22	14,45	1,00	1,00	1,00
DMIC	6,46			0,22		

**ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL**

2104.5440.0461.0007.0566.45EE.6006.4180

**INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO**

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
33589	33468	1,00	121	0,00	121	0,11011	13,32
						0,00459	0,55
28-12-12	27-11-12		01 Dia		121		26,54

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VR. CONSUMO DO MES PRECO NORMAL	44,98
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA	-18,44
MULTA MORATORIA REF 11/2012	0,53
JUROS DO MES	0,23
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	5,97
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,98
DOACAO SANTA CASA FORT - TEL 85 3487 6671 1/1	5,00

VENCIMENTO

08/01/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

39,25

**COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO**

Energia	15,56
Transmissão	0,64
Distribuição	7,09
Encargos Setoriais	1,65
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	2,38
TOTAL	27,32

**HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)**

Mês	Consumo (kWh)
124	121
123	117
122	117
121	117
120	136
119	120
118	132
117	124
116	124
115	128
114	131
113	129

**importante CONTAS EM ATRASO**

REAVISO DE VENCIMENTO:  
Informamos existir débito vencido sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 38,91. Conforme art. 172 da Res. Anel 414/10, poderá ser suspenso o fornecimento de energia elétrica após decorridos 15 dias do envio deste comunicado. Caso o débito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Após 3 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, será encerrada a relação contratual.

**DEBITOS ANTERIORES**

Mes/Ano	Valor R\$
11/2012	38,91

Consta desta fatura R\$ 2,38 referente a PIS e COFINS.

1041 1042 1043 1044 1045 1046 1047 1048 1049 1050 1051 1052 1053 1054 1055 1056 1057 1058 1059 1060 1061 1062 1063 1064 1065 1066 1067 1068 1069 1070 1071 1072 1073 1074 1075 1076 1077 1078 1079 1080 1081 1082 1083 1084 1085 1086 1087 1088 1089 1090 1091 1092 1093 1094 1095 1096 1097 1098 1099 1100 1101 1102 1103 1104 1105 1106 1107 1108 1109 1110 1111 1112 1113 1114 1115 1116 1117 1118 1119 1120 1121 1122 1123 1124 1125 1126 1127 1128 1129 1130 1131 1132 1133 1134 1135 1136 1137 1138 1139 1140 1141 1142 1143 1144 1145 1146 1147 1148 1149 1150 1151 1152 1153 1154 1155 1156 1157 1158 1159 1160 1161 1162 1163 1164 1165 1166 1167 1168 1169 1170 1171 1172 1173 1174 1175 1176 1177 1178 1179 1180 1181 1182 1183 1184 1185 1186 1187 1188 1189 1190 1191 1192 1193 1194 1195 1196 1197 1198 1199 1200 1201 1202 1203 1204 1205 1206 1207 1208 1209 1210 1211 1212 1213 1214 1215 1216 1217 1218 1219 1220 1221 1222 1223 1224 1225 1226 1227 1228 1229 1230 1231 1232 1233 1234 1235 1236 1237 1238 1239 1240 1241 1242 1243 1244 1245 1246 1247 1248 1249 1250 1251 1252 1253 1254 1255 1256 1257 1258 1259 1260 1261 1262 1263 1264 1265 1266 1267 1268 1269 1270 1271 1272 1273 1274 1275 1276 1277 1278 1279 1280 1281 1282 1283 1284 1285 1286 1287 1288 1289 1290 1291 1292 1293 1294 1295 1296 1297 1298 1299 1300 1301 1302 1303 1304 1305 1306 1307 1308 1309 1310 1311 1312 1313 1314 1315 1316 1317 1318 1319 1320 1321 1322 1323 1324 1325 1326 1327 1328 1329 1330 1331 1332 1333 1334 1335 1336 1337 1338 1339 1340 1341 1342 1343 1344 1345 1346 1347 1348 1349 1350 1351 1352 1353 1354 1355 1356 1357 1358 1359 1360 1361 1362 1363 1364 1365 1366 1367 1368 1369 1370 1371 1372 1373 1374 1375 1376 1377 1378 1379 1380 1381 1382 1383 1384 1385 1386 1387 1388 1389 1390 1391 1392 1393 1394 1395 1396 1397 1398 1399 1400 1401 1402 1403 1404 1405 1406 1407 1408 1409 1410 1411 1412 1413 1414 1415 1416 1417 1418 1419 1420 1421 1422 1423 1424 1425 1426 1427 1428 1429 1430 1431 1432 1433 1434 1435 1436 1437 1438 1439 1440 1441 1442 1443 1444 1445 1446 1447 1448 1449 1450 1451 1452 1453 1454 1455 1456 1457 1458 1459 1460 1461 1462 1463 1464 1465 1466 1467 1468 1469 1470 1471 1472 1473 1474 1475 1476 1477 1478 1479 1480 1481 1482 1483 1484 1485 1486 1487 1488 1489 1490 1491 1492 1493 1494 1495 1496 1497 1498 1499 1500 1501 1502 1503 1504 1505 1506 1507 1508 1509 1510 1511 1512 1513 1514 1515 1516 1517 1518 1519 1520 1521 1522 1523 1524 1525 1526 1527 1528 1529 1530 1531 1532 1533 1534 1535 1536 1537 1538 1539 1540 1541 1542 1543 1544 1545 1546 1547 1548 1549 1550 1551 1552 1553 1554 1555 1556 1557 1558 1559 1560 1561 1562 1563 1564 1565 1566 1567 1568 1569 1570 1571 1572 1573 1574 1575 1576 1577 1578 1579 1580 1581 1582 1583 1584 1585 1586 1587 1588 1589 1590 1591 1592 1593 1594 1595 1596 1597 1598 1599 1600 1601 1602 1603 1604 1605 1606 1607 1608 1609 1610 1611 1612 1613 1614 1615 1616 1617 1618 1619 1620 1621 1622 1623 1624 1625 1626 1627 1628 1629 1630 1631 1632 1633 1634 1635 1636 1637 1638 1639 1640 1641 1642 1643 1644 1645 1646 1647 1648 1649 1650 1651 1652 1653 1654 1655 1656 1657 1658 1659 1660 1661 1662 1663 1664 1665 1666 1667 1668 1669 1670 1671 1672 1673 1674 1675 1676 1677 1678 1679 1680 1681 1682 1683 1684 1685 1686 1687 1688 1689 1690 1691 1692 1693 1694 1695 1696 1697 1698 1699 1700 1701 1702 1703 1704 1705 1706 1707 1708 1709 1710 1711 1712 1713 1714 1715 1716 1717 1718 1719 1720 1721 1722 1723 1724 1725 1726 1727 1728 1729 1730 1731 1732 1733 1734 1735 1736 1737 1738 1739 1740 1741 1742 1743 1744 1745 1746 1747 1748 1749 1750 1751 1752 1753 1754 1755 1756 1757 1758 1759 1760 1761 1762 1763 1764 1765 1766 1767 1768 1769 1770 1771 1772 1773 1774 1775 1776 1777 1778 1779 1780 1781 1782 1783 1784 1785 1786 1787 1788 1789 1790 1791 1792 1793 1794 1795 1796 1797 1798 1799 1800 1801 1802 1803 1804 1805 1806 1807 1808 1809 1810 1811 1812 1813 1814 1815 1816 1817 1818 1819 1820 1821 1822 1823 1824 1825 1826 1827 1828 1829 1830 1831 1832 1833 1834 1835 1836 1837 1838 1839 1840 1841 1842 1843 1844 1845 1846 1847 1848 1849 1850 1851 1852 1853 1854 1855 1856 1857 1858 1859 1860 1861 1862 1863 1864 1865 1866 1867 1868 1869 1870 1871 1872 1873 1874 1875 1876 1877 1878 1879 1880 1881 1882 1883 1884 1885 1886 1887 1888 1889 1890 1891 1892 1893 1894 1895 1896 1897 1898 1899 1900 1901 1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659 2660 2661 2662 2663 2664 2665 2666 2667 2668 2669 2670 2671 2672 2673 2674 2675 2676 2677 2678 2679 2680 2681 2682 2683 2684 2685 2686 2687 2688 2689 2690 2691 2692 2693 2694 2695 2696 2697 2698 2699 2700 2701 2702 2703 2704 2705 2706 2707 2708 2709 2710 2711 2712 2713 2714 2715 2716 2717 2718 2719 2720 2721 2722 2723 2724 2725 2726 2727 2728 2729 2730 2731 2732 2733 2734 2735 2736 2737 2738 2739 2740 2741 2742 2743 2744 2745 2746 2747 2748 2749 2750 2751 2752 2753 2754 2755 2756 2757 2758 2759 2760 2761 2762 2763 2764 2765 2766 2767 2768 2769 2770 2771 2772 2773 2774 2775 2776 2777 2778 2779 2780 2781 2782 2783 2784 2785 2786 2787 2788 2789 2790 2791 2792 2793 2794 2795 2796 2797 2798 2799 2800 2801 2802 2803 2804 2805 2806 2807 2808 2809 2810 2811 2812 2813 2814 2815 2816 2817 2818 2819 2820 2821 2822 2823 2824 2825 2826 2827 2828 2

Nº DO CLIENTE  
3048326-3

Para garantir seu atendimento, utilize o e-mail  
coelce@coelce.com.br em contato com o cliente.

coelce

Rua Padre Valdevino, 150 - CEP 60135-040 - Fortaleza - CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 - CGF 06.105.848-3  
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-41 N°

Rota 20 34010 02 087600 - 4 Data de Emissão 27/02/2013

Nome SANDRA MARIA ALVES FERREIRA

End. Postal RU JOSE DE FREITAS 00225

CONJ FRANCISCO BERNARDO - APUAIRES - 62630000

Medidor 12746487

Poste 0000 0000

Classe RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 256618598-05

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência: Feb/2013  
Data da Apresentação: 27/02/2013  
Previsão Próx. Leitura: 28/03/2013

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto APUAIRES  
Mês Dez/2012 EUSD 9,73  
DICRI = 0,00 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto  
ISENTO

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

1260.FCD8.A348.F2B0.0551.D002.0843.0964

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
4460	4346	1,00	114	0,00	30	0,19558	3,16
					70	0,18101	12,67
					14	0,27151	3,80
27/02/13	28/01/13		30 DIAS		114		19,63

DESCRIÇÃO

VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MES	19,63
QUOTA PARCELAMENTO 10/12	7,44
MULTA MORATORIA REF 11/2012	0,46
CORRECAO MONETARIA DO MES	0,08
JUROS DO MES	0,62
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	4,76
PIS-COFINS COMPLEMENTAR - TARIFA BAIXA RENDA	0,64

Esta fatura a presente cópia  
confere com o original respectivo  
Doutor. Apuaires - CE

17 ABR 2013

Selo de Autenticidade  
TRIBUNAL DE JUSTICA DO  
ESTADO DO CEARA  
1199 03  
AUTENTICACAO  
Nº FJ 422.736

João Gomes da Silva Filho Tabelião  
Simone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada  
TOTAL A PAGAR (R\$) 33,63

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	11,63
Transmissão	0,98
Distribuição	3,96
Encargos Setoriais	1,23
Tributos (ICMS, PIS, COFINS)	1,49
TOTAL	20,27

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

101	114	83	97	112	128	78	105	116	111	98	110	68
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan

importante

A ANEEL APROVOU REDUÇÃO MÉDIA DE -18,05% DAS TARIFAS DA  
COELCE, APLICADAS A PARTIR DE 24 DE JANEIRO, CONFORME RESOLU-  
ÇÃO HOMOLOGATÓRIA NÚM. 1430 DE 24 DE JANEIRO DE 2013.

Consta desta fatura R\$ 1,49 referente a PIS e COFINS.

Art. 9º Res. 100-2005 - ANEEL e Lei nº 10.639/02 e 10.523/03

Nº do Cliente: 3048326-3

Referência: Fev/2013

Data de Emissão: 27/02/2013

Total A Pagar (R\$): 33,63

Nº da Nota Fiscal: 293121174

Nº de Controle: 0003048326 00087 39892 04

83650002000-2 33630031000-8 00030483260-3 00873989204-3







<b>coelce</b>		<b>COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ</b>		<b>Notal Fiscal Grupo B</b>	
		CNPJ 07.047.251/0001-70 - C.G.F. 06.105.848-3		<b>Série Única - 1</b>	
		Rua Padre Valdevino, 150 CEP 60135-040 - Fortaleza CE		<b>NÚMERO</b>	
				<b>296400229</b>	
<b>DADOS DE ENTREGA</b>					
ENDEREÇO:	RU 25 DE JANEIRO 00000		CEP:	62630000	
BAIRRO:	CENTRO		ESTADO:		
MUNICÍPIO:	APUIARES				
<b>RECIBO DE SEGUNDA VIA DE CONTA - SVI</b>				<b>CENTRO OPERATIVO ITAPAGE</b>	
Nº DO CLIENTE:	1547392	DV: 9	ROTA:	19 34010 1 14700-1	VENCIMENTO: 05/04/2013
MUNICÍPIO:	APUIARES	PERÍODO/REF.:	03/2013		FATURAMENTO: 28/03/2013
NOME:	LUIZ JOSE BARBOSA GOIS			CLASSIFICAÇÃO:	T:92 C:03 S:03
ENDEREÇO:	RU 25 DE JANEIRO 00000			CEP:	62630000
DOC:	C.P.F.-00000000000022699533-04			SEQUENCIAL:	
<b>GRANDEZAS</b>			<b>CÁLCULOS (R\$)</b>		
	FAT	LIDA			
ENERGIA ATIVA - kWh	263	263			
ENERGIA ATIVA - kWh HR	0				
DEM FAT KW FP	0	0			
FATOR DE POTÊNCIA	0				
CONS. INCLUIDO					
<b>LEITURAS</b>					
	ATUAL	ANT			
ENERGIA ATIVA - kWh	66292	66029			
ENERGIA ATIVA - kWh HR	0	0			
DEMANDA FP	0	0			
<b>ICMS</b>					
BASE CÁLCULO	111,95	% 27,00	VALOR	30,22	
<b>ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL</b>					
D6E0.E420.80B1.F648.5114.3AED.E20B.D9D8					
<b>INFORMAÇÕES</b>					
CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE A CONTA PAGA APÓS A DATA DO VENCIMENTO SOFRERÁ MULTA E PODERÁ PROVOCAR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. PAGUE SUA CONTA SOMENTE EM BANCOS E AGÊNCIAS AUTORIZADAS. A COBRANÇA DE EVENTUAL MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO SERÁ FEITA EM CONTA POSTERIOR.					
<b>AUTENTICAÇÃO MECÂNICA</b>			<b>TOTAL A PAGAR (R\$)</b>		
			120,41		
<b>coelce</b>		PERÍODO/REF	03/2013	VENCIMENTO	05/04/2013
		ROTA	19 34010 1 14700-1	TOTAL A PAGAR	120,41
		MUNICÍPIO	APUIARES		
		0001547392 00463 4323 2 71			
		83640000001-1 20410031000-0 00015473920-5 04634323271-9			
<b>COMPROVANTE COELCE</b>					
<b>Nº DO CLIENTE</b>					

<https://www.coelce.com.br/utis/faturabt.aspx?numcliente=1547392&corr=463>

11/04/2013





Bradesco | Net Empresa

Comprovante de Pagamento  
Contas de Consumo

Banco: **237**  
 Agência: **295**  
 Conta: **651531**  
 Código de Barras: **83640000001-1 20410031000-0 00015473920-5 04634323271-9**  
 Empresa/Órgão: **COELCE/CE**  
 Descrição: **LUZ**  
 Data do Pagamento: **11/04/2013**  
 Valor do Pagamento R\$: **120,41**  
 Valor debitado da: **Conta Corrente**  
 Meio de Pagamento: **INTERNET PESSOA JURIDIC**

A conta de consumo acima foi paga através do(a) INTERNET PESSOA JURIDIC, dentro das condições especificadas.  
O lançamento consta no extrato de Conta Corrente do cliente kildary melo gois-me, junto à Agência 295, da data do pagamento.

Nº de Controle: **786757758899052554**Autenticação bancária: **042.258.725**

Banco Bradesco S.A.

www.bradesco.com.br

## AUTENTICAÇÃO

h\*#Q2uD5 t@ePXggD e2ZeHKkg HT4lhRvd ?qm4cYmp b?zMTaZC ?t13tncy Yb3EbFiT  
 PE8qpght SCVU#Nca qSxY35os hdaSRUhl t@Z5zCh5 JoNHsAvv n5vt8cKr cF5rpKa8  
 m1N1bthj GyZ87f@n vt#wU#QP UY@nH9Z\* HxsNShVc PQ@2DwVA 83640000 00120410

## Atô Bradesco

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

Cancelamento, Reclamações e Informações - 0800 704 8383

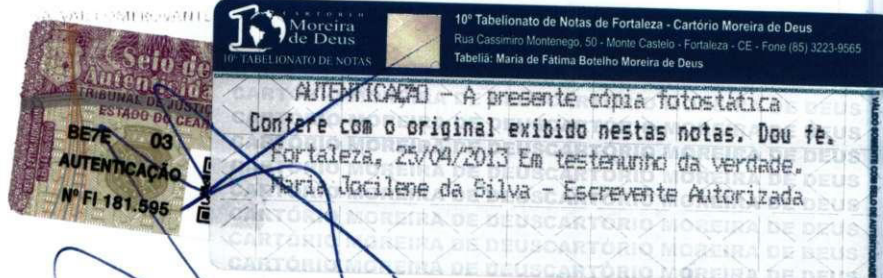
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099

Atendimento 24h, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

ELABORADO POR: FÁBIO MOREIRA



[https://www.ne.bradesco.com.br/contaconsumo\\_ni/ComprovanteContaConsumo.do?CTR...](https://www.ne.bradesco.com.br/contaconsumo_ni/ComprovanteContaConsumo.do?CTR...) 11/04/2013



## DADOS DO CLIENTE

Nome: ODAIR JOSE P DA SILVA

End. Leitura: RUA VICENTE ALVES FILHO, 232, CENTRO

Cidade: APUAIARES

CEP: 62.630-000

End. Entrega

Cidade:

CEP: 60.000-000

Local: 005

Setor: 001

Quadra: 032

Lote: 0036

Comp: 0000

Subsetor:

Subquadra:

## ECONOMIAS

Residencial: 001 | Comercial: 000 | Industrial: 000 | Pública: 000

## INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura anterior	Leitura atual	Volume(m³)	Média Semestral(m³)
ÁGUA	A06F348786	982	996	14	11
ESGOTO					

## DATAS

Leitura Atual: 28/12/2012 | Emissão: 19/01/2013 | Lacre Água: A06F348786

Leitura Anterior: 28/11/2012 | Próxima Leitura: 19/02/2013 | Lacre Esgoto:

## QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2012

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Fluor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	10	10	10	0	10	10
Analisadas	72	10	10	0	10	10
Em conformidade	72	10	10	0	10	10

## MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Consta em nossos registros débito de sua responsabilidade, referente a serviços prestados por esta companhia, conforme demonstrativo a seguir. Caso não haja a regularização do débito no prazo de 7 (sete) dias corridos a contar do recebimento desta correspondência, fica esse usuário, nesta data, notificado de que será realizado o corte no fornecimento de água, o qual se efetuará nos prazos legais, previstos na Lei de saneamento nº 11.445/2007.

## PERÍODO

12/2012 - 12/2012

## VALOR

33,89

## Para maiores informações,

ligue: 0800 275 0195

Obs.: Faltou desatualizar este valor caso o débito tenha sido quitado.

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

## Valor (R\$)

## HISTÓRICO DE VOLUME

	Valor (R\$)	Mês/Ano	Água(m³)	Esgoto(m³)
ÁGUA	23,40	01/2012	12	0
JUROS DE 0,033% AO DIA	0,09	02/2012	13	0
MULTA DE 2%	0,33	03/2012	14	0
		04/2012	12	0
		05/2012	9	0
		06/2012	14	0
		07/2012	13	0
		08/2012	12	0
		09/2012	13	0
		10/2012	14	0
		11/2012	11	0
		12/2012	18	0

## TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição	Valor(R\$)
PIS	0,71
COFINS	0,24

## SUBSÍDIO

Descrição	Valor(R\$)
VALOR DO SERVIÇO	31,78
SUBSÍDIO (-)	7,96
TOTAL DE SERVIÇO	23,82

## MÊS/ANO

01/2013

## VENCIMENTO

05/02/2013

## TOTAL A PAGAR (R\$)

23,82

## ONDE PAGAR SUA FATURA

Bancos: Bradesco, BNB, Itaú, BIC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo. Outros: PagFacil. A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative já este serviço. Consulte sua agência.



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece (Resolução 25, Art. 4º, §1º, I F - ARCE).

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas horas de atendimento de 8h às 17h, no site [www.cagece.com.br](http://www.cagece.com.br) ou na Ouvidoria Cagece: 155 1518 de 8h às 17h e 155 1519 de 17h às 24h. Ouvidoria Estadual: 155 1518 de 8h às 17h e 155 1519 de 17h às 24h. [www.ouvidoria.ce.gov.br](http://www.ouvidoria.ce.gov.br)

Entidades Reguladoras: Fortaleza: ARFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 0800 285 1919 - Demais Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.

APUIARÉS, 26 DE 04 DE 13

Cristiane A. Matos  
Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Correspondente do  
Banco Bradesco S/A

MARILIA ALVES LOPES

R JOSE NOJOSA DE FREITAS, 1 - CENTRO -  
APUIARÉS - C

Correspondente do Banco Bradesco S.A.

## Comprovante de Pagamento

Data: 21/02/2013 Hora de Brasília: 08:01

## Codigo de Barras:

82620000000-6 23820009900-6

01575054001-3 00061522015-9

Empresa: CAGECE

Valor do Pagamento:

23,82

Ag. Bradesco: 5447 - PENTECOSTE

PACB : 069 - MARILIA VARIEDADES

NSU: 021538707326 Autenticacao: 641449

OUVIDORIA BRADESCO

0800 727 9933

[ Rede: NSU: 084978

Hora: 07:42:24 ]

Ar. das Comunicações  
Fis. 111  
Rubrica  
155



## **DECLARAÇÃO**

Nós, na qualidade de dirigentes da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011.

**Iara Luci Fonseca Mota**  
**CPF: 454.738.623-49**  
**Presidente**

**Francisca Zirlanda Bernardo Góis**  
**CPF: 841.767.253-20**  
**Vice- Presidente**

**Maria Augusta Freitas Diniz**  
**CPF: 260.392.223-87**  
**Primeiro Secretário**

**Sandra Maria Alves Ferreira**  
**CPF: 256.618.598-03**  
**Segundo Secretário**

**Luiz José Barbosa Góis**  
**CPF: 022.699.533-04**  
**Primeiro Tesoureiro**

**Odair José Pereira da Silva**  
**CPF: 765.902.243-15**  
**Segundo Tesoureiro**



**COMPLETTA TELECOM**  
Rua Marcondes Pereira, nº 1381 - Dionísio Torres  
CEP: 60.135-222 - Fortaleza/CE  
(85) 3257-4879 / 9983-0111 / 3062-5900



## **D E C L A R A Ç ã O**

A **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VALE DO CURU – ABVC**, sediada na cidade de Apuiarés/CE a Rua 25 de Janeiro S/N - Centro, vem através do seu representante legal declarar que:

Todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade de **APUIARÉS/CE**, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.1", da Norma nº 1/2011.

Apuiarés/CE, 22 de abril de 2013.

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VALE DO CURU – ABVC**

  
**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
Presidente



**COMPLETTA TELECOM**  
Rua Marcondes Pereira, nº 1381 – Dionísio Torres  
CEP: 60.135-222 – Fortaleza/CE  
(85) 3257-4879 / 9983-0111 / 3062-5900



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**  
Endereço: Rua 25 de Janeiro, S/N - Centro, Apuiarés/CE, CEP: 62.630-000

## **DECLARAÇÃO**

**A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VALE DO CURU – ABVC**, sediada na cidade de Apuiarés/CE a Rua 25 de Janeiro S/N - Centro, vem através do seu representante legal declarar que:

A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.2", da Norma nº 1/2011.

Apuiarés/CE, 22 de abril de 2013.

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VALE DO CURU – ABVC**

**IARA LUCI FONSECA MOTA**  
Presidente



**COMPLETTA TELECOM**  
Rua Marcondes Pereira, nº 1381 - Dionísio Torres  
CEP: 60.135-222 - Fortaleza/CE  
(85) 3257-4879 / 9983-0111 / 3062-5900



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR**

**CEP: 70.044-900 – BRASÍLIA/DF**



**DH**





**IARA LUCI FONSECA MOTA**

**RUA MARCONDES PEREIRA, Nº 1381 – DIONÍSIO TORRES**

**CEP: 60.135-222 – FORTALEZA/CE**



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.029227/2012 Localidade / UF: APUIARÉS/CE  
Entidade: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Sandra Maria Alves Ferreira	256.618.598-05	2º Secretário	16/02/2012 15/02/2015	
Luiz José Barbosa Góis	022.699.533-04	1º Tesoureiro	16/02/2012 15/02/2015	
Maria Augusta Freitas Diniz	260.392.223-87	1º Secretário	16/02/2012 15/02/2015	
Odaí José Pereira da Silva	765.902.243-15	2º Tesoureiro	16/02/2012 15/02/2015	
IARA LUCI FONSECA MOTA	454.738.623-49	Presidente	16/02/2012 15/02/2015	
Francisca Zirlanda Bernardo Góis	841.767.253-20	Vice-Presidente	16/02/2012 15/02/2015	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 06
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 07
3. CNPJ válido e atual: f. 08
4. Estatuto: f. 10-17, 85-95
5. Ata de eleição: f. 19-21
6. Relatório Conselho Comunitário: PENDENTE
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: f. 24, 96, 97, 102, 103

**CONSTATAÇÕES:**

- a. O processo ainda não está completamente instruído.
- b. O Estatuto necessita adequar-se à Norma 1/2011.
- c. Há indicativos de possíveis vínculos político partidários.

**CONCLUSÃO:**

- Elaborada NT 610/2014 solicitando documentos e esclarecimentos.
- Elaborado Memo 78/2014 encaminhando documentos à CGAO.
- Os documentos que dão fundamento às constatações supra acompanham este parecer.

\*\*\* Analista Jurídico: TÁCIO NEVES

  
Pedro Luis Barreto Vianna Rocha





## JUSTIÇA ELEITORAL



## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o órgão abaixo indicado, encontra-se com prazo de validade expirado.

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
NILTON FRANCISCO BERNARDO GOIS	046767490752	SUPLENTE - CONSELHEIRO DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ONOFRE SOARES BASTOS	016812630787	SUPLENTE - CONSELHEIRO DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
VIRGILIO TOMÉ BARBOSA DA CRUZ	016814930728	SUPLENTE - CONSELHEIRO DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ANTONIO IRAN BARBOSA ALVES	059647200752	SUPLENTE - CONSELHEIRO FISCAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
KILDARY MELO GOIS	036832280760	SUPLENTE - CONSELHEIRO FISCAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ANTONIO IRAN BARBOSA ALVES	059647200752	SUPLENTE - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
LUIZ JOSE BARBOSA GOIS	016820250787	SUPLENTE - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
IARA LUCI FONSECA MOTA	052527450701	SECRETÁRIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
JOSE AURINO CARDOSO GOMES	016817620710	TESOUREIRO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
JOSE AUGUSTO BARBOSA GOIS	016785150701	PRESIDENTE	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
MARCUS BARBOSA ALVES	062668180787	VOGAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
MARCUS VENICIUS MATOS PINTO	016831270760	VOGAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
FRANCISCA EVANEUDA PINTO DE ABREU	016803570744	CONSELHEIRO - DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
FRANCISCO EDUARDO MELO GOIS	053565630701	CONSELHEIRO - DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ODAIR PEREIRA DA SILVA	041999280728	CONSELHEIRO - DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ROSANGELA BARBOSA SOARES	035294500779	CONSELHEIRO - DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
SANDRA MARIA ALVES FERREIRA	280280320175	CONSELHEIRO - DE ETICA	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ANTONIO ABIDIAS FERREIRA DE ABREU	036826940744	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ANTONIO CRISTIANO		MEMBRO - DO	20/01/2012 a 20/01/2014 -



VIEIRA SANTOS	035294030752	DIRETORIO	INATIVO
FRANCISCA ZIRLANDA BERNARDO GOIS	016803890728	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
FRANCISCO AIRTON MARTINS BARBOSA	016834610752	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
FRANCISCO JOSE BARBOSA GOIS	016804620779	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
IARA LUCI FONSECA MOTA	052527450701	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
JOSE AUGUSTO BARBOSA GOIS	016785150701	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
JOSE AURINO CARDOSO GOMES	016817620710	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
KILDARY MELO GOIS	036832280760	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
MARCOS BARBOSA ALVES	062668180787	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
MARCUS VENICIUS MATOS PINTO	016831270760	MEMBRO - DO DIRETORIO	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ANTONIO CRISTIANO VIEIRA SANTOS	035294030752	CONSELHEIRO - FISCAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
FRANCISCO AIRTON MARTINS BARBOSA	016834610752	CONSELHEIRO - FISCAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
LUIZ JOSE BARBOSA GOIS	016820250787	CONSELHEIRO - FISCAL	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
FRANCISCO JOSE BARBOSA GOIS	016804620779	1º - VICE- PRESIDENTE	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO
ANTONIO ABIDIAS FERREIRA DE ABREU	036826940744	2º - VICE- PRESIDENTE	20/01/2012 a 20/01/2014 - INATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgao partidário:

CNPJ: **09.631.808/0001-41**

Partido **PARTIDO DEMOCRÁTICO**

Político: **TRABALHISTA - PDT**

Orgão  
Partidário: **Diretório**

Abrangência: **MUNICIPAL - APUIARÉS/CE**

Protocolo: **45982012**

Data **27/01/2012**

Protocolo: **16:40:34**

Vigência: **Início: 20/01/2012 Final:  
20/01/2014**

Logradouro: **RUA MARIA JULIA 50**

Bairro: **CENTRO**

CEP: **62.630-000**

Telefone: **(85)8814-1414**

Fax:

E-mail:

Código: **7III.URZQ.SIFA.SUEJ.**

Certidão  
emitida às: **05/02/2014 16:55:52**



- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





## Parâmetros de pesquisa

Parte do Nome 

## Pesquisa Nominal

Município	Nome Candidato	Nome Urna	Cargo	Partido	Situação
APUIARÉS/CE	SANDRA MARIA ALVES FERREIRA	SANDRA	Vereador	PDT	Suplente

1 - 1

## Informações Adicionais

Fonte dos dados: Data Mart de Resultado do Pleito de 2008.  
Dados sujeitos a alteração.

Data da última atualização: 30/07/2013 - 14:21





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 994 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 12 de janeiro de 2014.

Ao(A) Senhor(a)

**IARA LUCI FONSECA MOTA**

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**

Rua 25 de janeiro, s. nº., Centro

62.630-000 / Apuiarés - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.029227/2012-45.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.029227/2012-45, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apuiarés/CE**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **610/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução e esclarecimentos acerca de possíveis irregularidades encontradas nos autos.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária









MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES -  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 610/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53650.002113/1998.  
Processo de Renovação nº 53000.029227/2012-45.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apuiarés/CE**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 01 e 11 ao disposto no item 8.2, alíneas *f* e *h*, respectivamente, sem prejuízo dos demais acréscimos, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

*f) indicar endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço;*

*h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:*

*h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;*

*k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.*



8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

II. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

3. Com o fim de esclarecer a entidade, cabe registrar que as alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

4. Com o mesmo fim de orientar, é de se dizer que há nos autos um documento elaborado pelo Conselho Comunitário (fls. 26-28), mas que se limita a aprovar a grade de programação, sem qualquer análise da grade de programação que demonstre que ela cumpre os fins legais (art. 4º da Lei nº. 9.612/1998). Esta a razão pelo qual se desconsiderou o documento mencionado, solicitando-se novo relatório, nos termos do “item II” acima.

5. Finalmente, existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em potencial infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98. São indícios:

- a. A Presidente (IARA LUCI FONSECA MOTA) exerce a função de Secretária de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT);
- b. A Vice Presidente (FRANCISCA ZIRANDA BERNARDO GOIS) é membro do Diretório de estrutura partidária no município (Partido Democrático Trabalhista – PDT);
- c. A Segunda Secretária (SANDRA MARIA ALVES FERREIRA) é membro do Conselho de Ética de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT);
- d. A Segunda Secretária acima individuada disputou as eleições municipais de 2008, obtendo a condição de suplente de Vereador;
- e. O Primeiro Tesoureiro (LUIZ JOSÉ BARBOSA GOIS) é suplente do Diretório de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT) e;
- f. O Segundo Tesoureiro (ODAIR PEREIRA DA SILVA) é membro do Conselho de Ética de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT).

6. Desta maneira, em obediência à Constituição, que garante os direitos humanos fundamentais à ampla defesa e ao contraditório, abre-se prazo para que a entidade manifeste-se apresentando as razões que entender cabíveis.

**CONCLUSÃO**

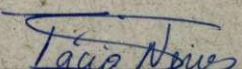


7. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos acima elencados.

8. Esclarecemos ainda que a constatação de vínculo com outra entidade poderá ensejar a não renovação da outorga.

À consideração superior.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**TÁCIO NEVES FROTA SOUZA**  
*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 610/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



# ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU

Rua 25 de Janeiro, 409 – Centro - Apuiarés-Ceará

CNPJ- 11822541/0001-11

RADIO COMUNITÁRIA DE APUIARÉS

*EXIREN- APUIARÉS / CE*



19

Ofício nº 03/2014

Apuiarés, 10 de abril de 2014

Ao

Coordenador-Geral de Radio Difusão Comunitária

**Sr. Samir Amando Granja Nobre Maia**

Ministério da Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – 70044-900

Brasília – DF.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 016517/2014-91

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

14/04/2014-15:17

*Searc*

Assunto: **Processo de Renovação nº 53000.029227/2012-45**

Senhor Coordenador,

Em atenção ao Ofício nº 994/2014/CGRC/SCE-MC, apresentamos abaixo a documentação e justificativas solicitadas:

Item 2 – I – **Estatuto Social** – providenciamos a adequação dos artigos 1º (inclusão do endereço completo); Art. 26º e 28º (mandato da Diretoria e admitida uma única recondução; Art. 12º Parágrafo Primeiro (indicação de constituição de um Conselho Comunitário); Art. 21º Parágrafo Quinto (ingresso gratuito de associado na área de execução do serviço); Art. 4º Parágrafo Segundo (ingresso gratuito de pessoa jurídica sem fins lucrativos na área de execução do serviço). Segue anexo Cópia do Estatuto Social atualizado e Certidão devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, anexo 1.

Item 2 – II – **Conselho Comunitário** – Segue anexo, ata da reunião do Conselho Comunitário, aprovando nos termos do Art. 4º da Lei 9.612/1998, a grade de programação da Radio Comunitária de Apuiarés, anexo 2.

Item 5 – Com relação a constatação de pendências e irregularidade em relação aos membros da diretoria da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC infringindo ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/98, anexamos Certidões do Cartório Eleitoral da 50ª Zona, na qual fica claro e evidente que nenhum dos membros da diretoria da associação têm vínculo de direção político-partidária, portanto a associação está de conformidade com a lei em todos os seus termos, ficando descartado a infringência em pauta, anexo 3.

# ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU

Rua 25 de Janeiro, 409 – Centro - Apuiarés-Ceará

CNPJ- 11822541/0001-11

RADIO COMUTÁRIA DE APUIARÉS



Com relação a Segunda Secretária SANDRA MARIA ALVES FERREIRA, encerrou em 31/12/2012 sua condição de suplente de Vereador.

Diante do exposto, requer que seja renovado a outorga da Radio, tendo em vista que o indício fora sanado e para que não venha trazer prejuízos à comunidade que usufrui dos benefícios.

Atenciosamente,

IARA LUCI FONSECA MOTA  
Presidente ABVC





## **ANEXO 1**

### **ESTATUTO SOCIAL**

**E**

### **CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS**

## ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURÚ – ABVC

ALTERADO CONFORME ATA APROVADA  
PELA ASSEMBLEIA GERAL DO DIA 05 DE  
ABRIL DE 2014.



### CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE.

**Art. 1º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú, identificada pela sigla ABVC, é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de Agosto de 1987, com Sede no município de Apuiarés, na Rua 25 de Janeiro 409, Centro, Cep-62.630-000, Estado do Ceará devidamente registrada no Cartório Filgueira Mendes, município de Apuiarés estado do Ceará, no livro A – 1 – folhas 01/05 em 25 de janeiro de 1988.

**Art. 2º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem fórum na cidade de Apuiarés e área de abrangência na região do Vale do Curu e tem duração por tempo indeterminado.

**Art. 3º** - Não haverá distinção de credo, raça, nem terá caráter político partidário ou religioso.

**Art. 4º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem por finalidade:

I – Promover atividades sociais, culturais, recreativas e esportivas que visem o bem estar da comunidade.

II – Prestar assistência médica, educativa e social aos seus associados, podendo para tanto, formar convênio ou contratos com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e quando permitido pelas leis nacionais.

III – Assistir e incrementar atividades comunitárias, no campo Agropecuário, Saúde, Higiene e Nutrição.

IV – Desenvolver o espírito associativo das famílias na execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida.

V – Lutar pela preservação do Meio Ambiente.

VI - Apoiar e realizar ações de geração de renda, através da valorização do artesanato regional, potencializando as vocações tradicionais e implantando ações inovadoras.

VII - Promover a formação e qualificação profissional e humana nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, social, cultural, econômica e turística.

VIII – Manter um serviço de rádio difusão comunitária em regime exclusivamente educativa, cultural e informativo, que lhe foi outorgado pelo poder concedente mantendo as exigências contratuais:

a) a responsabilidade e a orientação intelectual caberão sempre a brasileiros natos ou Naturalizados há mais de 10 anos.

b) o quadro de pessoal da rádio comunitária será constituído pelo menos por 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Assinatura



c) A entidade não poderá efetivar nenhuma alteração no estatuto com referencia a este item, sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**Parágrafo Primeiro** – As atividades previstas nas finalidades da ABVC serão realizadas de forma gratuitas, aos seus associados, sem discriminação de qualquer natureza, sejam pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos.

**Parágrafo Segundo** – Os representantes das pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo anterior tem o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da ABVC nas instâncias deliberativas existentes.

## CAPÍTULO II – DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 5º** - São poderes da entidade: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal.

**Parágrafo Único** – As atividades dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Sócios, Instituidores ou Benfeitores, não serão remunerados, nem receberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título. Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

## CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 6º** - A Assembléia Geral, órgão supremo da entidade, é constituído dos sócios fundadores e contribuintes em pleno gozo dos seus direitos, convocada na forma deste estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Associação, podendo ser: a) ORDINÁRIA – realizada anualmente na data de sua fundação para apreciação e apresentação de relatórios, prestação de contas da Diretoria e outros assuntos constantes na pauta de convocação; b) EXTRAORDINARIA – Quando se fizer necessário deliberar sobre assuntos de interesse da associação.

**Parágrafo Único** – A Assembleia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou por requerimento escrito e assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo direitos.

**Art. 7º** - Compete a Assembleia Geral:

- I- Anualmente examinar e aprovar os relatórios e prestação de contas da Diretoria.
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal.
- III - Aprovar e reformular o Estatuto da Associação.
- IV- Fixar a taxa de contribuição dos sócios.
- V- Destituir a Diretoria e Conselho Fiscal.
- VI- Resolver em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas aos sócios.
- VII- Substituir parcialmente membro da Diretoria por motivo de ausência ou incompetência.

**Parágrafo Único** – Quando se tratar de reforma do estatuto e destituição dos administradores, a Assembleia Geral deverá ser convocada especialmente para este fim, sendo necessária a aprovação de 2/3(dois terços) dos presentes a assembleia, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

**Art. 8º** - A Assembleia Geral só poderá deliberar, validamente, sobre assuntos constantes na pauta de sua convocação.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



**Art. 9º** - A Assembléia Geral será convocada através de edital constando na pauta, dia, hora e local da sua realização.

**Parágrafo Único** - O edital de convocação deverá ser fixado em locais de fácil acesso dos sócios, no mínimo, sete (sete) dias antes da realização da Assembléia Geral.

**Art. 10º** - A Assembléia Geral só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria dos sócios, em segunda convocação, um (uma) hora depois, com qualquer número, exceto no que trata o art. 7º em seu parágrafo único.

#### CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA

**Art. 11º** - A Diretoria será eleita para um período de três (três) anos, sendo admitida uma recondução em Assembleia Geral convocada para este fim, conforme art. 9º deste Estatuto.

**Art. 12º** - A Diretoria, constituída de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 1º Tesoureiro; e) 2º Secretário; f) 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Primeiro** - Será instituído o Conselho Comunitário da Associação Beneficente Vale do Curu –ABVC, composto de cinco membros representantes de entidades da comunidade local que estejam legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora de rádio, garantindo o atendimento ao interesse exclusivo da comunidade.

**Parágrafo Segundo** – A escolha do Conselho Comunitário será na mesma data da Diretoria e terá mandato de três anos.

**Parágrafo Único** – Serão órgãos auxiliares da Diretoria, departamentos por ela criados, tantos quantos forem necessários para o desenvolvimento das atividades a que se propõe a Associação.

**Art. 13º** - Só poderão exercer cargos eletivos da Diretoria sócios em pleno gozo dos seus direitos.

**Art. 14º** - Compete a Diretoria: a) Administrar a Associação; b) Levar a apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, da Assembléia Geral os relatórios das atividades anuais, prestação de contas e propostas orçamentárias; c) Elaborar normas gerais de funcionamento da associação e regimento interno; d) Julgar propostas de admissão de sócios; e) Aplicar penalidades aos sócios faltosos; f) Convocar Assembléia Geral; g) Planejar e avaliar as atividades da associação; h) Responsabilizar-se pelo patrimônio da associação, guarda, aplicação dos seus bens e aquisição de material para o funcionamento das atividades da entidade. i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Parágrafo Único** – A Diretoria reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário.

**Art. 15º** - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral, com direito de voto de qualidade; b) Orientar e supervisionar todas as atividades da associação; c) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial em suas relações com terceiros, especialmente a órgãos da união, do Estado do Município, organizações internacionais de assistência social; d) Assinar



juntamente com o tesouro, autorização de pagamentos, cheques, de demais documentos que envolvem responsabilidades financeiras para a associação; e) Assinar toda e qualquer correspondência; f) Decidir e tomar providência de caráter urgente e imprevisto na impossibilidade de reunir a Diretoria; g) Passar o cargo ao Vice-Presidente sempre que tiver de ausentar-se.

**Art. 16º** - Compete ao Vice- Presidente: a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências; b) Colaborar com o Presidente em caso de acúmulo de serviço.

**Art. 17º** - Compete ao 1º Secretário: a) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e lavrar as respectivas atas; b) Ler o expediente; c) Organizar e manter em dia os trabalhos que se relacionam com a secretaria, bem como correspondência e arquivo; d) Substituir o Presidente na falta do Vice-Presidente.

**Art. 18º** - Compete ao 1º Tesoureiro: a) Arrecadar mensalmente dos sócios, efetuando os respectivos controles; b) Responsabilizar-se pelo numerário em caixa e em banco; c) Efetuar pagamentos com autorização do Presidente, arquivando comprovantes das despesas para posterior escrituração; d) Manter a escrituração do livro caixa em dia; e) Preparar balancetes e relatórios financeiros para prestação de contas.

**Parágrafo 1º** - No caso de mais substituições, as vagas por elas geradas serão preenchidas através de Assembleia Geral extraordinária.

**Parágrafo 2º** - Serão considerados demissionários os membros da Diretoria que, sem uma justificativa, faltarem três (três) reuniões consecutivas ou cinco (cinco) intercaladas.

## **CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 19º** - O Conselho Fiscal será constituído de três (três) membros, eleitos, juntamente com a Diretoria, na forma do art. 7º.

**Art. 20º** - Compete ao Conselho Fiscal: a) Fiscalizar as atividades da Diretoria; b) Examinar cartas e comprovantes, dar parecer nos balancetes gerais e propostas orçamentárias; c) Comunicar a Assembléia Geral de alguma irregularidade ocorrida; d) Convocar a Assembléia Geral sempre que for necessário.

**Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer cargo na Diretoria ou chefia de departamentos.

## **CAPÍTULO VI – DOS SÓCIOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES – ADMISSÃO E DEMISSÃO**

**Art. 21º** - A ABVC tem quatro (quatro) categorias de sócios: a) Sócios Fundadores; b) Sócios Contribuintes; c) Sócios Beneméritos; d) sócios Honorários.

**Parágrafo 1º** - São consideradas sócios fundadores aquelas pessoas que houverem colaborado na organização da associação e assinado à ata da Assembléia Geral de constituição da entidade.

**Parágrafo 2º** - São considerados sócios contribuintes os que se associarem após a fundação.



**Parágrafo 3º** - Serão considerados sócios beneméritos àqueles que se tornem merecedores dessa distinção pelos relevantes serviços prestados à associação ou que tenha feito donativo de real valor.

**Parágrafo 4º** - São considerados sócios honorários aqueles que possam e queiram colaborar com a associação.

**Parágrafo 5º** - A categoria de sócio a que se refere o parágrafo 2º deste artigo, caso seja domiciliado na área de execução do serviço a que se presta a ABVC, ou seja serviço de rádio-fusão, terá direito de ingresso gratuito como sócio.

**Parágrafo 6º** - Os sócios não responderão solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.

**Art. 22º** - São direitos dos sócios fundadores e contribuintes: a) constituir as Assembleia Gerais e nelas ter direito a palavra; b) Votar e ser votado nas formas deste estatuto; c) Fazer ao Presidente da Associação, por escrito propostas e sugestões de interesse social; d) utilizar os serviços existentes ou que vierem a ser criados pela associação diretamente ou através de convênios; e) Propor admissão dos sócios em qualquer categoria; f) Requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

**Parágrafo 1º** - A convocação de Assembléia Geral pelo associado deverá constar a matéria a ser tratada e contar com a assinatura de 1/3 (um terço) dos associados.

**Parágrafo 2º** - Só poderão usufruir dos direitos e deveres os associados em dia com suas mensalidades.

**Art. 23º** - São deveres dos sócios fundadores e contribuintes: a) votar nas eleições para eleger a Diretoria e Conselho; b) Pagar em dia suas mensalidades; c) Zelar pelos interesses, empreendimentos e patrimônio da entidade; d) Contribuir para que a associação execute suas programações colaborando e participando das atividades promovidas pela Diretoria e seus departamentos; e) Evitar pronunciamentos políticos ou que induzam a sectarismo religioso ou preconceito racial; f) Cumprir e fazer cumprir o estatuto; g) Comparecer as Assembléias Gerais com ampla liberdade de manifestar sua opinião, cumprindo os preceitos da recíproca consideração pessoal; h) Apresentar carteira de sócio sempre que for solicitado; i) Indenizar a associação de qualquer prejuízo que venha a causar.

**Art. 24º** - São critérios para admissão dos sócios; a) Ser morador da região; b) Ter idade mínima de 16 anos; c) Apresentar no ato da inscrição documento de identificação e dois (duas) fotos 3x4; d) Pagar a taxa da mensalidade estipulada pela Assembleia Geral.

**Art. 25º** - A demissão do associado dar-se-á: a) Por vontade própria; b) Por atraso nas mensalidades por mais de três meses sem uma justificativa; c) Por prática de atos que atendem contra os interesses da entidade.

**Parágrafo Único** - Os associados terão o direito de apresentar recurso contra decisão de sua expulsão, através de Assembleia Geral convocada para este fim, observando-se o que determina o Art. 10º deste estatuto.

## CAPÍTULO VII- DAS ELEIÇÕES

**Art. 26º** - As eleições para a Diretoria dar-se-ão de três em três anos, em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, de conformidade com o art. 9º deste estatuto.



**Art. 27º** - Os candidatos a Diretoria da associação deverão oficializar a composição da chapa ao atual Presidente da associação até quinze dias antes da eleição, o qual dará ciência aos demais associados através de edital.

**Parágrafo Único** - Terá direito a votar e ser votado os associados que até 15 dias antes da eleição estejam em dia com o pagamento de suas mensalidades.

**Art. 28º** - Será permitida uma recondução dos membros da Diretoria.

## CAPÍTULO VIII – DO PATRIMONIO

**Art. 29º** - O patrimônio da ABVC será constituído de bens móveis e imóveis que forem doados pelos poderes públicos, entidades privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda adquirido com seus próprios recursos.

**Art. 30º** - A receita de ABVC será constituída pelas mensalidades dos sócios subvenções ou qualquer auxílio público ou de particulares, bem como renda de promoções e campanhas feitas em favor da associação.

**Parágrafo Único** - A Associação aplicará sua rendas, recursos e eventual resultado financeiro, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos.

## CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 31º** - A ABVC só poderá ser dissolvida juridicamente ou por motivo de dificuldades considerada insuperáveis por requerimento de 2/3 da totalidade dos seus sócios.

**Art. 32º** - Em caso de dissolução da ABVC, os bens que integram seu patrimônio serão incorporados ao patrimônio de qualquer entidade que tenha finalidades congêneres a que dissolveu no município de Apuiarés, estado do Ceará.

**Art. 33º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria da ABVC com os pareceres do Conselho Fiscal.

**Art. 34º** - O presente estatuto entrará em vigor na data da aprovação em Assembleia Geral.

Apuiarés, 05 de Abril de 2014.

*Lara Luci Fonseca Mota*

Lara Luci Fonseca Mota  
Presidente

*Maria Augusta Freitas Diniz*

Maria Augusta Freitas Diniz  
1º Secretário

*Luiz José Barbosa Gois*

1º Tesoureiro

VALIDO AUTOMATICAMENTE COM  
SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVENIENTE DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
ESTADO DO CEARÁ

QMLL 11  
REGISTRAL  
Registro de Títulos, Documentos  
Civil e de Pessoas Jurídicas  
Nº AF 377.759

Protocolizado sob o nº. 10 362  
Registrado no Livro A-03 Sub nº 105  
Matriculada nº.  
Apuiarés, Ce 09 de abril de 2014

João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO  
Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta



Ministério das Comunicações  
 Fls. 128  
 Rubrica



**CARTÓRIO JOÃO PARAÍBA**  
**CARTÓRIO**  
**JP**  
**OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS**

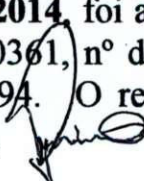
Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
 Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
 Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

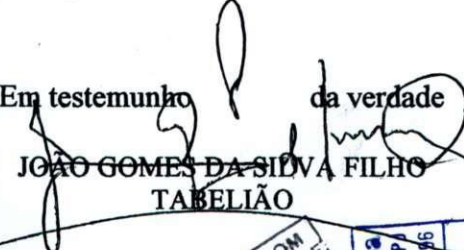
**Tabelião:**  
**Dr. JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**

**Escreventes Substitutos:**  
 ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
 CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
 LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
 LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
 MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
 MARÍLIA FRANCO GOMES DA SILVA

**Escreventes Autorizados:**  
 MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
 SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

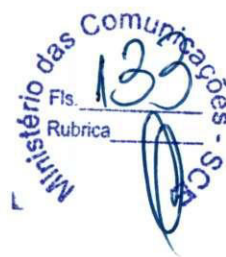
## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, por solicitação verbal da parte interessada, que dando busca nos Livros de Registro de Pessoas Jurídicas/ Registro de Títulos e Documentos deste Cartório a meu cargo, dele, verifiquei constar registrados nesta Serventia, os registros do **Estatuto da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC**, no Livro nº A-01, sob as fls. 01/05, em data de 25 de janeiro de 1988, alterado conforme registros no Livro nº A-01, sob as fls. 018/020, em data de 22 de novembro de 1993 e no Livro nº B-03, protocolo geral nº 8926, nº de ordem 1995, em data de 26 de novembro de 2012. Certifico também que no Livro nº A-03, protocolo geral nº 10.362, nº de ordem 105, em data de 09 de abril de 2014, foi alterado conforme registros no Livro nº B-13, protocolo geral nº 10361, nº de ordem 3398, sob as fls. 014/015, em data de 07 de abril de 1994. O referido é verdade. Dou fé. Apuiarés-Ceará, 09 de abril de 2014. Eu,  Tabelião, digitei, datei, assino em público e raso do que uso.

Em testemunho da verdade  
  
**JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**  
**TABELIÃO**







**ANEXO 2**

**ATA DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO PARA APROVAÇÃO  
DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA FM APUIARÉS 98,7.**



Aos cinco de abril de 2014 às 9:00h, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário da Rádio FM de Apuiarés 98,7, na sede da emissora, à Rua 25 de Janeiro, s/n, Centro, Apuiarés-CE, com a finalidade de analisar a grade de programação da mesma. Foi discutida e repassada para todos a grade existente, bem como verificado se a grade estava de acordo com o que versa o artigo 4º, VIII do Estatuto da Associação Beneficente Vale do Curu – ABVC, bem como de conformidade com o artigo 4º da Lei 9.612/98. Após confirmado que a grade está de conformidade com esta lei, atendendo os requisitos do seu artigo 4º, então foi aprovado por unanimidade as quatro grades semanais da programação. Vejamos: Grade 1 – Programação de segunda a quinta-feira; Grade 2 – Programação de sexta-feira; Grade 3 – Programação de sábado e Grade 4 – Programação de domingo. E, por não haver nada mais a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião e eu Lúcia de Fátima Cardoso de Abreu que secretariei a reunião lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros do Conselho Comunitário.

*Lúcia de Fátima Cardoso de Abreu.*

*Marcos Galvão Ferreira*

*Faustino Barreto Sá*

*Leomiro Lima de Moura:*

*Antonio Elias Barbosa*



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**  
**GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA FM APUIARÉS 98,7**



<b>GRADE 1 SEGUNDA A QUINTA FEIRA</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 07:00	FORRÔ PÉ DE SERRA	CELIO MOURA
07:00 ÀS 11:00	SHOW DAS MANHÃS	AUGUSTA DINIZ
11:00 ÀS 12:30	A HORA DO ESPORTE	ADRIANO MARTINS
12:30 ÀS 14:00	BREGÃO DA 98	VIRGILIO CATÃO
14:00 ÀS 17:00	TARDE SHOW (MUSICA E NOTICIAS)	ODAIR JOSÉ
17:00 ÀS 19:00	FORROZÃO DA 98	LUCAS SOARES
19:00 ÀS 20:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAIS E MOVIMENTOS
20:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

<b>GRADE 2 SEXTA FEIRA</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 07:00	FORRÔ PÉ DE SERRA	CELIO MOURA
07:00 ÀS 8:00	CATEQUISAR É PRECISO	CATEQUISTAS
08:00 ÀS 11:00	SHOW DAS MANHÃS	AUGUSTA DINIZ
11:00 ÀS 12:00	A HORA DO ESPORTE	ADRIANO MARTINS
12:00 ÀS 13:00	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EQUIPE SINDICATO
13:00 ÀS 14:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
14:00 ÀS 17:00	TARDE SHOW (MUSICA E NOTICIAS)	ODAIR JOSÉ
17:00 ÀS 19:00	FORROZÃO DA 98	LUCAS SOARES
19:00 ÀS 20:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAIS E MOVIMENTOS
20:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	COMPUTADOR

<b>GRADE 3 SABADO</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 08:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
08:00 ÀS 09:00	ASSEMBLÉIA DE DEUS MONTESE	PASTOR CESA MESQUITA
09:00 ÀS 11:00	APUIARÉS.COM	WILTON RAMOS
11:00 ÀS 12:00	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	EQUIPE DO SINDICATO
12:00 ÀS 13:00	IGREJA BATISTA	PASTOR
13:00 ÀS 14:00	ASSEMBLÉIA DE DEUS	IRMÃ MARILENE
14:00 ÀS 15:00	IGREJA ADVENTISTA	PASTOR RONALDO
15:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

<b>GRADE 4 DOMINGO</b>		
<b>HORA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>LOCUTOR</b>
05:00 ÀS 08:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
08:00 ÀS 09:30	SANTA MISSA	PADRE JUEMAR
09:30 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR



**ANEXO 3**

**CERTIDÃO DO CARTÓRIO ELEITORAL**

**50 ZONA**





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
JUÍZO ELEITORAL DA 50ª ZONA  
(Pentecoste / Apuiarés / General Sampaio)**



**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, atendendo a requerimento protocolizado neste Cartório Eleitoral sob o n.º 11095/2014, da lavra do(a) Sr.(a) Iara Luci Fonseca Mota que o(a) requerente encontra-se filiado(a) ao Partido Democrático Trabalhista – PDT de Apuiarés e não pertence a órgão de direção partidária, conforme assentamento da Justiça Eleitoral.

O referido é verdade. Dou fé.

Pentecoste-CE, 09 de abril de 2014.

  
Solange Ramos Plutarco Lima  
Chefe de Cartório da 50ª Zona



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
JUÍZO ELEITORAL DA 50ª ZONA  
(Pentecoste / Apuiarés / General Sampaio)**



**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, atendendo a requerimento protocolizado neste Cartório Eleitoral sob o n.º 11121/2014, da lavra do(a) Sr.(a) Sandra Maria Alves Ferreira que o(a) requerente encontra-se filiado(a) ao Partido Democrático Trabalhista – PDT de Apuiarés e não pertence a órgão de direção partidária, conforme assentamento da Justiça Eleitoral.

O referido é verdade. Dou fé.

Pentecoste-CE, 09 de abril de 2014.

  
**Solange Ramos Plutarco Lima**  
**Chefe de Cartório da 50ª Zona**





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
JUÍZO ELEITORAL DA 50ª ZONA  
(Pentecoste / Apuiarés / General Sampaio)**



**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, atendendo a requerimento protocolizado neste Cartório Eleitoral sob o n.º 11094/2014, da lavra do(a) Sr.(a) Luiz José Barbosa Gois, que o(a) requerente encontra-se filiado(a) ao Partido Democrático Trabalhista – PDT de Apuiarés e não pertence a órgão de direção partidária, conforme assentamento da Justiça Eleitoral.

O referido é verdade. Dou fé.

Pentecoste-CE, 09 de abril de 2014.

  
**Solange Ramos Plutarco Lima**  
**Chefe de Cartório da 50ª Zona**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
JUÍZO ELEITORAL DA 50ª ZONA  
(Pentecoste / Apuiarés / General Sampaio)**



**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, atendendo a requerimento protocolizado neste Cartório Eleitoral sob o n.º 11096/2014, da lavra do(a) Sr.(a) Odair José Pereira da Silva que o(a) requerente encontra-se filiado(a) ao Partido Democrático Trabalhista – PDT de Apuiarés e não pertence a órgão de direção partidária, conforme assentamento da Justiça Eleitoral.

O referido é verdade. Dou fé.

Pentecoste-CE, 09 de abril de 2014.

  
**Solange Ramos Plutarco Lima**  
**Chefe de Cartório da 50ª Zona**





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
JUÍZO ELEITORAL DA 50ª ZONA  
(Pentecoste / Apuiarés / General Sampaio)**



**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, atendendo a requerimento protocolizado neste Cartório Eleitoral sob o n.º 11091/2014, da lavra do(a) Sr.(a) Francisca Zirlanda Bernardo Gois, que o(a) requerente encontra-se filiado(a) ao Partido Democrático Trabalhista – PDT de Apuiarés e não pertence a órgão de direção partidária, conforme assentamento da Justiça Eleitoral.

O referido é verdade. Dou fé.

Pentecoste-CE, 09 de abril de 2014.

  
**Solange Ramos Plutarco Lima**  
**Chefe de Cartório da 50ª Zona**



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 07 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Souto Ribeiro, Agente Administrativo**, em 07/08/2014, às 16:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0075431** e o código CRC **0630AF8F**.



**NOTA TÉCNICA Nº 9786/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.029227/2012-45**

Processo de Outorga nº: 53650.002113/98

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apuiarés/CE**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel atualizada;

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao disposto nos itens 8.2, alíneas “g” e “h.1” e 8.3, alíneas “b”, “d” e “h” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir (em itálico):

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

*g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conforme a legislação vigente**; (grifo nosso)*

*h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:*

*h.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, **bem como as suas respectivas atribuições**; (grifo nosso)*

- As atribuições dos cargos: 2.º Secretário e 2.º Tesoureiro não estão descritas no Estatuto Social.

8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

b) assegurem o **ingresso gratuito**, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço; (grifo nosso)

d) assegurem o **ingresso gratuito**, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes; (grifo nosso)

- Com relação ao ingresso gratuito, como associado, há contradição entre o disposto no art. 21, §5.º, e o art. 24, “d”, do Estatuto Social.

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Lei nº 10.406/2002:

Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

- Há contradição entre o art. 6.º, Parágrafo único, e o art. 22, §1.º, do Estatuto Social.

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no **Registro de Pessoas Jurídicas**, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

VI. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no **Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, uma vez que a o mandato da diretoria eleita em 16/02/2012 venceu em fevereiro de 2015;

V. Prova de que os atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. CPF de todos os dirigentes;

VII. Último relatório do atual Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a atual programação veiculada pela emissora. O relatório deve ser assinado por todos os membros do Conselho e as assinaturas devem ser acompanhadas do nome de cada membro, com a denominação da entidade representada por cada um.



3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Há divergência com relação ao endereço da entidade, uma vez no CNPJ consta: Rua Manoel Soares Guimarães, S/N, no Requerimento de Renovação: Rua 25 de Janeiro, S/N e no atual Estatuto Social: Rua 25 de Janeiro n.º 409. Por esse motivo pede-se que a requerente se manifeste, informando o endereço da sede, do sistema irradiante e o de correspondência.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 12/05/2015, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0500356** e o código CRC **882FCEB6**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 14473/2015/SEI-MC

**Florianópolis, 12 de maio de 2015**

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC

Rua 25 de Janeiro, 409 - Centro

62.630-000 / Apuiarés - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.029227/2012-45.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9786/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de renovação de outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm  
Delegada Regional  
Substituta





Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,  
**Delegado Substituto**, em 12/05/2015, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b",  
das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**0500516** e o código CRC **AA5AD775**.

---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Associação Benéficante do Vale do Aru - ABVC

ENDEREÇO / ADRESSE

R. 25 de Janeiro, 409 - Centro

CEP / CODE POSTAL

62.630-000

CIDADE / LOCALITE

Apuiarés

UF

PAÍS / PAYS

CE

Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. nº 14473/2015/SEI-mc (0500516)

53000.029227/2012-45

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Odair José*

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

20/5/15

AC APUIARES  
UNIDADE DE ENTREGA  
BUREAU DE DELIVRAISON

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Odair José

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E ASSINATURA DO AGENTE  
SIGNATURE DE L'AGENTE

*Luiz Fernando*  
8180252-8

20 MAI 2015

DR/CE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0483 / 18

114 x 186 mm





CORREIOS  
BRASIL

AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS 0N07

AR

JH 63243456 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04  
Praça XV de Novembro, 242 - 1ª Andar  
88010-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

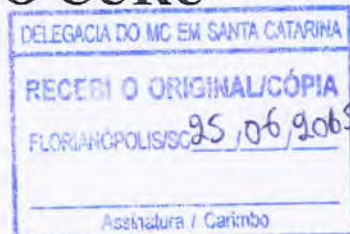
--	--	--	--	--	--	--	--

# ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU

Rua 25 de Janeiro, 409 – Centro - Apuiarés-Ceará

CNPJ- 11822541/0001-11

RADIO COMUNITÁRIA DE APUIARÉS



Ofício nº 08/2015

Apuiarés, 19 de junho de 2015

*Márcia M. Ferreira*  
Agente Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 0455279

À 53900.031707/2015-75

Delegada Regional

**Sra. Argélia Diniz Schramm**

Delegacia Regional do Ministério da Comunicações em Santa Catarina

Praça XV de Novembro, 242 - 1º Andar, salas 107 a 110. CEP – 88010-970

Florianópolis/SC.

Assunto: **Processo de Renovação nº 53000.029227/2012-45**

Senhora Delegada,

Em atenção ao Ofício nº 14473/2015/SEI-MC, apresentamos abaixo a documentação e justificativas solicitadas, na NOTA TÉCNICA Nº **9786/2015/SEI-MC**:

Item 2 – I – Segue anexo, copia dos comprovantes de quitação dos débitos da ABVC junto a ANATEL. Encaminharemos a Certidão negativa de débitos das receitas administrativas pela Anatel logo que seja liberado na internet, Anexo 1.

Item 2 – II – **Estatuto Social** – providenciamos as alterações solicitadas no Estatuto Social da Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC.

Item 2 – III - Segue anexo Cópia do Estatuto Social atualizado e Certidão devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, Anexo 2.

Item 2 – IV – Segue anexo Cópia da Ata de Eleição da diretoria em exercício devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas Anexo 3.

Item 2 – V e VI – Segue anexo cópia autenticada do RG, Certidão de Nascimento/Casamento, CPF e comprovante de Residência dos atuais diretores da ABVC. Anexo 4.

Item 2 – VII - **Conselho Comunitário** – Segue anexo, ata da reunião do Conselho Comunitário, aprovando nos termos do Art. 4º da Lei 9.612/1998, a grade de programação da Radio Comunitária de Apuiarés, Anexo 5

Item 3 – I – Segue anexo o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da ABVC com o endereço devidamente corrigido, Anexo 6.



# ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU

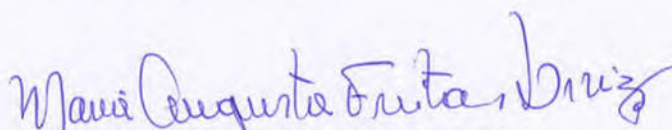
Rua 25 de Janeiro, 409 – Centro - Apuiarés-Ceará

CNPJ- 11822541/0001-11

RADIO COMUTÁRIA DE APUIARÉS

Diante do exposto, requer que seja renovado a outorga da Radio, tendo em vista que o indício fora sanado e para que não venha trazer prejuízos à comunidade que usufrui dos benefícios.

Atenciosamente,



MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ  
Presidente ABVC

## **ANEXO 1**

### **COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DOS DEBITOS DA ABVC JUNTO A ANATEL**



Ajuda

Imprimir

00194.56979 45001.136329 66002.965219 7 63840000006600

Recibo do Pagador

<b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>  <b>SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF</b> <b>CEP: 70.070-940</b>	Data do Processamento 10/06/2015 -  Nosso Número(Seq-dv) 50011363266-0029-65	<b>Vencimento</b> <b>31/03/2015</b>
<p><b>1. Informações</b>          Radiodifusão Comunitária - Código= 231          Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2015:          Quantidade de estações          A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1          Estações(s)/Indicativo(s) - 631398899</p> <p><b>2. Mensagem</b>          Nº Fisco:50011363266</p> <p>Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2014</p> <p><b>3. Regras</b>          Acréscimo de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20%          - Multa: R\$ 13,20 - Juros: R\$ 1,93          - Não conceder desconto/abatimento/dedução</p> <p>- Valor calculado para pagamento até : 30/06/2015</p>		
(=)Valor do Documento <b>66,00</b>	(+)Mora/Multa/Juros <b>15,13</b>	(+)Outros Acréscimos <b>81,13</b>
Pagador: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC CNPJ/CPF: 11822541000111		

Autenticação Mecânica

10/06/2015 BANCO DO BRASIL 12:01:00  
 606210011

COPIA DO RECIBO DE PAGAMENTO DE 11/06/15

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569794500113632966002965219763840000006600  
 000011363266002965219763840000006600  
 000011363266002965219763840000006600

CONVENIO 18 DE ABRIL DE 1996  
 ANEXO 10 DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS  
 DATA DE VIGENCIA 11/06/2015  
 VALOR DO PAGAMENTO 81,13  
 VALOR DO PAGAMENTO 81,13  
 VALOR COBRADO 81,13

PARA AUTENTICACAO DO VALOR DO PAGAMENTO, VERIFICAR A DATA DE VIGENCIA DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS E A DATA DO PAGAMENTO DE 11/06/2015.

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>		Código do Recolhimento Número (NRO) de Referência - FISTEL Competência	11329 500113632660027 -
Nome do Contribuinte/Recolhedor: <b>ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC</b> <b>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE</b>		Vencimento CNPJ/CPF Contribuinte	31/03/2014 11822541000111
<b>1. Informações:</b>  ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTES BOLETOS NO SIAFI, UTILIZAR: CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO : 51329-6 UG ARRECADAÇÃO: 413013 Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2014. Quantidade de estações : A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 631398899		Unidade Favorecida (=) Valor da Principal	413013/41231 14,11
<b>2. Mensagem</b> Nº Fistel:50011363266		(-) Descontos/Abatimento	----- -----
<b>3. Regras</b> - Multa: R\$ 2,82 - Juros: R\$ 1,93 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 30/06/2015  Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>		(-) Outras deduções (+) Mora/Multa (+) Juros/Encargos (+) Outros Acréscimos	----- ----- 2,82 1,93 -----
<b>GRU - Simples</b>  <b>Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A</b>		(+) Valor Total	18,86

10/06/2015 - BANCO DO BRASIL 12:01:11  
096213011 - W180

COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM CÓD. BARRAS

Convenio: GRU-GUIA RECOL (UNIAO-RET)  
 Código de Barras: 856600000000 4 1880000111 0  
 29080/45001-2 13632660027-0  
 Data do pagamento: 16/06/2015  
 Valor em Dinheiro: 18,86  
 Valor em Cheque: 4,00  
 Valor Total: 18,86  
 Nº AUTENTICAÇÃO: 8,120,201,70858721228



Ajuda

Imprimir

	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	Código do Recolhimento: 12672 Número (NRO) de Referência - FISTEL: 500113632660030
Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC		Competência: -
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE		Vencimento: 31/03/2015
1. Informações:		CNPJ/CPF Contribuinte: 11822541000111
ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTES BOLETOS NO SIAFI, UTILIZAR: CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO: 52672-0 UG ARRECADAÇÃO: 413001 Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública - Código= 4200 - ano = 2015 Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1		Unidade Favorecida: 413001/41231
2. Mensagem		(=) Valor do Principal: 10,00
Nº Fistel: 50011363266		(-) Descontos/Abatimento: *****
Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es): 2014		
3. Regras		(-) Outras deduções: *****
- Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 0,29		(+) Mora/Multa: 2,00
- Não conceder desconto/abatimento/dedução		(+) Juros/Encargos: 0,29
- Valor calculado para pagamento até : 30/06/2015		(+) Outros Acréscimos:
Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>		(+) Valor Total: 12,29
GRU - Simples		
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A		

99999999

10/05/2015  
096213011

BANCO DO BRASIL

12:01:39  
0187

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COLBARRA

Convenio: GRU-GRUIA RECOL. UNIAO (REI)  
 Código de Barras: 85830000000-0 12700001120-0  
 72049265001-1 13600000000-0  
 Data do pagamento: 10/05/2015  
 Valor em Dinheiro: 12,29  
 Valor em Cheque: 0,00  
 Valor Total: 12,29

NR.AUTENTICACAO: 2.F8E.F25.D13.8AF.0BB

**ANEXO 2**

**ESTATUTO SOCIAL DEVIDAMENTE ATUALIZADO**

**E**

**CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS**





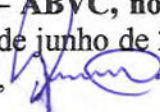
Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

**Tabelião:**  
**Dr. JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**

**Escreventes Substitutos:**  
ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARÍLIA FRANCO GOMES DA SILVA

**Escreventes Autorizados:**  
MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, por solicitação verbal de parte interessada, que dando busca e revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo, dele, verifiquei constar registrado neste Cartório, foi encontrado o registro do **Estatuto da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC, no Livro nº A-03, protocolo nº 11.848, sob nº 110**, em data de 11 de junho de 2015, certifico ainda que o presente estatuto foi alterado conforme registros da **Ata da Reunião Extraordinária Aprovando a 2ª Alteração do Estatuto da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC, no Livro nº B-17, protocolo geral nº 11850, nº de ordem 4743**, em data de 11 de junho de 2015. O referido é verdade. Dou fé. Apuiarés–Ceará, 12 de junho de 2015. Eu,  Tabelião, digitei, datei, assino em público e raso do que uso.

Em testemunho da verdade

  
JOÃO GOMES DA SILVA FILHO

TABELIÃO

CARTÓRIO JOÃO PARAÍBA

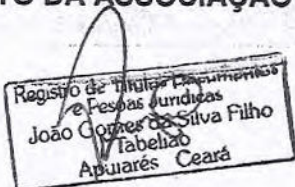
Apuiarés - CE

Dr. João Gomes da Silva Filho





# **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURÚ – ABVC**



**ALTERADO CONFORME ATA APROVADA  
PELA ASSEMBLEIA GERAL DO DIA 28 DE  
MAIO DE 2015.**

## **CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE.**

**Art. 1º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú, identificada pela sigla ABVC, é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de Agosto de 1987, com Sede no município de Apuiarés, na Rua 25 de Janeiro 409, Centro, Cep-62.630-000, Estado do Ceará devidamente registrada no Cartório Filgueira Mendes, município de Apuiarés estado do Ceará, no livro A – 1 – folhas 01/05 em 25 de janeiro de 1988.

**Art. 2º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem fórum na cidade de Apuiarés e área de abrangência na região do Vale do Curu e tem duração por tempo indeterminado.

**Art. 3º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem por finalidade:

I – Prestar assistência médica, educativa e social aos seus associados, podendo para tanto, formar convênio ou contratos com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e quando permitido pelas leis nacionais.

II – Assistir e incrementar atividades comunitárias, no campo Agropecuário, Saúde, Higiene e Nutrição.

III – Lutar pela preservação do Meio Ambiente.

IV - Apoiar e realizar ações de geração de renda, através da valorização do artesanato regional, potencializando as vocações tradicionais e implantando ações inovadoras.

## **V - EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:**

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;





- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

**Parágrafo 1º** - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

**Parágrafo 2º** - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

**Parágrafo 3º** - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

**Parágrafo 4º** - A responsabilidade e a orientação intelectual caberão sempre a brasileiros natos ou Naturalizados há mais de 10 anos.

**Parágrafo 5º** - O quadro de pessoal da rádio comunitária será constituído pelo menos por 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

**Parágrafo 6º** - A entidade não poderá efetivar nenhuma alteração no estatuto com referência a este item, sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**Parágrafo 7º** - As atividades previstas nas finalidades da ABVC serão realizadas de forma gratuitas, e será assegurado o ingresso de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

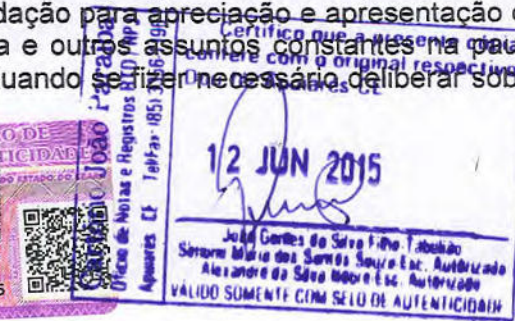
## CAPÍTULO II – DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 4º** - São poderes da entidade: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal.

**Parágrafo Único** - As atividades dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Sócios, Instituidores ou Benfeitores, não serão remunerados, nem receberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título. Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

## CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 5º** - A Assembleia Geral, órgão supremo da entidade, é constituído dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos seus direitos, convocada na forma deste estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Associação, podendo ser: a) ORDINÁRIA – realizada anualmente na data de sua fundação para apreciação e apresentação de relatórios, prestação de contas da Diretoria e outros assuntos constantes em pauta de convocação; b) EXTRAORDINÁRIA – Quando se fizer necessário deliberar sobre assuntos de interesse da associação.





**Parágrafo Único** – A Assembleia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou por requerimento escrito e assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo direitos.

**Art. 6º** - Compete a Assembleia Geral:

- I- Anualmente examinar e aprovar os relatórios e prestação de contas da Diretoria.
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal.
- III - Aprovar e reformular o Estatuto da Associação.
- IV- Fixar a taxa de contribuição dos sócios.
- V- Destituir a Diretoria e Conselho Fiscal.
- VI- Resolver em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas aos sócios.
- VII- Substituir parcialmente membro da Diretoria por motivo de ausência ou incompetência.

**Parágrafo Primeiro** – Quando se tratar de reforma do estatuto e destituição dos administradores, a Assembleia Geral deverá ser convocada especialmente para este fim, sendo necessária a aprovação de 2/3(dois terços) dos presentes a assembleia, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um quinto (1/5) nas convocações seguintes.

**Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral só poderá deliberar, validamente, sobre assuntos constantes na pauta de sua convocação.

**Art. 7º** - A Assembleia Geral será convocada através de edital constando na pauta, dia, hora e local da sua realização.

**Parágrafo Único** - O edital de convocação deverá ser fixado em locais de fácil acesso dos sócios, no mínimo, sete (sete) dias antes da realização da Assembleia Geral.

**Art. 8º** - A Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria dos sócios, em segunda convocação, um (uma) hora depois, com qualquer número, exceto no que trata o art. 6º em seu parágrafo primeiro.

#### CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA

**Art. 9º** - A Diretoria será eleita para um período de três (três) anos, sendo admitida uma recondução em Assembleia Geral convocada para este fim, conforme art. 9º deste Estatuto.

**Art. 10º** - A Diretoria, constituída de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 1º Tesoureiro; e) 2º Secretário; f) 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Primeiro** - Será instituído o Conselho Comunitário da Associação Beneficente Vale do Curu –ABVC, composto de cinco membros representantes de entidades da comunidade local que estejam legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora de rádio, garantindo o atendimento ao interesse exclusivo da comunidade.

**Parágrafo Segundo** – A escolha do Conselho Comunitário será na mesma data da Diretoria e terá mandato de três anos.





**Parágrafo Terceiro** - Serão órgãos auxiliares da Diretoria, departamentos por ela criados, tantos quantos forem necessários para o desenvolvimento das atividades a que se propõe a Associação.

**Art. 11º** - Só poderão exercer cargos eletivos da Diretoria sócios em pleno gozo dos seus direitos. Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 12º** - Compete a Diretoria: a) Administrar a Associação; b) Levar a apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, da Assembléia Geral os relatórios das atividades anuais, prestação de contas e propostas orçamentárias; c) Elaborar normas gerais de funcionamento da associação e regimento interno; d) Julgar propostas de admissão de sócios; e) Aplicar penalidades aos sócios faltosos; f) Convocar Assembléia Geral; g) Planejar e avaliar as atividades da associação; h) Responsabilizar-se pelo patrimônio da associação, guarda, aplicação dos seus bens e aquisição de material para o funcionamento das atividades da entidade. i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Parágrafo Único** - A Diretoria reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário.

**Art. 13º** - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral, com direito de voto de qualidade; b) Orientar e supervisionar todas as atividades da associação; c) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial em suas relações com terceiros, especialmente a órgãos da união, do Estado do Município, organizações internacionais de assistência social; d) Assinar juntamente com o tesouro, autorização de pagamentos, cheques de demais documentos que envolvem responsabilidades financeiras para a associação; e) Assinar toda e qualquer correspondência; f) Decidir e tomar providência de caráter urgente e imprevisto na impossibilidade de reunir a Diretoria; g) Passar o cargo ao Vice-Presidente sempre que tiver de ausentar-se.

**Art. 14º** - Compete ao Vice- Presidente: a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências; b) Colaborar com o Presidente em caso de acúmulo de serviço.

**Art. 15º** - Compete ao 1º Secretário: a) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e lavrar as respectivas atas; b) Ler o expediente; c) Organizar e manter em dia os trabalhos que se relacionam com a secretaria, bem como correspondência e arquivo; d) Substituir o Presidente na falta do Vice-Presidente.

**Art. 16º** - São competências do 2º Secretário substituir o 1º secretário em suas ausências e nos seus impedimentos legais e assessorá-lo em suas obrigações.

**Art. 17º** - Compete ao 1º Tesoureiro: a) Arrecadar mensalmente dos sócios, efetuando os respectivos controles; b) Responsabilizar-se pelo numerário em caixa e em banco; c) Efetuar pagamentos com autorização do Presidente, arquivando comprovantes das despesas para posterior escrituração; d) Manter a escrituração do livro caixa em dia; e) Preparar balancetes e relatórios financeiros para prestação de contas.

**Art. 18º** - São competências do 2º Tesoureiro substituir o 1º tesoureiro em suas ausências e nos seus impedimentos legais e assessorá-lo em suas obrigações.





**Parágrafo 1º** - No caso de mais substituições, as vagas por elas geradas serão preenchidas através de Assembleia Geral extraordinária.

**Parágrafo 2º** - Serão considerados demissionários os membros da Diretoria que, sem uma justificativa, faltarem três (três) reuniões consecutivas ou cinco (cinco) intercaladas.

**Parágrafo 3º** Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

## CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

**Art. 19º** - O Conselho Fiscal será constituído de três (três) membros, eleitos, juntamente com a Diretoria, na forma do art. 7º.

**Art. 20º** - Compete ao Conselho Fiscal: a) Fiscalizar as atividades da Diretoria; b) Examinar cartas e comprovantes, dar parecer nos balancetes gerais e propostas orçamentárias; c) Comunicar a Assembleia Geral de alguma irregularidade ocorrida; d) Convocar a Assembleia Geral sempre que for necessário.

**Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer cargo na Diretoria ou chefia de departamentos.

## CAPÍTULO VI – DOS SÓCIOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES – ADMISSÃO E DEMISSÃO

**Art. 21º** - A ABVC tem quatro (quatro) categorias de sócios: a) Sócios Fundadores; b) Sócios Efetivos; c) Sócios Beneméritos; d) sócios Honorários.

**Parágrafo 1º** - São consideradas sócios fundadores aquelas pessoas que houverem colaborado na organização da associação e assinado à ata da Assembleia Geral de constituição da entidade.

**Parágrafo 2º** - São considerados sócios efetivos as pessoas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

**Parágrafo 3º** - Serão considerados sócios beneméritos àqueles que se tornem merecedores dessa distinção pelos relevantes serviços prestados a associação ou que tenha feito donativo de real valor.

**Parágrafo 4º** - São considerados sócios honorários aqueles que possam e queiram colaborar com a associação.

**Parágrafo 5º** - Os sócios não responderão solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.





**Art. 22º** - São direitos dos sócios fundadores e efetivos: a) constituir as Assembleia Gerais e nelas ter direito a palavra; b) Votar e ser votado nas formas deste estatuto; c) Fazer ao Presidente da Associação, por escrito propostas e sugestões de interesse social; d) utilizar os serviços existentes ou que vierem a ser criados pela associação diretamente ou através de convênios; e) Propor admissão dos sócios em qualquer categoria; f) Requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

**Parágrafo 1º** - A convocação de Assembléia Geral pelo associado deverá constar a matéria a ser tratada e contar com a assinatura de 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 23º** - São deveres dos sócios fundadores e efetivos: a) votar nas eleições para eleger a Diretoria e Conselho; b) Pagar em dia suas mensalidades; c) Zelar pelos interesses, empreendimentos e patrimônio da entidade; d) Contribuir para que a associação execute suas programações colaborando e participando das atividades promovidas pela Diretoria e seus departamentos; e) Evitar pronunciamentos políticos ou que induzam a sectarismo religioso ou preconceito racial; f) Cumprir e fazer cumprir o estatuto; g) Comparecer as Assembléias Gerais com ampla liberdade de manifestar sua opinião, cumprindo os preceitos da recíproca consideração pessoal; h) Apresentar carteira de sócio sempre que for solicitado; i) Indenizar a associação de qualquer prejuízo que venha a causar.

**Art. 24º** - São critérios para admissão dos sócios; a) Ser morador da região; b) Ter idade mínima de 16 anos; c) Apresentar no ato da inscrição documento de identificação e dois (duas) fotos 3x4.

**Art. 25º** - A demissão do associado dar-se-á: a) Por vontade própria; b) meses sem uma justificativa; c) Por prática de atos que atendem contra os interesses da entidade.

**Parágrafo Único** – Os associados terão o direito de apresentar recurso contra decisão de sua expulsão, através de Assembleia Geral convocada para este fim, observando-se o que determina o Art.10º deste estatuto.

## CAPÍTULO VII- DAS ELEIÇÕES

**Art. 26º** - As eleições para a Diretoria dar-se-ão de três em três anos, em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, de conformidade com o art. 9º deste estatuto.

§ Art. 27º - Os candidatos a Diretoria da associação deverão oficializar a composição da chapa ao atual Presidente da associação até quinze dias antes da eleição, o qual dará ciência aos demais associados através de edital.

**Parágrafo Único** – Terá direito a votar e ser votado os associados que até 15 dias antes da eleição estejam em dia com o pagamento de suas mensalidades.

**Art. 28º** - Será permitida uma recondução dos membros da Diretoria.

## CAPÍTULO VIII – DO PATRIMONIO

**Art. 29º** - O patrimônio da ABVC será constituído de bens móveis e imóveis que forem doados pelos poderes públicos, entidades privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda adquirido com seus próprios recursos.

**Art. 30º** - A receita de ABVC será constituída pelas subvenções ou qualquer auxílio público ou de particulares, bem como renda de promoções e campanhas feitas em favor da associação.



12 JUN 2019

1000 Garmus Bu Silva Filho Tabelião  
Santos, Marechal São João Est. Autarquia  
Alexandre de Silva Oliveira Est. Autarquia  
Valério Silva Est. Autarquia



**Parágrafo Único** – A Associação aplicará sua rendas, recursos e eventual resultado financeiro, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos.

## CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 31º** - A ABVC só poderá ser dissolvida juridicamente ou por motivo de dificuldades considerada insuperáveis por requerimento de 2/3 da totalidade dos seus sócios.

**Art. 32º** - Em caso de dissolução da ABVC, os bens que integram seu patrimônio serão incorporados ao patrimônio de qualquer entidade que tenha finalidades congêneres a que dissolveu no município de Apuiarés, estado do Ceará.

**Art. 33º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria da ABVC com os parecer do Conselho Fiscal.

**Art. 34º** - O presente estatuto entrará em vigor na data da aprovação em Assembleia Geral.

Apuiarés, 28 de Maio de 2015

*Maria Augusta Freitas Diniz*  
**Maria Augusta Freitas Diniz**  
Presidente

*Joana Darc Nojosa dos Santos*  
**Joana Darc Nojosa dos Santos**  
Vice Presidente

*Marcos Aurelio Almeida de Sá*  
**Marcos Aurelio Almeida de Sá**  
1º Secretário

*Gilmaria Alves Vieira*  
**Gilmaria Alves Vieira**  
2º Secretário

*Raimundo Nonato da Silva Nunes*  
**Raimundo Nonato da Silva Nunes**  
1º Tesoureiro

*Raimundo Nonato Patricio*  
**Raimundo Nonato Patricio**  
2º Tesoureiro



**Cartório João Paraíba**  
Ofício de Notas e Registros da Apuiarés-CE  
Praça Alcides Paraíba, S/N - Centro  
CEP 62.630-000 Fone/Fax: (85) 3389-1196

Protocolizado sob o nº \_\_\_\_\_  
Registrado no Livro A-03 Sob o nº \_\_\_\_\_  
Matrícula nº \_\_\_\_\_  
Apuiarés, Ce, 10 de junho de 2015  
☐ João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO  
☐ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta  
Válido somente com selo de Autenticidade

VÁLIDO  
SELO DE  
PROV. M.



Certifico que a presente cópia  
confere com o original respectivo  
Dnº de Apuiarés-CE

12 JUN 2015

João Gomes da Silva Filho Tabelião  
Sociedade Marcas Santos Souza Esc. Autorizada  
Alexandre de Silva Moura Esc. Autorizada  
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE







nº 132, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Raimundo Nonato da Silva Nunes, Primeiro Tesoureiro, solteiro, brasileiro, RG: 2004691432-6, SSP - Ce, CPF: 921.226.203-15, domiciliado na Rua Francisco Pinto de Freitas, nº 483, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Raimundo Nonato Patrício, Segundo Tesoureiro, auxiliar de serviços, solteiro, brasileiro, RG: 2002605024096, CPF: 009.222.673-67, residente na Rua Maria Gregório Lopes, nº 109, Centro, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000. Do Conselho Fiscal estiveram presentes os seguintes membros: Jara Luci Fonseca Mota, Conselheira, professora, divorciada, RG: 1132320-SSP - Ce, CPF: 454.738.623-49, residente na Av. Gomes da Silva, s/n, Centro, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Luiz José Barbosa Gois, Conselheiro, aposentado, casado, brasileiro, RG: 680.484-83, CPF: 022.699.533-04, residente na Fazenda Candu, s/n, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Odair José Pereira da Silva, Conselheiro, radialista, solteiro, brasileiro, RG: 2860302-94, CPF: 765.902.243-15, residente na Rua Vicente Alves, nº 232, Centro, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Francisca Evanelda Pinto de Abreu, Suplente do Conselho Fiscal, professora, casada, brasileira, RG: 150930388, CPF: 786.673.483-68, residente na Rua Julião Pinto 189, Centro, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Sandra Maria Alves Ferreira, Suplente do Conselho Fiscal, Técnica de Enfermagem, solteira, brasileira, RG: 93002103702-SSP - Ce, CPF: 256.616.591-05, residente na Rua Vicente Alves, s/n, Centro, Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000; Jordania Voscencelos Damasceno, Suplente do Conselho Fiscal, agente administrativo, divorciada, brasileira, RG: 2007005032707-SSP - Ce, CPF: 114.263-00, residente na Rua Abrão Gomes, nº 230, Conjunto Cohab Apucarás - Ce, CEP: 62.630-000. A senhora Presidente Maria Augusta Freitas Diniz iniciou a fala agradecendo o apoio de todos e disse da necessidade de modificar alguns parágrafos do Estatuto da entidade para as orientações do Ministério das Comunicações no que se refere ao correto funcionamento da Rádio Comunitária. Ficou acertado que seriam lidos todos os capítulos e parágrafos do Estatuto e discutidos as mudanças a serem feitas em comum acordo com todos os presentes. A cada capítulo verificadas quais mudanças a maioria concorda. Depois de várias discussões foi lido na presença de todos e aprovado por unanimidade o Estatuto que regerá a Associação Beneficente do Vale do Curó - ABVC a partir desta data. A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE





DO VALE DO CURU- ABVC passará a ser regido pelo estatuto abaixo  
descriminado: **CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE.**

**Art. 1º** - A Associação Beneficente do Vale do Curu, identificada pela sigla ABVC, é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de Agosto de 1987, com sede no município de Apucarã, na Rua 25 de Janeiro 409, Centro, CEP- 62.630-000, Estado do Ceará, devidamente registrada no Cartório Filgueira Mendiz, município de Apucarã, estado do Ceará, no Livro A-1- folhas 05/05 em 05 de janeiro de 1988.

**Art. 2º** - A Associação Beneficente do Vale do Curu, tem foro na cidade de Apucarã e área de abrangência na região do Vale do Curu e tem duração por tempo indeterminado.

**Art. 3º** - A Associação Beneficente do Vale do Curu tem por finalidade: I - Prestar assistência social, educativa e social aos seus associados, podendo para tanto celebrar contratos com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e que sejam permitidas pelas leis nacionais. II - Assister e incrementar atividades comunitárias no campo Agropecuário, Saúde, Higiene e Nutrição. III - lutar pela preservação do Meio Ambiente. IV - Apoiar e realizar ações de geração de renda, através da valorização do artesanato regional, potencializando os talentos individuais e implantando ações inovadoras. V - EXECUTAR SEUS PROJETOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade através de:

- a) Dar oportunidade a disseminação de ideias, elementos da cultura e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à promoção da integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radiolistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das prioridades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração e a participação dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição





qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissões e associados. Parágrafo 2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e isão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação informativa e informativa, divulgando sempre as diferentes interpretações dadas aos fatos noticiados. Parágrafo 3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos tratados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária. Parágrafo 4º - A responsabilidade e a orientação intelectual caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos. Parágrafo 5º - O quadro de pessoal da rádio comunitária será constituído pelo menos por 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros. Parágrafo 6º - A entidade não poderá editar nenhuma alteração no estatuto com referência a este item, sem prévia autorização dos órgãos competentes. Parágrafo 7º - As atividades previstas nas finalidades da ABVC serão realizadas de forma gratuitas, e será assegurada o ingresso em reuniões periódicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do projeto, compreendendo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações da assembléia da entidade, nas instâncias deliberativas existentes. **CAPÍTULO II - DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO. Art. 4º - São poderes:** a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal. Parágrafo Único - As atividades dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Sócios, Instituidores e benfeitores, não serão remuneradas, nem receberão vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título. Não distribuirá resultados, dividendos, participações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL. Art. 5º - A Assembleia Geral, órgão supremo da entidade, é constituída dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos seus direitos, convocada na forma deste estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Associação, podendo ser:** a) ORDINÁRIA - realizada anualmente na data de sua fundação para prestação e apresentação de relatórios, prestação de contas da Dire-



oria e outros assuntos constantes na pauta de sua convocação; b) EXTRAORDINÁRIA - Quando se fizer necessário deliberar sobre assuntos de interesse da

Associação. Parágrafo Único - A Assembleia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou por requerimento escrito e assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo de direitos. Art. 6º - Compete a Assembleia Geral: I - Anualmente examinar e aprovar os relatórios e prestação de contas da Diretoria. II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal. III - Aprovar e reformar o Estatuto da Associação. IV - Fixar a taxa de contribuição dos sócios. V - Destituir a Diretoria e Conselho Fiscal. VI - Resolver em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas aos sócios. VII - Substituir parcialmente membro da Diretoria por motivo de ausência ou incompetência. Parágrafo Primeiro - Quando se tratar de reforma do estatuto e destituição dos administradores, a Assembleia Geral deverá ser convocada especialmente para este fim, sendo necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes a assembleia, não podendo deliberar, em primeira convocação, em a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um quinto (1/5) e em convocações seguintes. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral só poderá deliberar, validamente, sobre assuntos constantes na pauta de sua convocação.

Art. 7º - A Assembleia Geral será convocada através de edital constando na mesma, dia, hora e local da sua realização. Parágrafo Único - O edital de convocação deverá ser fixado em locais de fácil acesso dos sócios, no mínimo 07 (sete) dias antes da realização da Assembleia Geral. Art. 8º - A Assembleia Geral só poderá funcionar, em primeira convocação, com a maioria dos sócios presentes, e em segunda convocação, 1 (uma) hora depois, com qualquer número, exceto a maioria dos presentes. Art. 9º - A Diretoria será eleita para um período de 3 (três) anos, sendo adida a sua condução em Assembleia Geral convocada para este fim, conforme deste Estatuto. Art. 10º - A Diretoria, constituída de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 1º Tesoureiro; e) 2º Secretário; f) 2º Tesoureiro. Parágrafo Primeiro - Será instituído o Conselho Comunitário da Associação e Vale do Curu - ABCV, composto de cinco membros representantes de entidades da comunidade local que estejam legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora de rádio, garantindo o atendimento do interesse exclusivo da comunidade. Parágrafo Segundo - A escolha do Conselho Comunitário será na mesma data da Diretoria e terá mandato de 3 (três) anos. Parágrafo Terceiro - Serão criados tantos quantos forem necessários para o desen-

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SO SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVENIENCIA

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Nº 05/10.828

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SO SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVENIENCIA

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Nº 05/10.828

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SO SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVENIENCIA

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Nº 05/10.828



[illegible]



assessorá-lo em suas obrigações. Art. 17º - O 1º tesoureiro: a) 24  
nais arrecadar mensalmente dos sócios, efetuando os respectivos controles; b) Respons  
ligar-se pelo numerário em caixa e em banco; c) Efetuar pagamentos com  
terização do Presidente, arquivando comprovantes das despesas para posterior  
verificação; d) Manter a escrituração do livro caixa em dia; e) Preparar balancetes e relatórios financeiros para prestação de contas. Art. 18º - São competência  
do 2º tesoureiro substituir o 1º tesoureiro em sua ausência e nos seus im  
dimentos legais e assessorá-lo em suas obrigações. Parágrafo 1º - No caso de  
mais substituições, as vagas por elas geradas serão preenchidas através de  
Assembleia Geral extraordinária. Parágrafo 2º - Serão considerados demissionários os membros da Diretoria que, sem uma justificativa, faltarem 3 (três)  
reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas. Parágrafo 3º - Apenas por  
parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos  
e maiores de 18 anos ou emancipados, e suas residências sejam situadas na  
área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar  
no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamenta  
ou função da qual decorra foro especial. CAPÍTULO V - DO CONSELHO  
FISCAL. Art. 19º - O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros, eleiti  
juntamente com a Diretoria, na forma do art. 7º. Art. 20º - Compete ao Cons  
Fiscal: a) Fiscalizar as atividades da Diretoria; b) Examinar contas e comp  
contas e parecer nos balanços gerais e propostas orçamentárias; c) Comu  
car a Assembleia Geral de alguma irregularidade ocorrida; d) Convocar  
Assembleia Geral sempre que for necessário. Parágrafo Único - Os membros e  
Fiscal não poderão exercer cargo na Diretoria ou chefiar de depart  
8. CAPÍTULO VI - DOS SÓCIOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES - ADMISSÃO E DEMIS  
1º - A ABVC tem 4 (quatro) categorias de sócios: a) Sócios Fundadores  
es Efetivos; c) Sócios Beneméritos; d) Sócios Honorários. Parágrafo 1º -  
serão sócios fundadores aquelas pessoas que houverem colaborado na  
organização da associação e assinado a ata da Assembleia Geral de consi  
tuição da entidade. Parágrafo 2º - São considerados sócios efetivos as pessoas q  
tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com r  
residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cump  
as disposições deste Estatuto. Parágrafo 3º - Serão considerados sócios beneméritos  
que se tornem merecedores dessa distinção pelos relevantes serviços prestados  
associação ou que tenha feito doativo de real valor. Parágrafo 4º - São  
considerados sócios honorários aqueles que possam e queiram colaborar com

Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas  
Constância Almeida Mota  
CNPJ 06.940.888/0001-00  
São Paulo - SP

Certifico que a cópia confere com o original respectivo. Dou fé. Apurados de 12/07/2015.

SELO DE AUTENTICAÇÃO  
Nº 61710-830  
TJ CE

SELO DE AUTENTICAÇÃO  
Nº 61710-830  
TJ CE







CAPITULO VIII - DO PATRIMÔNIO. Art. 29º - O patrimônio da ABVC será 25

constituído de bens móveis e imóveis que forem doados pelos poderes públicos, entidades privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda adquirindo com seus próprios recursos. Art. 30º - A receita da ABVC será constituída pelas subvenções ou qualquer auxílio público ou de particulares, bem como renda de promoção de campanhas feitas em favor da associação. Parágrafo Único - A Associação cuidará suas rendas, recursos e eventual resultado financeiro, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos. CAPITULO IX -

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. Art. 31º - A ABVC só poderá ser dissolvida

judicialmente ou por motivo de dificuldades consideradas insuperáveis por resolução de 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus sócios. Art. 32º - Em caso de dissolução da ABVC, os bens que integram seu patrimônio serão incorporados ao patrimônio de qualquer entidade que tenha finalidades congêneres a que dissolvida.

no município de Apuiarés, Estado do Ceará. Art. 33º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria da ABVC com o parecer do Conselho Fiscal. Art. 34º - O presente estatuto entrará em vigor na data da aprovação em Assembleia Geral.

Nada mais tendo a tratar a senhora Maria Augusta Freitas Diniz, Presidente da Associação Beneficente do Vale do Curú - ABVC, pediu que seu Marcos Aurélio Almeida de Sá, Primeiro Secretário, lavrasse a presente ata que foi lida e aprovada por todos, e vai ser assinada por mim e demais sócios.

Maria Augusta Freitas Diniz  
Marcos Aurélio Almeida de Sá

Pradânia da Vasconcelos Domarço.  
Juiz de Fátima Guardoso de Alencar -

Joana Darc Nobre Santos  
Maria Augusta Freitas Diniz

Therziane Barboza Alves  
Juiz de Fátima Aides S. Barboza

Luiz Carlos da Silva Nunes  
Luiz Carlos Soares de Sousa

Sebastião Rodrigues Silva  
João Fiston Gomes P. Silva

Maria da Purificação da Silva





Antônio Maria Felinto Ribeiro

Francisca Flávia Felinto Ribeiro

Virgílio Luiz BATBOSA DA COSTA

Jacinto da Silva

Adair José, filho da Silva

Raimundo Renato Patrício

Maria Bonite Patrício de Sousa

Manoel da S. Moura

José Elismar Alves Rodrigues

Marconi Alves Feneira



Cartório João Paraiba  
Ofício de Notas e Registros de Apuiarés-CE  
Praça Alcides Parreira, S/N - Centro  
CEI 62.630-000 Fone/Fax: (85) 3356-1196

Protocolado sob o nº 11.850  
Registrado no Livro 13-17 Sob o nº 4743  
Matrícula nº  
Apuiarés, Ce 11 de junho de 2015

Cristiane Almeida Matos

- ☐ João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO
- ☒ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta

Válido somente com selo de Autenticidade



<p>Cartório João Paraiba Ofício de Notas e Registros RTD / RPJ Apuiarés - CE Telfax: (85) 3356-1196</p>	<p>Certifico que a presente cópia confero com o original respectivo Dou fé. Apuiarés-CE</p>
	<p>12 JUN 2015</p> <p>João Gomes da Silva Filho Tabelião Santone Maria dos Santos Souza Esc. Autorizada Alexandre da Silva Nobre Esc. Autorizado</p> <p>VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE</p>



**ANEXO 3**

**ATA DA ELEIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA DEVIDAMENTE REGISTRADA NO  
CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS**



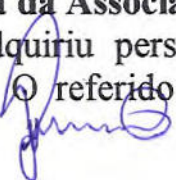
Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

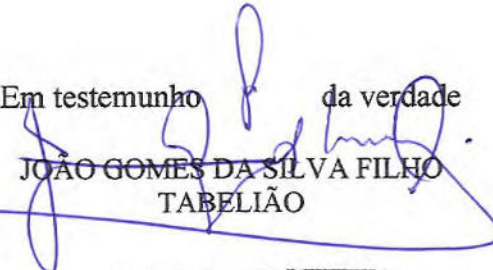
**Tabelião:**  
**Dr. JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**

**Escreventes Substitutos:**  
ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARÍLIA FRANCO GOMES DA SILVA

**Escreventes Autorizados:**  
MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, por solicitação verbal de parte interessada, que dando busca e revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo, dele, verifiquei constar registrado neste Cartório, no **Livro nº B-16, de Registro de Títulos e Documentos, sob as fls. 107/108**, em data de 19 de fevereiro de 2015, protocolo geral nº 11466, nº de ordem 4389, a **Ata da Assembleia Geral de Eleição da Diretoria da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC**, mediante o qual adquiriu personalidade jurídica, depois de satisfeitas as formalidades legais. O referido é verdade. Dou fé. Apuiarés–Ceará, 12 de junho de 2015. Eu,  Tabelião, digitei, datei, assino em público e raso do que uso.

Em testemunho da verdade  
  
JOÃO GOMES DA SILVA FILHO  
TABELIÃO

CARTÓRIO JOÃO PARAÍBA  
Apuiarés - CE  
Dr. João Gomes da Silva Filho





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DA DI-20  
DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DO VALE  
DO CURU - ABVE. Aos dezessete dias do mês  
de fevereiro do ano de dois mil e quinze,  
às 17:00 horas na Sede da Associação, situa-  
da à Rua 25 de Janeiro S/m. Apuiarés/CE,  
reuniram-se os sócios da Associação Bene-  
ficiente do Vale do Curu-ABVE. A senhora  
Iara Luci Fonseca Mota presidente da As-  
sembleia, convocou a Senhora Joana Dore  
Najosa dos Santos para secretariar a reu-  
nião, a qual fez a leitura do Edital de  
convocação para eleição o qual já havia si-  
do anteriormente afixado em locais públi-  
cos. Em seguida houve a apresentação dos  
candidatos para formação da nova Dire-  
toria da ABVE, bem como do Conselho Fis-  
cal. Feito isto foi iniciado a votação que  
ocorreu sob forma de aclamação, sendo  
eleito os seguintes membros: PRESIDENTE  
MÁRIA AUGUSTA FREITAS DINIZ CPF Nº 260.392.  
223-87; VICE-PRESIDENTE JOANA DARE NOJOSA  
SANTOS CPF Nº 477.845.633-53; PRIMEIRO  
SECRETÁRIO MARCOS AURÉLIO ALMEIDA DE SÁ  
CPF Nº 819.702.003-59; SEGUNDO SECRETÁRIO  
CELMA ALVES VIEIRA CPF Nº 051.112.383-36;  
PRIMEIRO TESOUREIRO RAIMUNDO NONATO DA  
SILVA NUNES CPF Nº 921.226.203-15; SEGUN-  
DO TESOUREIRO RAIMUNDO NONATO PATRÍ-  
CIO CPF Nº 009.222.673-67. PARA O CONSE-  
LHO FISCAL: IARA LUCI FONSECA MOTA CPF  
Nº 454.738.623-49; LUIZ JOSÉ BARBOSA  
GOIS CPF Nº 022.699.533-04, ODAIR JOSÉ  
PEREIRA DA SILVA CPF Nº 765.902.243-15.  
PARA SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: FRAN-  
CISCA ELIANEUDA PINTO DE ABREU EPF Nº 218.

Certifico que a presente  
conferência com o original respectiva  
Do. té. Apuiarés CE

12 JUN 2015

Cartório João Fátima  
Ofício de Registro e Registro de Imóveis  
Tribunal 105133561196





442. 243 - 68; SANDRA MARIA ALVES FERREIRA  
CPF N° 256.618.598-05 e JORDANIA VASCON-  
CELOS DAMASCENO CPF N° 808.114.263-00. A  
Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal  
deu-se após proclamado o resultado fi-  
nal, isto é, nesta mesma Assembleia Ge-  
ral, para cumprir mandato de três anos,  
de 17 de fevereiro de 2015 a 16 de fevereiro  
de 2018. E por não haver mais nada a  
ser tratado, deu-se por encerrado a  
assembleia e eu como Vereador dos Som-  
tos que secretariei esta reunião, lavro a  
presente ata a qual depois de lida e apro-  
vada, vai assinada por mim, pela Se-  
nhora Presidente da Assembleia e pelos so-  
cios que o desejarem.

Joana Dore Nobre dos Santos

Joana Dore Nobre dos Santos

~~Maria Luiza da Silva~~

~~Maria Luiza da Silva~~

Maria Luiza da Silva

Maria Luiza da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

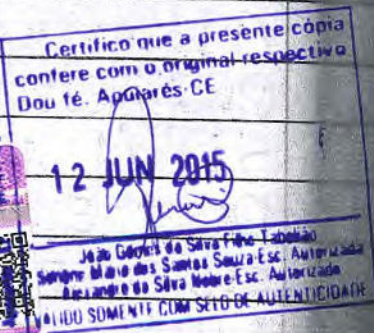
Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva

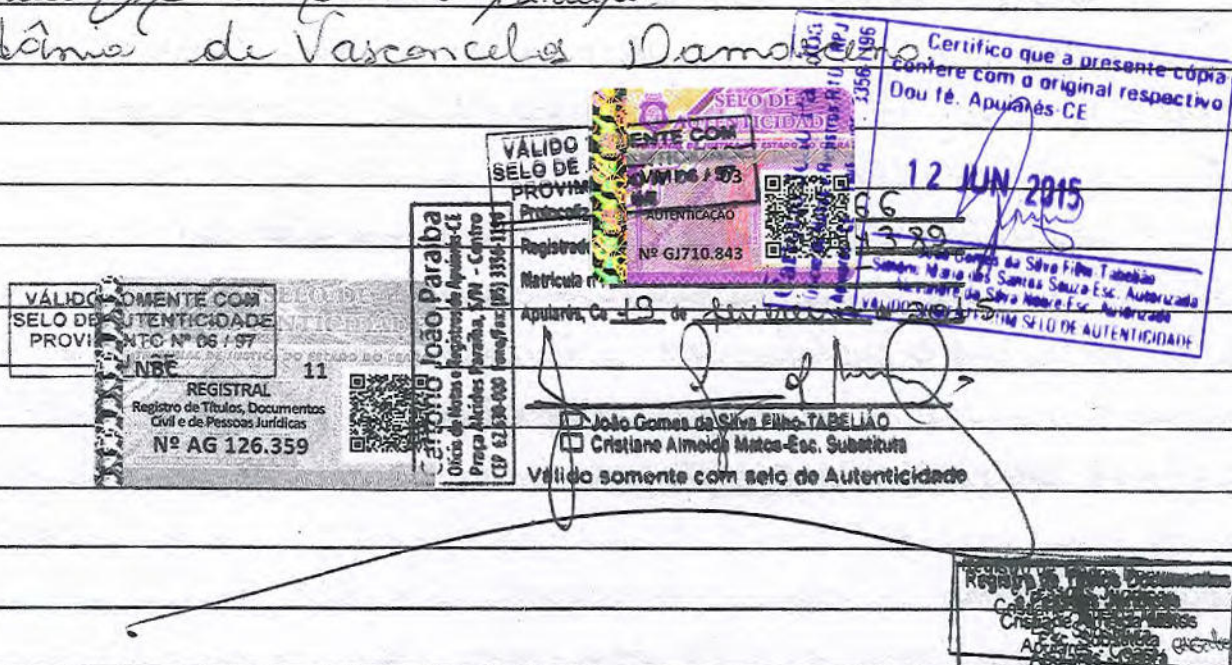
Luiz Carlos da Silva

Luiz Carlos da Silva





Francisca Flávia Felinto Figueira  
 Manoel Apuleio Felinto Bezerra.  
 Sandra Maria Alves Ferreira  
 Francisco Guedes Pinto de Almeida  
 Gintia Maria Felinto Figueira  
 Jordânia de Vasconcelos Damasceno



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA APROVANDO A 2ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU-ABU

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, reuniram-se a Assembleia Geral da Associação Beneficente do Vale do Curu-ABU para aprovar a alteração do Estatuto Social da Associação Beneficente do Vale do Curu-ABU, bem como discriminar as modificações ocorridas.

A presidente da entidade convocou o primeiro Secretário Marcos Aurélio Almeida de Sá para secretariar os trabalhos, em seguida verificou-se a presença de dois terços dos associados e da Diretoria, composta dos membros a seguir discriminados: Maria Augusta Freitas Diniz, Presidente, radialista, casada, brasileira, RG: 1740071-89-SSP-Ce, CPF: 260.392.223-8, residente na Rua Antonio Teixeira Barros, N° 153, Centro, Apuíarés - Ce, CEP: 62.630-000; Joana Darc Nogueira dos Santos, Vice-Presidente, professora, casada, brasileira, RG: 92033029438, SSP-Ce, CPF: 477.845.633-53, residente na Rua Frederico Pontes, N° 213, Centro, Apuíarés - Ce, CEP: 62.630-000; Marcos Aurélio Almeida de Sá, Secretário, empresário, solteiro, brasileiro, RG: 2000098025601, SSP-Ce, CPF: 819.402.003-59, residente na Rua 15 de Janeiro, s/n, Apuíarés - Ce, CEP: 62.630-000; Gilmoira Alves Vieira, Segunda Secretária, agente administrativo, solteira, brasileira,



## **ANEXO 4**

**RG, CERTIDÃO DE NASCIMENTO/CASAMENTO, CPF E COMPROVANTE DE  
ENDEREÇO DOS ATUAIS DIRETORES DA ABVC**



SELO DE AUTENTICIDADE  
A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS. 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Parreira  
Apuiarés - Ce

WXZ 03  
AUTENTICAÇÃO  
Nº GJ710.800

SELO DE AUTENTICIDADE  
A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

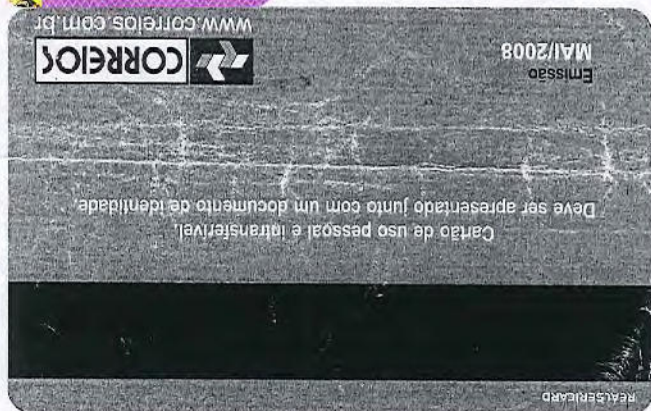
APUIARÉS. 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Parreira  
Apuiarés - Ce

VPR 03  
AUTENTICAÇÃO  
Nº GJ710.801



REGISTRO GERAL

1710071-89

06.09.89

DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

FILIAÇÃO José Augusto Barbosa

NATURALIDADE Caridade-Ce

DOC. ORIGEM Cert. Cas. n.º 9391, L.V. B-2, FLS. 165, Cart. Paramoti-Ce

260399222-87

03.04.1962

DATA DE NASCIMENTO

ASSINATURA DO DIRETOR

LEN 116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

05-1

APUIARÉS. 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Cartório João Parreira  
Apuiarés - Ce

SELO DE AUTENTICIDADE  
A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

IGC 03  
AUTENTICAÇÃO  
Nº GJ710.803





A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
 APUIARÉ, 11 DE 06 DE 15

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## REGISTRO CIVIL

FRANCISCA SANTOS AMORIM  
 Oficial do Registro Civil  
 CPF 145940133-6

ESTADO DO Ceará  
 MUNICÍPIO DE Paramoti  
 DISTRITO DE Paramoti

CASAMENTO (Nº 391)

Francisca Santos Amorim Oficial do Registro Civil, por Título legal etc...

Certifico que às fls. 165 do livro n. 132 de registro de casamento foi Realizado hoje o assento do matrimônio de Nilson Diniz

Maria Augusta Freitas Barbosa  
 contraído perante o juiz José Almir Soares Feijó  
 e as testemunhas Samuel Sampaio Gomes  
Maria Maura Ferreira Gomes

Ele, nascido Em Catolé do Rocha aos 08 de Outubro  
 de 1959, profissão Comerciaris, domiciliado em Paramoti, - Ceará,  
 e residente em Paramoti, - Ceará, filho de Nelson José Diniz  
nascido em Paramoti, - Ceará domiciliado em ---  
 e residente em --- e de Maria de

des da Silva nascida em --- domiciliada em ---  
 em --- e residente em ---

Ela, nascida em Paridade, - Ceará aos 03 de Abril  
 de 1962, profissão domestica, domiciliada em ---  
 e residente em --- filha de José Augusto Barbosa  
nascido em Paramoti, - Ceará domiciliado em ---  
 e residente em --- e Maria Cristina

de Freitas nascida em Paridade - Ceará domiciliada em Paramoti, Ceará e residente em ---  
 a qual passa assinar-se Por Maria Augusta Freitas Diniz

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 ns. I-II e IV do Código Civ  
 OBSERVAÇÕES: O regime e adotou de comunhão parcial de bens  
conforme determina o artigo 180 do C. C. B.  
Realizado em data de 27-10-1983

O referido é verdade e dou fé.

Paramoti, 27 de Outubro de 1983  
Francisca Santos Amorim



295538-0

**coelce**

uma empresa endesa brasil

Rua Padre Valdevino, 150 CEP 60135-040 Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

CON DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

Rota 20 34010 01 033400 - 2 Data de Emissão 29/05/2014

Nome MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ  
End. Postal RU ANTONIO TEIXEIRA BARROS 00153  
CENTRO - APUIARES - 62630000

Medidor 2552305 Poste 0000 0000  
Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Fator de Potência 0,00  
RG / CPF / CNPJ 260392223-87 CGF  
Nome do Responsável

**DATAS** **INDICADORES DE CONTINUIDADE**

Data da Apresentação 29/05/2014 27/06/2014  
Conjunto APUIARES  
Mês Mar/2014 EUSD 16,66

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	DIC	FIC	DMIC
77,41	27,00%	20,90	5,67	3,48	0,29

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

4E9A.3182.951A.4B10.3450.117C.003D.768E

**INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO**

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
36062	35913	1,00	149	0,00	58	3,12164	5,45
					78	3,31173	21,02
					49	0,46760	22,91

29/05/14 29/04/14 30 dias 149 50,18

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VR. CONSUMO DO MES PRECO NORMAL	77,41
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA	-27,23
ICMS COMPLEMENTAR-BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079	7,36
MULTA MORATORIA REF 04/2014	1,06
JUROS DO MES	0,49
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	5,92
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	1,33
DOACAO SANTA CASA FORT - TEL 85 3487 6671 1/1	5,00

VÁLIDO  
SELO DE  
PROVIM



APRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
APUIARES. 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escrivente Substituta

06/06/2014 71,34

**COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO** **HISTÓRICO DE CONSUMO**

Energia .....	21,18
Transmissao .....	1,15
Distribuicao .....	9,65
Encargos Setoriais .....	2,24
Tributos (ICMS, PIS e OFINS)...	24,65
TOTAL .....	58,87

150	149	162	159	149	153	142	145	156	144	163	129	
MED	Ma	1	Ab	Mar	Fev	Jan	Dez	Nov	Out	Set	Ago	Jul

**Importante** **CONTAS EM ATRASO**  
REAVISO DE VENCIMENTO:  
Informamos existir debito vencido sem acrescimos legais ate esta data, no valor de R\$ 71,11. Conforme art. 172 da Res. Anel 414/10, podera ser suspenso o fornecimento de energia eletrica apos decorridos 15 dias do envio deste comunicado. Caso o debito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Apos 2 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, sera encerrada a relacao contratual.

DEBITOS ANTERIORES	
Mes/Ano	Valor
24/2014	71,11

Consta desta fatura R\$ 0,75 referente a PIS e COFINS.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL E PERÍCIAS SONEPRA

**Polícia Direto**

*Joana Darc Nojosa Santos*

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NÚMERO 92013029438 DATA DE EMISSÃO 08/02/2013

NOME JOANA D ARC NOJOSA SANTOS

PAI FRANCISCO VENÂNCIO SILVA SANTOS

MÃE RAIMUNDA NOJOSA SILVA SANTOS

NATURALIDADE APUIARÉS - CE DATA DE NASCIMENTO 13/11/1963

DOC. ORIGIN. CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: ANT BEZERRA TERMO: 41027 FOLHA: 233

LIVRO: B 074 FORTALEZA - CE

CPF 477.845.633-53

*Assimilação de bens*

P.: 1

SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

PROVIMENTO Nº 08/97

VHE 03

AUTENTICAÇÃO Nº GJ710.790

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

PROVIMENTO Nº 08/97

VHE 03

AUTENTICAÇÃO Nº GJ710.791

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, validade a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

*Joana Darc Nojosa Santos*

JOANA DARC NOJOSA DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 15/12/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOANA DARC NOJOSA DOS SANTOS

Nº de Inscrição 477845633-53

Data de Nascimento 13/11/63

SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

PROVIMENTO Nº 08/97

VHE 03

AUTENTICAÇÃO Nº GJ710.792

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

PROVIMENTO Nº 08/97

VHE 03

AUTENTICAÇÃO Nº GJ710.793

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*

Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta





# cartório Alencar Araripe

Bel. Jaime de Alencar Araripe Júnior

OFICIAL TITULAR

Maria Nilza Ximenes de Oliveira, Carmem Lúcia de Souza Gomes,  
Sônia Maria Matos Magalhães Araújo

ESCREVENTES

## Certidão de Casamento

O Bacharel Jaime de Alencar Araripe Júnior, Oficial do Registro Civil do Distrito de Antônio Bezerra, Fortaleza, por Concurso Público, etc.

Certifica que às Folhas N.º 233V do Livro N.º B-074 de Registro de Casamentos, sob o número de ordem 041.027, consta o assento do matrimônio de *Maurício Ferreira dos Santos Júnior* e *Joana D'arc Nojosa Santos* contraído sob o regime de Comunhão Parcial de Bens perante O Juiz especial de Casamentos José Marcondes Aderaldo Mendonça e as testemunhas Constantes do termo. Ele, nascido em Apuiarés-CE, à 04/08/1968, residente nesta Capital filho de Mauricio Ferreira dos Santos e Gessina Alves dos Santos. Ela, nascida em Apuiarés-CE, à 13/11/1963, residente nesta Capital filha de Francisco Venancio Silva Santos e Raimunda Nojosa Silva Santos. A contraente, após o casamento, passou a assinar-se: *Joana D'arc Nojosa Santos*. Foram apresentados os documentos exigidos pelo artigo N.º 180 do Código Civil Brasileiro. Observações: Casamento realizado nesta data.

O referido é verdade e dou fé.

Antônio Bezerra, Fortaleza, 13/12/1997.



*Maria Nilza Ximenes de Oliveira*  
Maria Nilza Ximenes de Oliveira  
Escrevente Autorizada



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE  
APUIARÉS, 11 DE 06 DE 13

*Cristiane Almeida Matos*  
Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Nascimento, Casamento, Óbito, Procuração, Reconhecimento de Firma,  
Autenticação de Cópia.

Av. Mister Hull, 4965 - (085)228.3301 - Antônio Bezerra, Fortaleza/Ceará - 60.356-001  
e-mail: cartorio@secrel.com.br



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE  
APUIARÉS 16 DE 13





15750930



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria das Cidades

Nome: JOANA DARC NOJOSA DOS SANTOS

End. Leitura: RU CEL FREDERICO PONTES, 213, CENTRO

Cidade: APUIARES

CEP: 62.630-000

**End. Entrega:**

Cidade:

CEP: 60.000-000

Local: C

Setor: 001

Quadra: 019

Lote: 0403

Comp: 0000

**Subsetor:**

**Subquadra:**

## ECONOMIAS

Residencial: 001 | Comercial: 000 | Industrial: 000 | Pública: 000

### INFORMAÇÕES SOBRE MEDICAÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	VOLUME (m³)	MÉDIA SEMESTRAL (m³)
ÁGUA	A14F017142	77	87	10	10

## DATAS

Leitura Atual: 30/10/2014	Emissão: 24/11/2014	Lacre Água: A14F017142
Leitura Anterior: 04/10/2014	Próxima Leitura: 29/11/2014	Lacre Esgoto:

Leitura Atual: 30/10/2014	Emissão: 24/11/2014	Lacre Água: 7
Leitura Anterior: 04/10/2014	Próxima Leitura: 29/11/2014	Lacre Esgoto: 7

QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 11/2014

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	10	10	10	10	10
Analizadas	72	10	10	10	10
Em conformidade	72	10	10	10	10

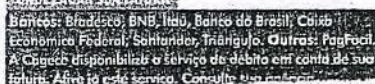
## MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

AGRADECEMOS SUA PONTUALIDADE. AGUA TRATADA E SAUDE.

DIA 08/11: VACINACAO CONTRA A PARALISIA INFANTIL

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor (R\$)	HISTÓRICO DE VOLUME
		Mês/Ano    Água (m³)    Esgoto (in³)
AGUA	16.20	0000    0
		0000    0
		0000    0
		0000    0
		0000    0
		0000    0
A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTAS DUPLICADAS.		0000    0
APUIARES. 11 DE 06. 06/2014 DE 14		07/2014    11    0
		08/2014    6    0
Cristiane Almeida Moraes		09/2014    10    0
Escrivente Substituta		10/2014    19    0

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO		SUBSIDIO	
Descrição	Valor (R\$)	Descrição	Valor (R\$)
PIS	0,00	Valor do Serviço	26,70
COFINS	0,00	Subsidio(-)	10,50
		Total de Serviço	16,20
MÊS/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)	
11/2014	10/12/2014	16,20	





VALIDAR SELO PRO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

SOM 03

AUTENTICAÇÃO

Nº GJ710.785

QR CODE

NOME: MARCO AURELIO ALMEIDA DE SA  
 NÚMERO DO INSCRIÇÃO: 819.702.003-59  
 DATA DE NASCIMENTO: 26/09/1977  
 CPF: **CPF**  
 Receita Federal  
 MINISTÉRIO DA FAZENDA

COPIA  
 PRESENTE COPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
 ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.

APRESENTAR EM: 11 DE 06 DE 15  
 Assinatura: Cristiane Almeida Matos  
 Cristiane Almeida Matos  
 Escrivente Substituto



PRIMEIRA VIA — ISENTA DE SELOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

Comarca, Município e Distrito da Capital

REGISTRO CIVIL DO 21.º SUBDISTRITO

SAÚDE

DR. EUCLYDES FERREIRA GUARITA

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**Nascimento N.º -10.523-**

CERTIFICO que, às folhas -172-V- do livro n.º A-11-  
de registro de nascimento dêste cartório, foi feito hoje o assento de -X-X-X-X-X-  
-MARCO AURÉLIO ALMEIDA DE SÁ-  
nascidº ao 26 dias de setembro de 1977 às 08 horas e 45  
minutos, no Hospital São Paulo, neste Subdistrito,-  
do sexo masculino de cor branca filho  
de Cirilo Almeida de Sá, natural do Ceará,-  
e de Dona Veronica Ramos dos Santos, natural de Pernambuco,-  
sendo avó paternos Francisco Almeida de Sousa,-  
e Dona Maria Esperança Sá,-  
e maternos Antonio Candido dos Santos,-  
e Dona Maria Ramos dos Santos,-  
tendo sido declarante o pai,-  
e testemunhas as constantes do termo.-

Firma no Tab. MAXIMINO  
AV. JABOQUARA, 491 — SÃO PAULO

REGISTRO FEITO DE  
ACORDO COM A LEI 735 DE  
14 DE JULHO DE 1949.



PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.

VIARES. 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos

Escritor Substituta

21.º Subdistrito (Saúde) São Paulo, 13 de outubro de 1977.

João Francisco Alves



00313036



CTCE FORTALEZA CE TTO  
SR MARCO AURELIO ALMEIDA DE SA  
R VINTE E CINCO DE JANEIRO 192  
CENTRO  
62630 - 000 APUIARES CE

Atendimento Claro - Ligue 1052  
Auto-Atendimento - Ligue 10524  
Na Web - [www.claro.com.br/nineclaro](http://www.claro.com.br/nineclaro)  
visite nosso site [www.claro.com.br](http://www.claro.com.br)

Data de Vencimento: 25/04/15 - Data de Postagem: 16/04/15



7211343575030810000004750530160415

Número do seu Claro	Período de Uso	Vencimento	Total a Pagar
9261 7208	de 07/03/2015 a 06/04/2015	25/04/2015	R\$ 27,07

Saldo atual na última conta: R\$ 27,12

### Veja aqui o que está sendo cobrado

Individuais		
Assinatura Controle	R\$	37,90
Muros e Multa	R\$	0,54
Descontos	R\$	11,37
Total do Mês	R\$	27,07

Total a Pagar	R\$	27,07
---------------	-----	-------

### Mensagens

A partir de 31 de maio de 2015, os números celulares dos DDDs 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 passarão a ter 9 dígitos. Será acrescentado o dígito "9" antes do número atual, passando ao formato: (DDD)9xxxx-xxxx. Mais informações em [www.claro.com.br/nineclaro](http://www.claro.com.br/nineclaro)



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*  
Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Prezado Cliente,  
Este boleto não quita débitos de meses anteriores.



Este boleto é válido nos bancos e Locais credenciados. Encargos por atraso serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o FUST e FUNTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) são repassadas aos preços. Central de Atendimento da Anatel: 1331 - Ao ligar, informe o nº da reclamação registrada na prestadora.

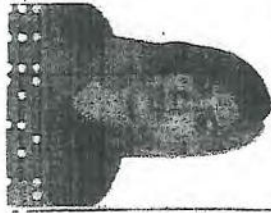
Este boleto é eletrônico.

codebanco



8100-0

PROIBIDO PLASTIFICAR



56.123.731-1 23/FEV/2015  
GILMÁRIA ALVES VIEIRA  
ANTONIO SIMÃO VIEIRA  
E ZELIA ALVES VIEIRA

PARACURU -CE

05/OUT/2015

PENTECOSTE-CE  
APIAIRES

CN-IV-A11 /ELS 247 /N.0083

051.123.731-1  
177 Delegado Divinópolis  
RUA ANTÔNIO SAO DINIZ OFICINA IIRGD-SSP/ST  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

*Gilmária Alves Vieira*  
Cartório João Paraíba  
Apurados - Ce.  
Escritura Substituta  
A PRESENTE COPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTAS(S) DO FEI  
Nº 6710.772

*Gilmária Alves Vieira*  
Cartório João Paraíba  
Apurados - Ce.  
Escritura Substituta  
A PRESENTE COPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTAS(S) DO FEI  
Nº 6710.772

NOME DO ELEITOR  
GILMÁRIA ALVES VIEIRA  
Nº INSCRIÇÃO 0745 4087 0744  
ZONA 050  
SEÇÃO 0012  
DATA DE EMISSÃO 13/02/2015  
JUIZ ELEITORAL

*Gilmária Alves Vieira*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

*Gilmária Alves Vieira*  
Cartório João Paraíba  
Apurados - Ce.  
Escritura Substituta  
A PRESENTE COPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTAS(S) DO FEI  
Nº 6710.772

*Gilmária Alves Vieira*  
Cartório João Paraíba  
Apurados - Ce.  
Escritura Substituta  
A PRESENTE COPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTAS(S) DO FEI  
Nº 6710.772





VÁLIDO SOMENTE COM  
SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVINDO DE



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FÉ.

APUARE S. 11 DE 06 DE 15

*Cristiane Almeida Matos*  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta



# República Federativa do Brasil

Registro Civil



Estado do Ceará

Estado do CearáMunicípio de Apuiarés - CeComarca de Leontópolis - CeDistrito de Apuiarés - Ce

Cartório do 1º. Ofício de Apuiarés - Ce  
Rua Luiz Carneiro de Azevedo Nº. 12

Oficial do Registro Civil

Oficial Tabelião - MARIA CLEONE RAMOS DE FREITAS  
Oficial Substituto - ANA SORAYA RAMOS DE FREITAS

## Certidão de Nascimento

CERTIFICO que às fls. 247 do Livro Nº A-11 de Registro de Nascimento  
sob N.º 8059 foi feito hoje: o assento de Gilmaria Alves  
Vierra do sexo feminino cor branca  
nascid 05-10- de 1990 às 15-45 horas

em Hospital de Paracuru - Cefilha de Antonio Simão Vierrae da dona Zelia Alves Vierra

São avós paternos Abel Alves Vierra  
Abel Alves Vierra

São avós maternos Edilson Vasconcelos  
Vasconcelos e Wenivina Alves Vasconcelos

Foi declarante Abel Alves Vierra

Testemunhas Benedicta Rodrigues de Sousa  
Rita Maria de Sousa

Observações:



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM  
O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos

Cristiane Almeida Matos  
Escritor Substituto

O referido é verdade e dou fé.

Apuiarés de 11 de 1993

Certifico que a presente cópia  
confere com o original respectivo  
Dou fé. Apuiarés - Ce

Cartório do 1º. Ofício de Apuiarés - Ce  
Rua Luiz Carneiro de Azevedo Nº. 12

Oficial Tabelião - MARIA CLEONE RAMOS DE FREITAS  
Oficial Substituto - ANA SORAYA RAMOS DE FREITAS

29 DEZ 2014





Nº DO CLIENTE

296338-8

Para melhor atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

coelce

Rua Padre Valdevino, 150 CEP 60135-040 Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3  
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

## CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

Rota 18 34010 01 081900 - 3 Data de Emissão 24/11/2012  
Nome ZELIA ALVES VIEIRA  
End. Postal RUA FREDERICO PONTES 00132  
MONTE ALVERNE - APUIARES - 62630000  
Medidor 2546318 Poste 0000 0000  
Classe RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Fator de Potência 0,00  
RG / CPF / CNPJ 54489023-15 CGF  
Nome do Responsável

## DATAS

Atas de Referência Data da Apresentação Previsão Próx. Leitura  
Nov/2012 24/11/2012 26/12/2012

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto APUIARES  
Mês Set/2012 CM 15,26  
Padrão Individual Apuração Individual  
Mensal Trim. Anual Mensal Trim. Anual  
DIC 5,91 11,82 23,6 0,15 0,15 0,15  
PIC 3,61 7,22 14,45 1,00 1,00 1,00  
DMIC 3,46 0,15

## ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

CCFC.41DD.E74C.8BD6.7EFC.F8C3.A991.7E65

## INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual Leit. Anterior Cons. Consumo (kWh) Cons. Ind. Cons. Fat. Tarifa (R\$/kWh) Valor (R\$)  
507 391 1,00 146 0,00 30 0,17828 5,34  
70 0,30562 21,39  
46 0,45844 21,10

11/12 25/10/12 30 DIAS 146 47,83

## DESCRIÇÃO VALOR (R\$)

VR. CONSUMO DO MES PRECO NORMAL 74,36  
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA -26,53  
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079 7,16  
MULTA MORATORIA REF 10/2012 1,14  
JUROS DO MES 0,27  
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 5,97  
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA 1,04  
VALOR DO CONSUMO COM FORT - TEL 85 3487 6671 1/1 2,00

VALIDAÇÃO COM A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARES, 22 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

VENCIMENTO 03/12/2012 TOTAL A PAGAR (R\$) 65,41

## COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Energia ..... 20,47  
Transmissão ..... 1,11  
Distribuição ..... 9,32  
Cargos Setoriais ..... 2,17  
Tributos (ICMS PIS/COFINS) ..... 22,96  
TOTAL ..... 56,03

## importante CONTAS EM ATRASO

REAVISO DE VENCIMENTO:  
Informamos existir débito vencido sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 66,61. Conforme art. 172 da Res. Anel 414/10, poderá ser suspensa o fornecimento de energia elétrica após decorridos 15 dias do envio desta comunicação. Caso o débito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Após 2 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, será encerrada a relação contratual.

Consta desta fatura R\$ 2,89 referente a PIS e COFINS.  
Art. 9 Res. 100-2005 - ANEEL e leis n. 10.637/02 e 10.639/03



DISTRITO 2007691432 - 6

DATA DE EXPEDIÇÃO 24/09/2010

NOME LINUNDO NONATO DA SILVA NUNES

JACÃO INUÉL MARTINS NUNES

ÁRIA LUIZA DA SILVA NUNES

MUNICIPALIDADE GERAL SAMPÃO - CE

DATA DE NASCIMENTO 16/05/1978

DC. ORIGEM  
ERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:1 OFÍCIO TERMO:3204 FOLHA:154  
IVRO:A-04 GERAL SAMPÃO - CE  
PF 921.226.203-15

VIA ASSINATURA DO DIRETOR

7.116 DE 29/08/83



PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

me  
LINUNDO NONATO DA SILVA NUNES

de Inscricão  
921226203-15

Data de Nascimento  
16/05/78

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR  
LINUNDO NONATO DA SILVA NUNES

A DE NASCIMENTO  
16/05/1978

Nº INSCRIÇÃO  
477769507/52

ZONA  
050

SEÇÃO  
0014

DATA DE EMISSÃO  
16/05/2010

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



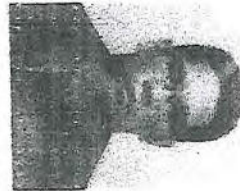
A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA DEFENSORIA PÚBLICA E PROCURADORIA  
PROCURADORIA DE DEFENSORIA PÚBLICA

Polegar Direito



Nonato da S. Nunes



SELA DE IDENTIDADE

A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

Este documento é o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, emitido a pedido por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
Emitido em: 08/05/08



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escrevente Substituta



Nº DO CLIENTE

3019377-0

Rua Padre Valdevino, 150  
CEP 60135-040 - Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3  
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada  
pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 18 34010 01 045700 - 2 Data de Emissão 24/12/2014

Nome MARIA LUIZA DA SILVA NUNES

End. Postal RU FRANCISCO PINTO DE FREITAS 00183  
SAO FRANCISCO - APUAIRES - 62630000

Medidor 13025936 Poste 0020 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Fator de Potência 0,00  
RG / CPF / CNPJ 618530973-49 CGF

Nome do Responsável

## DATAS

Mês de Referência Data da Apresentação Previsão Próxima Leitura  
Dez/2014 24/12/2014 26/01/2015

## ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto  
80,12 27,00 21,44

## ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

9710.6166.1000.0000.0000.0000.0000.0000

## INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto

Mês

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,27	11,34	20,63	0,00	0,00	0,00
FIC	0,48	0,37	10,95	0,00	0,00	0,00
DMIC	0,29			0,00		

## INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
12621	12663	1,00	169	0,00	0	0,33	56,25

## VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MÊS 56,25

TAXA COMPLEMENTAR - TARIFA BAIXA RENDA 0,39

ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL 11,84

PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA 0,39



A PRESENTE CÓPIA FOTOGRÁFICA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARÉS, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

VENCIMENTO 02/02/2015 TOTAL A PAGAR (R\$) 75,74

## COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Consumo (kWh)	Valor (R\$)
157	51,81
168	55,44
144	47,52
155	51,15
150	49,50
151	50,00
152	50,30
153	50,60
154	50,90
155	51,20
156	51,50
157	51,81

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (Kg/kWh)

Compare suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecôdox.

Emitido kg(CO <sub>2</sub> )	Compensado kg(CO <sub>2</sub> )	Consciência Ecológica (% CO <sub>2</sub> )
72,61	0,00	0%

## informações importantes e avisos de vencimento

PRESTADOR DE SERVIÇOS: COELCE S.A. - Cnpj 07.047.251/0001-70  
ENDEREÇO: RUA PADRE VALDEVINO, 150 - JARDIM ALVARO - FORTALEZA - CE  
CEP: 60135-040 - FONE: (85) 3101-1000

Este fatura é fornecida pela Companhia de Energia de Fortaleza.





*Raimundo nonato patricio*

REGISTRO DE IDENTIDADE  
Nº 002005024096  
DATA DE EXPEDICAO 6/2/2003  
NOME RAIMUNDO NONATO PATRICIO  
FILIAÇÃO NC E MARIA DAS GRACAS PATRICIO  
NATURALIDADE APUIARES-CE  
DATA DE NASCIMENTO 26/2/1985  
DOC. GRUPO CERT. NASC. 5994 L A/08 F  
299 APUIARES/CE  
CPF  
ASSINATURA DO DETENTOR

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SOMENTE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
LQK 03  
AUTENTICACAO Nº GJ710.811  
APUIARES, 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SOMENTE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
MTD 03  
AUTENTICACAO Nº GJ710.810  
APUIARES, 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RAIMUNDO NONATO PATRICIO  
DATA DE NASCIMENTO 26/02/1985  
Nº INSCRIÇÃO 62665600701  
ZONA 050  
SEÇÃO 0015  
MUNICÍPIO APUIARES/CE  
DATA DE EMISSÃO 13/03/2002

POLEGAR DIREITO  
*Raimundo nonato patricio*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SOMENTE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
YWG 03  
AUTENTICACAO Nº GJ710.813  
APUIARES, 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SOMENTE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
BYT 03  
AUTENTICACAO Nº GJ710.812  
APUIARES, 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Superintendência da Receita Federal  
**CPF**  
Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de inscrição 009.222.673-67  
Nome RAIMUNDO NONATO PATRICIO  
Nascimento 26/02/1985

Canção de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.  
CORREIOS

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SOMENTE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
HJK 03  
AUTENTICACAO Nº GJ710.814  
APUIARES, 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta

SELO DE AUTENTICIDADE  
VALIDO SOMENTE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.  
ZAK 03  
AUTENTICACAO Nº GJ710.815  
APUIARES, 11 DE 06 DE 15  
Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta



## República Federativa do Brasil



## Registro Civil

Estado do Paraná  
 Comarca de Paraná  
 Município de Paraná

NASCIMENTO Nº 5994

CERTIFICO que às folhas 2994 do livro Nº 1 do Registro de Nascimento foi feito hoje o assento de Raimundo Honato Patrício

nascido aos 26 de 02 de mil novecentos

de 1985 às 5 horas e 00 minutos,

na cidade de Paraná do sexo masculino de cor branca

filho de

natural

e de Dona Isolinda das Graças Patrício

natural deste Estado

São avós paternos

e Dona

São avós maternos Isolinda das Graças Patrício

e Dona

Foi declarante Isolinda das Graças Patrício

e serviram de testemunhas Isolinda das Graças Patrício

Observações.



APRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA CONFERE COM ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE

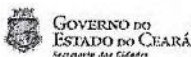
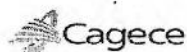
DIANTE DE 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
 Escrevente Substituta

O referido é verdade e dou fé.

Isolinda das Graças Patrício de 16 de 1986  
Isolinda das Graças Patrício  
 Oficial





Nº de Inscrição:

15751635

00000 - 00661 - GR42

000793.002184.001321

## DADOS DO CLIENTE

Nome: RAIMUNDO N PATRICIO

End. Leitura: RUA MARIA BEZERRA LOPES, 109, CENTRO

Cidade: APUIARES

CEP: 62.630-000

End. Entrega

Cidade:

CEP: 60.000-000

Local: 005

Setor: 001

Quadra: 037

Lote: 0430

Comp: 0000

Subsetor:

Subquadra:

## ECONOMIAS

Residencial: 001 | Comercial: 000 | Industrial: 000 | Pública: 000

## INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura anterior	Leitura atual	Volume(m³)	Média Semestral(m³)
ÁGUA	A06F435479	42	42	0	0
ESGOTO					

## DATAS

Leitura Atual: 28/11/2012 | Emissão: 21/12/2012 | Lacre Água: A06F435479

Leitura Anterior: 29/10/2012 | Próxima Leitura: 18/01/2013 | Lacre Esgoto:

## QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2012

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Flúor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	10	10	10	0	10	10
Analizadas	72	10	10	0	10	10
Em conformidade	72	10	10	0	10	10

## MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SV MILITAR-EXAR-10 A 14 DEZ WWW.EXARNET.EB.MIL.BR

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor (R\$)	HISTÓRICO DE VOLUME		
		Mês/Ano	Água(m³)	Esgoto(m³)
ÁGUA	14,00		0000	0
			0000	0
			0000	0
		12/2011	1	0
		01/2012	1	0
		03/2012	1	0
		06/2012	1	0
		07/2012	0	0
		08/2012	0	0
		09/2012	0	0
		10/2012	0	0
		11/2012	2	0

## TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição	Valor(R\$)
PIS	0,42
COFINS	0,14

## SUBSÍDIO

Descrição	Valor(R\$)
VALOR DO SERVIÇO	14,00
SUBSÍDIO (-)	0,00
TOTAL DE SERVIÇO	14,00

MÊS/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
12/2012	03/01/2013	14,00

## Onde Pagar a Fatura

Bancos: Bradesco, BNB, Itaú, BIC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo, Outros Pagafax. A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative este serviço. Consulte sua agência.



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece (Resolução 25, Art. 4º, 51, I, F - ARCE).

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site [www.cagece.com.br](http://www.cagece.com.br) ou na ouvidoria Cagece: 3101.1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: [www.arce.ce.gov.br](http://www.arce.ce.gov.br)

Entidades Reguladoras: Fortaleza: ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental; 0800 285 1919 - Demais Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3638.

VÁLIDO SELO DE PROVA



A PRESENTE CÓPIA FOTOGRAFADA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDO NESTA(S) NOTA(S) DOU FE.

APUIARES, 11 DE 06 DE 15

Cristiane Almeida Matos  
Escritora Substituta



## **ANEXO 5**

### **ATA DO CONSELHO COMUNITÁRIO, APROVANDO A GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO FM APUIARÉS**





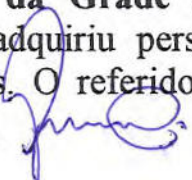
Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

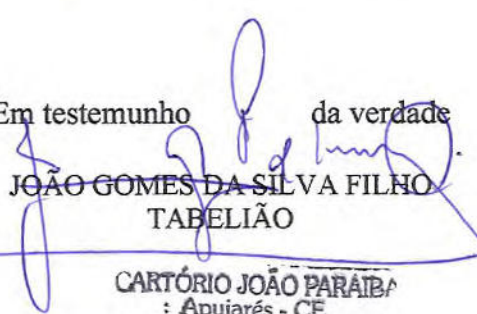
**Tabelião:**  
**Dr. JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**

**Escreventes Substitutos:**  
ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARÍLIA FRANCO GOMES DA SILVA

**Escreventes Autorizados:**  
MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

## CERTIDÃO

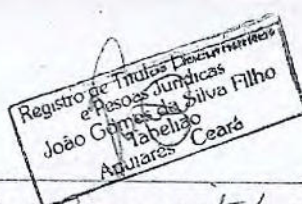
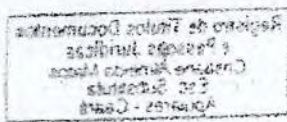
**CERTIFICO**, por solicitação verbal de parte interessada, que dando busca e revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo, dele, verifiquei constar registrado neste Cartório, no **Livro nº B-17, de Registro de Títulos e Documentos, sob as fls. 186**, em data de 12 de junho de 2015, protocolo geral nº 11.857, nº de ordem 4750, a **Ata da Reunião do Conselho Comunitário para Aprovação da Grade de Programação da FM Apuiarés 98.7**, mediante o qual adquiriu personalidade jurídica, depois de satisfeitas as formalidades legais. O referido é verdade. Dou fé. Apuiarés-Ceará, 12 de junho de 2015. Eu,  Tabelião, digitei, datei, assino em público e raso do que uso.

Em testemunho da verdade  
  
**JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**  
**TABELIÃO**

**CARTÓRIO JOÃO PARAÍBA**  
: Apuiarés - CE  
Dr. João Gomes da Silva Filho





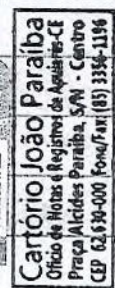


Ata da Reunião do Conselho Comunitário para Aprovação da Grade de Programação da FM Apuíarés 98,7.

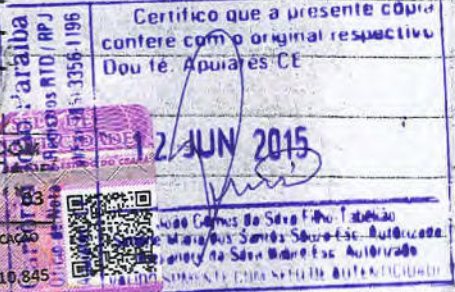
Às duas de junho de 2015 às 17h:00min, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário da Rádio FM de Apuíarés 98.7, na sede da emissora à Rua 25 de Janeiro, s/n, Centro, Apuíarés - CE, com o objetivo de analisar a nova grade de programação da mesma. Foi discutida e reprovada para todos a grade existente, bem como verificado se a grade estava de acordo com o que versa o artigo 4º, VIII do Estatuto da Associação Beneficente Vale do Curú - ABVC, bem como de conformidade com o artigo 4º da Lei 9.612/98. Após confirmado que a nova grade está de conformidade com esta Lei, atendendo os requisitos do seu artigo 4º, então foi aprovada por unanimidade as quatro grades semanais de programação. Vejamos: Grade 1: Programação de segunda-feira à quinta-feira; Grade 2: Programação de sexta-feira; Grade 3: Programação de sábado e Grade 4: Programação de Domingo. Nada havendo mais a tratar, deu-se por encerrado a reunião e eu Lúcia de Fátima Cardoso que secretariei a reunião, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros do Conselho Comunitário.

Apuíarés, 02 de junho de 2015.

- Lúcia de Fátima Cardoso de Abreu - Representante da Educação.
- Manoel Galvão Ferreira - Representante das Igrejas Evangélicas.
- Antonio Elias M. Barbosa - Representante da Igreja Católica.
- Faustino Borneiro S. - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- Renato Lima de Melo - Representante dos Comerciantes.



Protocolizada sob o nº. 11.856  
Registrado em Livro 12-12  
Matrícula nº. 12-12  
Apuíarés, Ce 12 de junho de 2015  
Valido somente com Selo de Autenticidade





## ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO PARA APROVAÇÃO DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA FM APUIARÉS 98,7.

Aos dois de junho de 2015 às 17h: 00min, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário da Rádio FM de Apuiarés 98.7, na sede da emissora à Rua 25 de Janeiro, s/n, Centro, Apuiarés-Ce, com o objetivo de analisar a nova grade de programação da mesma. Foi discutida e repassada para todos a grade existente, bem como verificado se a grade estava de acordo com o que versa o artigo 4º, VIII do Estatuto da Associação Beneficente Vale do Curú ABVC, bem como de conformidade com o artigo 4º da Lei 9.612/98. Após confirmado que a nova grade está de conformidade com esta Lei, atendendo os requisitos do seu artigo 4º, então foi aprovada por unanimidade as quatro grades semanais da programação. Vejamos: Grade 1: Programação de segunda-feira à quinta-feira; Grade 2: Programação de sexta-feira; Grade 3: Programação de sábado e Grade 4: Programação de Domingo. Nada havendo mais a tratar, deu-se por encerrado a reunião e eu Lúcia de Fátima Cardoso que secretariei a reunião lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros do Conselho Comunitário. Apuiarés, 02 de Junho de 2015.

Lúcia de Fátima Cardoso de Abreu

Representante da Educação

Marcos Galdino Ferreira

Representante das Igrejas Evangélicas

Faustino Barreto Sá

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apuiarés-Ce

Antonio Elias Matos Barbosa

Representante da Igreja Católica

Francisco Lima de Moraes

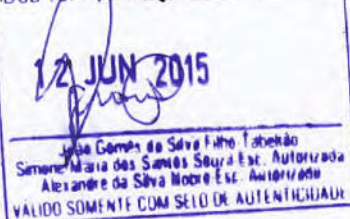
Representante dos Comerciantes



Protocolize sob o nº. 11.857  
Registrado no Livro B-17 Sub nº 4750  
Matrícula nº. \_\_\_\_\_  
Apuiarés, Ce 12 de junho de 2015

☒ João Gomes da Silva Filho-TABELIAO  
☒ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA FM APUIARÉS 98.7

GRADE 1 SEGUNDA A QUINTA FEIRA		
HORA	PROGRAMA	LOCUTOR
05:00 ÀS 07:00	FORRÓ PÉ DE SERRA	SEM LOCUTOR
07:00 ÀS 11:00	SHOW DAS MANHÃS	AUGUSTA DINIZ
11:00 ÀS 12:30	A HORA DO ESPORTE	ADRIANO MARTINS
12:30 ÀS 14:00	BREGÃO DA 98	VIRGILIO CATÃO
14:00 ÀS 17:00	TARDE SHOW (MUSICA E NOTÍCIAS)	ODAIR JOSÉ
17:00 ÀS 19:00	FORROZÃO DA 98	LUCAS SOARES
19:00 ÀS 20:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAIS E MOVIMENTOS
20:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

GRADE 2 SEXTA FEIRA		
HORA	PROGRAMA	LOCUTOR
05:00 ÀS 07:00	FORRÓ PÉ DE SERRA	SEM LOCUTOR
07:00 ÀS 08:00	CATEQUIAR É PRECISO	CATEQUISTAS
08:00 ÀS 11:00	SHOW DAS MANHÃS	AUGUSTA DINIZ
11:00 ÀS 12:00	A HORA DO ESPORTE	ADRIANO MARTINS
12:00 ÀS 13:00	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EQUIPE DO SINDICATO
13:00 ÀS 14:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
14:00 ÀS 17:00	TARDE SHOW (MUSICA E NOTÍCIAS)	ODAIR JOSÉ
17:00 ÀS 19:00	FORROZÃO DA 98	LUCAS SOARES
19:00 ÀS 20:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAIS E MOVIMENTOS
20:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

GRADE 3 SABADO		
HORA	PROGRAMA	LOCUTOR
05:00 ÀS 08:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
08:00 ÀS 09:00	ASSEMBLÉIA DE DEUS MONTESE	PASTOR CESA MESQUITA
09:00 ÀS 11:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
11:00 ÀS 12:00	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	EQUIPE DO SINDICATO
12:00 ÀS 13:00	IGREJA BATISTA	PASTOR
13:00 ÀS 14:00	ASSEMBLEIA DE DEUS	IRMÃ MARILENE
14:00 ÀS 15:00	IGREJA ADVENTISTA	PASTOR RONALDO
15:00 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

GRADE 4 DOMINGO		
HORA	PROGRAMA	LOCUTOR
05:00 ÀS 08:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR
08:00 ÀS 09:30	SANTA MISSA	PADRE JUVEMAR
09:30 ÀS 22:00	MUSICAL PROGRAMADO	SEM LOCUTOR

Aprovado Em 02/06/2015

Rúcia de Fátima Brandão de Abreu.  
Mareos Galvão Ferreira

• Faustino Barreto Sá.  
• Antonio Elias m. Barbosa.

• Francisco Soares de Sousa,



## **ANEXO 6**

### **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL DA ABVC COM O ENDEREÇO DEVIDAMENTE CORRIGIDO**





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
**11.822.541/0001-11**  
MATRIZ

#### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
**02/02/1988**

NOME EMPRESARIAL  
**ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
**94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte**  
**94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
**399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA**

LOGRADOURO  
**R 25 DE JANEIRO**

NÚMERO  
**409** COMPLEMENTO

CEP  
**62.630-000** BAIRRO/DISTRITO  
**CENTRO**

MUNICÍPIO  
**APUIARES** UF  
**CE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
**(85) 9228-3121**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
**ATIVA**

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
**28/07/1998**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 12/06/2015 às 07:53:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)





### Relatório de Situação Fiscal

CNPJ: 11.822.541 - ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC

#### Informações Cadastrais da Matriz - CNPJ: 11.822.541/0001-11

UA de Domicílio: ARF CAUCAIA-CE

Código da UA: 03.101.14

Endereço: R 25 DE JANEIRO 409

Bairro: CENTRO

Município: APUIARES

CEP: 62630-000

UF: CE

Data de Abertura da Empresa: 02/02/1988

Situação no CNPJ: ATIVA

Responsável: 260.392.223-87 MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

Porte da Empresa: DEMAIS

Natureza Jurídica: 399-9 ASSOCIACAO PRIVADA

CNAE Principal: 9430-8/00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

#### Sócios e Administradores

CPF: 260.392.223-87 MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

PRESIDENTE

---

#### Diagnóstico Fiscal

Não foram detectadas irregularidades nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Este documento não tem validade de Certidão RFB / PGFN.

---

Final do Relatório





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC**  
**CNPJ: 11.822.541/0001-11**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 07:28:22 do dia 26/02/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/08/2015.

Código de controle da certidão: **1511.3A5A.0D3B.FFB3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais  
Nº 201503120753**

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE</b>
<b>Inscrição Estadual:</b> 06.999.102-2
<b>CNPJ / CPF:</b> 11.822.541/0001-11
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC

**Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.**

**EMITIDA VIA INTERNET EM 12/06/15 ÀS 07:58:13  
VÁLIDA ATÉ 11/08/2015**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.822.541/0001-11

Certidão nº: 106326089/2015

Expedição: 12/06/2015, às 07:59:41

Validade: 08/12/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.822.541/0001-11, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



A  
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES  
PRAÇA XV DE NOVEMBRO, 242 - 1º ANDAR  
CEP 88010-970  
FLORIANOPOLIS / SC





REMETENTE: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABUC  
RUA 25 DE JANEIRO, 409  
CEP: 62.630-000  
APOIARÉS / CE



# ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU

Rua 25 de Janeiro, 409 – Centro - Apuiarés-Ceará

CNPJ- 11822541/0001-11

RADIO COMUNITÁRIA DE APUIARÉS

**53900.033660/2015-84**

Ofício nº 09/2015

Apuiarés, 29 de junho de 2015

À

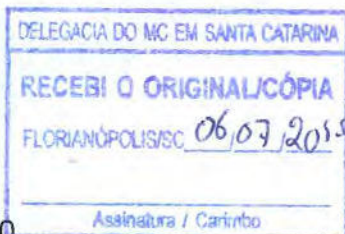
Delegada Regional

**Sra. Argélia Diniz Schramm**

Delegacia Regional do Ministério da Comunicações em Santa Catarina

Praça XV de Novembro, 242 - 1º Andar, salas 107 a 110. CEP – 88010-970

Florianópolis/SC.



*Márcia M. Ferreira*  
Agente Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 0455278

Assunto: **Processo de Renovação nº 53000.029227/2012-45**

Senhora Delegada,

Em atenção ao Ofício nº 14473/2015/SEI-MC, estamos complementando nosso Ofício nº 08/2015, para enviar a Certidão negativa de débitos das receitas administrativas pela Anatel, atendendo a NOTA TÉCNICA Nº **9786/2015/SEI-MC**:

Diante do exposto, requer que seja renovado a outorga da Radio, tendo em vista que o indício fora sanado e para que não venha trazer prejuízos à comunidade que usufrui dos benefícios.

Atenciosamente,

*Maria Augusta Freitas Diniz*  
MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ  
Presidente ABVC





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
**CNPJ:** 11.822.541/0001-11

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:14:49 do dia 27/06/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/07/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Delegacia Regional  
Sra. Argélia Diniz Schramm  
Delegacia Regional do Ministério da Comunicações em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 - 1º Andar, salas 107 a 110. Cep - 8801  
Florianópolis / SC.





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Beneficente do Vale do Curu  
Rua 25 de Setembro. 409 - Centro - Apuiarés - Ceará  
CNPJ - 11822541/0001-11  
Rádio Comunitária de Apuiarés





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC

**CNPJ:** 11.822.541/0001-11

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:13:49 do dia 25/11/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2015.

Certidão expedida gratuitamente.







**NOTA TÉCNICA Nº 26490/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.029227/2012-45**

Processo de Outorga nº: 53650.002113/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apuiarés/CE**.

**ANÁLISE**

---

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto Social atualizado e consolidado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de **Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4334/2015).

Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao art. 40 da Portaria 4334/2015 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir:

*Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:*

*II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;*

Esclarecemos que o estatuto, em seu art. 3º, §7º, informa que as atividades previstas nas finalidades da entidade serão realizadas de forma gratuita, mas não garante o **ingresso gratuito**, como associado, de pessoas físicas e jurídicas.

Da análise estatuto social apresentado em atendimento ao ofício nº 14473 e Nota Técnica nº 9786/2015, não está claro se o registro cartorário foi realizado em livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (a certidão atesta o registro no Livro A-03, mas não especifica tratar-se de Registro Civil de Pessoas Jurídicas). Portanto é necessário que seja apresentado estatuto social com a alteração proposta no item acima (adequação ao art. 40, II, da Portaria 4334/2015) e com certidão cartorária que comprove seu registro em livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no



**Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4334/2015).

Esclarecemos que a ata de eleição da diretoria em exercício apresentada, indica o registro cartorário em Títulos e Documentos e não em livro de registro Civil de Pessoas Jurídicas.

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Tec Administrativo**, em 26/11/2015, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/11/2015, às 15:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0849525** e o código CRC **6F6862C1**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 39270/2015/SEI-MC

Florianópolis, 26 de novembro de 2015.

À Senhora

MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

Representante Legal da Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC

Rua 25 de Janeiro, 409 - Centro

62.630-000 / Apuiarés - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.029227/2012-45.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26490/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de renovação de outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/11/2015, às 15:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0849601** e o código CRC **C8DFDC4F**.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

À Senhora  
MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ  
Representante Legal da Associação Beneficente  
do Vale do Curu ABVC  
Rua 25 de Janeiro, 409 - Centro  
62.630-000 / Apuiarés - CE

PAÍS / PAYS

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. nº 39270/2015/SEI-MC (0849601)  
S3000. 029227/2012-45

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

x Nilsam *[Signature]*

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

22/12/2015

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

x 2000098071398

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

FERNANDO

01802528



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AWS CN07

AR

JO 18841213 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

04 DEZ 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL  
BRÉSIL

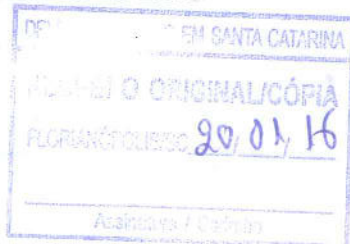
ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

# ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU

Rua 25 de Janeiro, 409 – Centro - Apuiarés-Ceará

CNPJ- 11822541/0001-11

RADIO COMUNITÁRIA DE APUIARÉS



Ofício nº 13/2015

Apuiarés, 18 de dezembro de 2015

Márcia J. M. Ferreira  
Agente Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 0455279

53900.003955/2016-15

À

Delegada Regional

**Sr. Carlos Vinicius Lannes Duering**

Delegacia Regional do Ministério da Comunicações em Santa Catarina

Praça XV de Novembro, 242 - 1º Andar, salas 107 a 110. CEP – 88010-970

Florianópolis/SC.

Assunto: **Processo de Renovação nº 53000.029227/2012-45**

Senhora Delegada,

Em atenção ao Ofício nº 39270/2015/SEI-MC, apresentamos abaixo a documentação e justificativas solicitadas, na NOTA TÉCNICA Nº **26490/2015/SEI-MC**:

Item 2 – I – Segue anexo, cópia do **Estatuto Social** atualizado e consolidado, bem como Certidão de registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Foi incluído no artigo 3º do Estatuto Social, o Parágrafo 8º que garante o ingresso gratuito como associado de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, Anexo 1.

Item 2 – II – Segue anexo Cópia da **Ata de Eleição da diretoria em exercício**, como também a Certidão de registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas Anexo 2.

Diante do exposto, requer que seja renovado a outorga da Radio, tendo em vista que o indício fora sanado e para que não venha trazer prejuízos à comunidade que usufrui dos benefícios.

Atenciosamente,

  
MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ  
Presidente ABVC



**ANEXO 1**

**ESTATUTO SOCIAL DEVIDAMENTE ATUALIZADO E CONSOLIDADO**

**E**

**CERTIDÃO DE REGISTRO NO CARTÓRIO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**



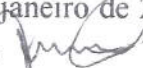
Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

**Tabelião:**  
**Dr. JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**

**Escreventes Substitutos:**  
ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARILIA FRANCO GOMES DA SILVA

**Escreventes Autorizados:**  
MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, para os devidos fins, que o Estatuto Social Consolidado da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC, datado de 13 de dezembro de 2015, apresentado por seu atual Presidente, foi protocolado sob o nº 12.529, e, registrado no Livro nº A-03 – Registro Civil de Pessoa Jurídica, sob o nº 113, desta Serventia na data de 15 de janeiro de 2016. O referido é verdade. Dou fé. Apuiarés–Ceará, 15 de janeiro de 2016. Eu,  Tabelião, digitei, datei, assino em público e raso do que uso.

Em testemunho da verdade

  
**JOÃO GOMES DA SILVA FILHO**  
TABELIÃO

**CARTÓRIO JOÃO PARAÍBA**  
: Apuiarés - CE  
Dr. João Gomes da Silva Filho





## ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURÚ - ABVC

ALTERADO CONFORME ATA APROVADA  
PELA ASSEMBLEIA GERAL DO DIA 13 DE  
DEZEMBRO DE 2015.

### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE.

**Art. 1º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú, identificada pela sigla ABVC, é uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 30 de Agosto de 1987, com Sede no município de Apuiarés, na Rua 25 de Janeiro 409, Centro, Cep-62.630-000, Estado do Ceará devidamente registrada no Cartório Filgueira Mendes, município de Apuiarés estado do Ceará, no livro A - 1 - folhas 01/05 em 25 de janeiro de 1988.

**Art. 2º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem fórum na cidade de Apuiarés e área de abrangência na região do Vale do Curu e tem duração por tempo indeterminado.

**Art. 3º** - A Associação Beneficente do Vale do Curú tem por finalidade:

I - Prestar assistência médica, educativa e social aos seus associados, podendo para tanto, formar convênio ou contratos com entidades públicas ou particulares, e com organizações internacionais, que atuem no campo da assistência social e quando permitido pelas leis nacionais.

II - Assistir e incrementar atividades comunitárias, no campo Agropecuário, Saúde, Higiene e Nutrição.

III - Lutar pela preservação do Meio Ambiente.

IV - Apoiar e realizar ações de geração de renda, através da valorização do artesanato regional, potencializando as vocações tradicionais e implantando ações inovadoras.

### V - EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II- respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração de todos os membros da comunidade atendida;



Handwritten signatures and initials.



- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

**Parágrafo 1º** – É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

**Parágrafo 2º** – Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

**Parágrafo 3º** – Qualquer cidadão da comunidade beneficiária terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

**Parágrafo 4º** – A responsabilidade e a orientação intelectual caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

**Parágrafo 5º** – O quadro de pessoal da rádio comunitária será constituído pelo menos por 2/3(dois terços) de trabalhadores brasileiros.

**Parágrafo 6º** – A entidade não poderá efetivar nenhuma alteração no estatuto com referência e este item, sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**Parágrafo 7º** – As atividades previstas nas finalidades da ABVC serão realizadas de forma gratuitas, e será assegurado o ingresso de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Parágrafo 8º** – Serão garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.

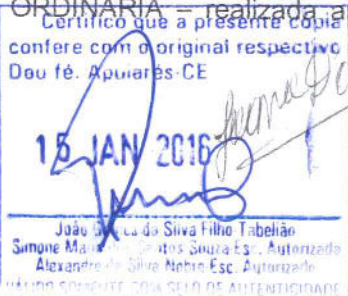
## CAPÍTULO II – DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 4º** - São poderes da entidade: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal.

**Parágrafo Único** – As atividades dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Sócios, Instituidores ou Benfeitores, não serão remunerados, nem receberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título. Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

## CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 5º** - A Assembleia Geral, órgão supremo da entidade, é constituído dos sócios fundadores e contribuintes em pleno gozo dos seus direitos, convocada na forma deste estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Associação, podendo ser: a) **ORDINÁRIA** – realizada anualmente na data de sua fundação para apreciação e



15 JAN 2016



apresentação de relatórios, prestação de contas da Diretoria e outros assuntos constantes na pauta de convocação; b) EXTRAORDINARIA – Quando se fizer necessário deliberar sobre assuntos de interesse da associação.

**Parágrafo Único** – A Assembleia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria ou por requerimento escrito e assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo direitos.

**Art. 6º** - Compete a Assembleia Geral:

- I- Anualmente examinar e aprovar os relatórios e prestação de contas da Diretoria.
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal.
- III - Aprovar e reformular o Estatuto da Associação.
- IV- Fixar a taxa de contribuição dos sócios.
- V- Destituir a Diretoria e Conselho Fiscal.
- VI- Resolver em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas aos sócios.
- VII- Substituir parcialmente membro da Diretoria por motivo de ausência ou incompetência.

**Parágrafo Primeiro** – Quando se tratar de reforma do estatuto e destituição dos administradores, a Assembleia Geral deverá ser convocada especialmente para este fim, sendo necessária a aprovação de 2/3(dois terços) dos presentes a assembleia, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

**Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral só poderá deliberar, validamente, sobre assuntos constantes na pauta de sua convocação.

**Art. 7º** - A Assembleia Geral será convocada através de edital constando na pauta, dia, hora e local da sua realização.

**Parágrafo Único** - O edital de convocação deverá ser fixado em locais de fácil acesso dos sócios, no mínimo, sete (sete) dias antes da realização da Assembleia Geral.

**Art. 8º** - A Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria dos sócios, em segunda convocação, um (uma) hora depois, com qualquer número, exceto no que trata o art. 6º em seu parágrafo primeiro.

#### CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA

**Art. 9º** - A Diretoria será eleita para um período de três (três) anos, sendo admitida uma recondução em Assembleia Geral convocada para este fim, conforme art. 7º deste Estatuto.

**Art. 10º** - A Diretoria, constituída de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 1º Tesoureiro; e) 2º Secretário; f) 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Primeiro** - Será instituído o Conselho Comunitário da Associação Beneficente Vale do Curu –ABVC, composto de cinco membros representantes de entidades da comunidade local que estejam legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora de rádio, garantindo o atendimento ao interesse exclusivo da comunidade.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**Parágrafo Segundo** – A escolha do Conselho Comunitário será na mesma data da Diretoria e terá mandato de três anos.

**Parágrafo Terceiro** – Serão órgãos auxiliares da Diretoria, departamentos por ela criados, tantos quantos forem necessários para o desenvolvimento das atividades a que se propõe a Associação.

**Art. 11º** - Só poderão exercer cargos eletivos da Diretoria sócios em pleno gozo dos seus direitos. Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10(dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 12º** - Compete a Diretoria: a) Administrar a Associação; b) Levar a apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, da Assembléia Geral os relatórios das atividades anuais, prestação de contas e propostas orçamentárias; c) Elaborar normas gerais de funcionamento da associação e regimento interno; d) Julgar propostas de admissão de sócios; e) Aplicar penalidades aos sócios faltosos; f) Convocar Assembléia Geral; g) Planejar e avaliar as atividades da associação; h) Responsabilizar-se pelo patrimônio da associação, guarda, aplicação dos seus bens e aquisição de material para o funcionamento das atividades da entidade. i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Parágrafo Único** – A Diretoria reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário.

**Art. 13º** - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral, com direito de voto de qualidade; b) Orientar e supervisionar todas as atividades da associação; c) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial em suas relações com terceiros, especialmente a órgãos da união, do Estado do Município, organizações internacionais de assistência social; d) Assinar juntamente com o tesouro, autorização de pagamentos, cheques de demais documentos que envolvem responsabilidades financeiras para a associação; e) Assinar toda e qualquer correspondência; f) Decidir e tomar providência de caráter urgente e imprevisto na impossibilidade de reunir a Diretoria; g) Passar o cargo ao Vice-Presidente sempre que tiver de ausentar-se.

**Art. 14º** - Compete ao Vice- Presidente: a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências; b) Colaborar com o Presidente em caso de acúmulo de serviço.

**Art. 15º** - Compete ao 1º Secretário: a) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e lavrar as respectivas atas; b) Ler o expediente; c) Organizar e manter em dia os trabalhos que se relacionam com a secretaria, bem como correspondência e arquivo; d) Substituir o Presidente na falta do Vice-Presidente.

**Art. 16º** - São competências do 2º Secretário substituir o 1º secretário em suas ausências e nos seus impedimentos legais e assessorá-lo em suas obrigações.

**Art. 17º** - Compete ao 1º Tesoureiro: a) Arrecadar mensalmente dos sócios, efetuando os respectivos controles; b) Responsabilizar-se pelo numerário em caixa e em banco; c) Efetuar pagamentos com autorização do Presidente, arquivando comprovantes das despesas para posterior escrituração; d) Manter a escrituração do livro caixa em dia; e) Preparar balancetes e relatórios financeiros para prestação de contas.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**Art. 18º** - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º tesoureiro em suas ausências e nos impedimentos legais e assessorá-lo em suas obrigações.

**Parágrafo Primeiro** - No caso de mais substituições, as vagas por elas geradas serão preenchidas através de Assembleia Geral extraordinária.

**Parágrafo Segundo** - Serão considerados demissionários os membros da Diretoria que, sem uma justificativa, faltarem três (três) reuniões consecutivas ou cinco (cinco) intercaladas.

## CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

**Art. 19º** - O Conselho Fiscal será constituído de três (três) membros, eleitos, juntamente com a Diretoria, na forma do art. 7º.

**Art. 20º** - Compete ao Conselho Fiscal: a) Fiscalizar as atividades da Diretoria; b) Examinar cartas e comprovantes, dar parecer nos balancetes gerais e propostas orçamentárias; c) Comunicar a Assembleia Geral de alguma irregularidade ocorrida; d) Convocar a Assembleia Geral sempre que for necessário.

**Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer cargo na Diretoria ou chefia de departamentos.

## CAPÍTULO VI – DOS SÓCIOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES – ADMISSÃO E DEMISSÃO

**Art. 21º** - A ABVC tem quatro (quatro) categorias de sócios: a) Sócios Fundadores; b) Sócios Contribuintes; c) Sócios Beneméritos; d) sócios Honorários.

**Parágrafo Primeiro** - São consideradas sócios fundadores aquelas pessoas que houverem colaborado na organização da associação e assinado à ata da Assembleia Geral de constituição da entidade.

**Parágrafo Segundo** - São considerados sócios contribuintes os que se associarem após a fundação.

**Parágrafo Terceiro** - Serão considerados sócios beneméritos àqueles que se tornem merecedores dessa distinção pelos relevantes serviços prestados a associação ou que tenha feito donativo de real valor.

**Parágrafo Quarto** - São considerados sócios honorários aqueles que possam e queiram colaborar com a associação.

**Parágrafo Quinto** - Os sócios não responderão solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.

**Art. 22º** - São direitos dos sócios fundadores e contribuintes: a) constituir as Assembleia Gerais e nelas ter direito a palavra; b) Votar e ser votado nas formas deste estatuto; c) Fazer ao Presidente da Associação, por escrito propostas e sugestões de interesse social; d) utilizar os serviços existentes ou que vierem a ser criados pela associação diretamente ou através de convênios; e) Propor admissão dos sócios em qualquer categoria; f) Requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária.





**Parágrafo 1º** - A convocação de Assembleia Geral pelo associado deverá constar a matéria a ser tratada e contar com a assinatura de 1/3 (um terço) dos associados.

**Art. 23º** - São deveres dos sócios fundadores e contribuintes: a) votar nas eleições para eleger a Diretoria e Conselho; b) Pagar em dia suas mensalidades; c) Zelar pelos interesses, empreendimentos e patrimônio da entidade; d) Contribuir para que a associação execute suas programações colaborando e participando das atividades promovidas pela Diretoria e seus departamentos; e) Evitar pronunciamentos políticos ou que induzam a sectarismo religioso ou preconceito racial; f) Cumprir e fazer cumprir o estatuto; g) Comparecer as Assembleias Gerais com ampla liberdade de manifestar sua opinião, cumprindo os preceitos da recíproca consideração pessoal; h) Apresentar carteira de sócio sempre que for solicitado; i) Indenizar a associação de qualquer prejuízo que venha a causar.

**Art. 24º** - São critérios para admissão dos sócios; a) Ser morador da região; b) Ter idade mínima de 16 anos; c) Apresentar no ato da inscrição documento de identificação e dois (duas) fotos 3x4.

**Art. 25º** - A demissão do associado dar-se-á: a) Por vontade própria; b) Por atraso nas mensalidades por mais de três meses sem uma justificativa; c) Por prática de atos que atendem contra os interesses da entidade.

**Parágrafo Único** - Os associados terão o direito de apresentar recurso contra decisão de sua expulsão, através de Assembleia Geral convocada para este fim, observando-se o que determina o Art. 10º deste estatuto.

## CAPÍTULO VII- DAS ELEIÇÕES

**Art. 26º** - As eleições para a Diretoria dar-se-ão de três em três anos, em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, de conformidade com o art. 7º deste estatuto.

**Art. 27º** - Os candidatos a Diretoria da associação deverão oficializar a composição da chapa ao atual Presidente da associação até quinze dias antes da eleição, o qual dará ciência aos demais associados através de edital.

**Parágrafo Único** - Terá direito a votar e ser votado os associados que até 15 dias antes da eleição estejam em dia com o pagamento de suas mensalidades.

**Art. 28º** - Será permitida uma recondução dos membros da Diretoria.

## CAPÍTULO VIII - DO PATRIMONIO

**Art. 29º** - O patrimônio da ABVC será constituído de bens móveis e imóveis que forem doados pelos poderes públicos, entidades privadas ou pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda adquirido com seus próprios recursos.

**Art. 30º** - A receita de ABVC será constituída pelas mensalidades dos sócios subvenções ou qualquer auxílio público ou de particulares, bem como renda de promoções e campanhas feitas em favor da associação.

**Parágrafo Único** - A Associação aplicará sua rendas, recursos e eventual resultado financeiro, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos.



Handwritten signatures and initials.



- Art. 31º** - A ABVC só poderá ser dissolvida juridicamente ou por motivo de dificuldades considerada insuperáveis por requerimento de 2/3 da totalidade dos seus sócios.
- Art. 32º** - Em caso de dissolução da ABVC, os bens que integram seu patrimônio serão incorporados ao patrimônio de qualquer entidade que tenha finalidades congêneres a que dissolveu no município de Apuiarés, estado do Ceará.
- Art. 33º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria da ABVC com os parecer do Conselho Fiscal.
- Art. 34º** - O presente estatuto entrará em vigor na data da aprovação em Assembleia Geral.

Apuiarés, 13 de Dezembro de 2015.

*Maria Augusta Freitas Diniz*  
Maria Augusta Freitas Diniz  
Presidente

*Joana Dárc Nojosa dos Santos*  
Joana Dárc Nojosa dos Santos  
Vice Presidente

*Marcos Aurélio Almeida de Sá*  
Marcos Aurélio Almeida de Sá  
Primeiro Secretário

*Gilmara Alves Vieira*  
Gilmara Alves Vieira  
Segunda Secretária

*Raimundo Nonato da Silva Nunes*  
Raimundo Nonato da Silva Nunes  
Primeiro Tesoureiro

*Raimundo Nonato Patrício*  
Raimundo Nonato Patrício  
Segundo Tesoureiro



REGISTRAR  
Reg. de Títulos, Dep. Civil e  
de Pessoas Jurídicas  
Nº AG 366965



Cartório João Paraíba  
Ofício de Notas e Registros de Apuiarés-CE  
Praça Alcides Paranhos, S/N - Centro  
CEP 62.690-000 Fone/fax: (85) 3356-1136

Protocolizado sob o nº 32.529  
Registrado no Livro A-03 Sob o nº 113  
Matrícula nº                       
Apuiarés, Ce 15 de Dezembro de 2016

*[Signature]*  
☒ João Gomes da Silva Filho-TABELIÃO  
☐ Cristiane Almeida Matos-Esc. Substituta  
Válido somente com selo de Autenticidade



**ANEXO 2**

**ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EM EXERCÍCIO**

**E**

**CERTIDÃO DE REGISTRO NO CARTÓRIO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**





Rua Francisco Bernardo Sobrinho, 75 - Centro  
Apuiarés - Ceará - CEP 62630-000  
Fone: (85) 3356.1196 - CNPJ: 05.695.357/0001-55

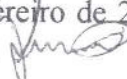
Tabellião:  
Dr. JOÃO GOMES DA SILVA FILHO

Escreventes Substitutos:  
ALEXANDRE DA SILVA NOBRE  
CRISTIANE ALMEIDA MATOS  
LEVI AYRES DE MOURA E SILVA  
LIA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARIANA FRANCO GOMES DA SILVA  
MARÍLIA FRANCO GOMES DA SILVA

Escreventes Autorizados:  
MARIA AUXILIADORA FRANCO GOMES DA SILVA  
SIMONE MARIA DOS SANTOS SOUZA

## CERTIDÃO

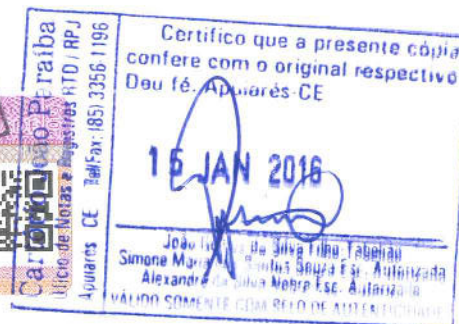
**CERTIFICO**, para os devidos fins, que a **Ata da Assembleia Geral de Eleição da Diretoria da Associação Beneficente do Vale do Curu – ABVC**, datada de **17 de fevereiro de 2015**, foi protocolado sob o nº **11.466**, e, registrado no Livro nº **B-16 – Registro Civil de Pessoa Jurídica**, sob o nº **4.389**, desta Serventia na data de **19 de fevereiro de 2015**. O referido é verdade. Dou fé. Apuiarés–Ceará, 15 de janeiro de 2016.

Eu,  Tabellião, digitei, datei, assino em público e raso do que uso.

Em testemunho da verdade

  
JOÃO GOMES DA SILVA FILHO  
TABELIÃO

CARTÓRIO JOÃO PARAÍBA  
Apuiarés - CE  
Dr. João Gomes da Silva Filho





ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DA DE-20  
DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DO VALE  
DO CURU - ABVE. Aos dezessete dias do mês  
de fevereiro do ano de dois mil e quinze,  
às 17:00 horas na Sede da Associação, situa-  
da à Rua 25 de Janeiro s/n. Apurais 1º E,  
reuniram-se os sócios da Associação Bene-  
ficiente do Vale do Curu-ABVE. A senhora  
Iara Luci Fonseca Mota presidente da As-  
sembleia, convocou a Senhora Joana Dore  
Nossa dos Santos para secretariar a reu-  
nião, a qual fez a leitura do Edital de  
convocação para eleição o qual já havia si-  
do anteriormente afixado em locais públi-  
cos. Em seguida houve a apresentação dos  
candidatos para formação da nova Dire-  
toria da ABVE, bem como do Conselho Fis-  
cal. Feito isto foi iniciado a votação que  
ocorreu sob forma de aclamação, sendo  
eleito os seguintes membros: PRESIDENTE  
MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ CPF Nº 260.392.  
223-87; VICE-PRESIDENTE JOANA DORE NOSSA  
DOS SANTOS CPF Nº 477.845.633-53; PRIMEIRO  
SECRETARIO MARCOS AURÉLIO ALMEIDA DE  
SILVA CPF Nº 819.702.003-59; SEGUNDO SECRETARIO  
GILMARA ALVES VIEIRA CPF Nº 051.112.383-  
PRIMEIRO TESOUREIRO RAIMUNDO NONATO  
SILVA NUNES CPF Nº 921.226.203-15; SEGUNDO  
TESOUREIRO RAIMUNDO NONATO PATR-  
ÍCIO CPF Nº 009.222.673-67. PARA O CONSELHO  
FISCAL: IARA LUCI FONSECA MOTA  
CPF Nº 454.738.623-49; LUIZ JOSÉ BARBOSA  
GOIS CPF Nº 022.699.533-04, ODAIR JOSÉ  
PEREIRA DA SILVA CPF Nº 765.902.243-15.  
PARA SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL: FRAY-  
SCELA EVANEUDA PINTO DE ABOREU CPF Nº 218.

Cartório João Batista  
CNPJ nº 06.908.111/0001-90  
R. 15 de Janeiro, 15 - Apurais - CE  
CEP 61.100-000  
Fone: (85) 3256.1196  
E-mail: cartoriojoao@cartoriojoao.com.br

15 JAN 2016

João Batista  
Simone Maria dos Santos Souza  
Alexandre da Silva Nobre Esc. A. 14/12/10



Nº GT 556718



442. 243 - 68; SANDRA MARIA ALVES FERREIRA  
CPF N° 256. 618. 598-05 e JORDANIA VASCON-  
CELOS DAMASCENO CPF N° 808. 114. 263-00. A  
Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal  
deu-se após proclamado o resultado fi-  
nal, isto é, nesta mesma Assembleia Ge-  
ral, para cumprir mandato de três anos  
de 17 de fevereiro de 2015 a 16 de fevereiro  
de 2018. E por não haver mais nada a  
ser tratado, deu-se por encerrado a  
assembléia e eu Joana Dore Dobra dos San-  
tos que secretariei esta reunião, lavro a  
presente ata a qual depois de lida e apro-  
vada, vai assinada por mim, pelo Sr. Se-  
nhora Presidente da Assembleia e pelos so-  
cios que o desejarem.

forma Dire. No. 102 das Senten.

— *maior e maior e maior e maior*

Dr. Renato da S. Nunes

Mané Elmirco / Mr. Rodriguez

maria fonete ulsa da silva

Fco Rista m Barbas

Wm. Weston Gower P. 1/1/30

~~Villalón~~ on B.A.B. O.S.A. J.A. G.S.

Mare Marene des S. Barbora

Almaro-Ghescheva  
Man. Jose Maria de. S. No

Dear Mrs. Perkins, at 5/10/2


**Cartão de Pagamento**  
 Unidade de Pagamento: 1000 / R\$ 1,00  
 Apurados em: 18/01/2016



Inessa Flávia Felinto Junior  
Maurício Aparecido Felinto Bezerra  
Sandra Maria Alves Ferreira  
Francisco Francisco Fátima de Almeida  
Clintia Maria Felinto Ribeiro  
Jordão de Vasconcelos Damasceno

VALIDO SOMENTE COM  
SELO DE AUTENTICIDADE  
PROVIDENTE Nº 08 / 97  
NBR  
REGISTRAL  
Registro de Títulos, Documentos  
Civil e de Pessoas Jurídicas  
Nº AG 126.359

Protestado sob o nº 11.466  
Registrado no Livro 12-16 de 4339  
Matrícula nº  
Aplicação, Cº 19 de 11.466  
João Gomes da Silva Filho TABELIAO  
Cristiane Almeida Moraes-Esc. Substituta  
Válido somente com selo de Autenticidade

Certifico que a presente cópia  
confere com o original respectivo  
Deu fé, Apurais-CE  
15 JAN 2012  
João da Silva Filho Tabelião  
Simples M. de L. e C. - Tabelião  
Alexandre de Souza Filho Esc. Autenticação  
LUIZ JOSÉ SILVA DE ALMEIDA

Registro de Títulos, Documentos  
Civil e de Pessoas Jurídicas  
Cristiane Almeida Moraes-Esc. Substituta  
Apurais-CE

Outros (origem externa) Responde a ofício 39270/2015/SEI-MC (0933097)

SEI 53000.028227/2012.45 / pg. 248

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA APROVANDO A 2ª ALTERAÇÃO  
DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CORU-ABUC.  
Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, reuniram-se a Assembleia Geral da Associação Beneficente do Vale do Coru-ABUC, para aprovar a alteração do Estatuto Social da Associação Beneficente do Vale do Coru-ABUC, bem como discriminar as modificações ocorridas.  
A presidente da entidade convocou o primeiro Secretário Marcos Aurélio Almeida de Sá para secretariar os trabalhos, em seguida verificou-se a presença de dois terços dos associados e da Diretoria, composta dos membros a seguir discriminados: Maria Augusta Freitas Diniz, Presidente, radiologista, casada brasileira, RG: 1740071-89 SSP-CE, CPF: 260.392.223-84 residente na Rua Antônio Teixeira Barros, Nº 153, Centro, Apurais-CE, CEP: 62.230-000; Jôana Jane Nepesa dos Santos, Vice-Presidente, professora, casada brasileira, RG: 92033039438, SSP-CE, CPF: 477.845.633-53, residente na Rua Euclides Dutra Nº 253, Centro, Apurais-CE, CEP: 62.230-000; Marcos Aurélio Almeida de Sá, Secretário, empresário, solteiro, RG: 1740071-89 SSP-CE, CPF: 260.392.223-84, residente na Rua Antônio Teixeira Barros, Nº 153, Centro, Apurais-CE, CEP: 62.230-000.





Carimbo

Correios	<input type="checkbox"/> AR	<b>SEDEX</b>
	<input type="checkbox"/> MP	
FC0928/38	PESO (kg) 107	
DJ 47890042 2 BR		

DESTINATÁRIO / Recipient		TELEFONE / Phone number	
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			
ENDEREÇO / Address			
PRAÇA XV DE NOVEMBRO, 242 - 1ª ANDAR SALA 107 A 110			
CEP Zip	88010970	CIDADE / City	FLORIANÓPOLIS
UF / State	SC	PAÍS / Country	





REMETENTE / Sender

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO V. CURU

TELEFONE / Phone number

992018463

ENDEREÇO / Address

RUA 25 DE JANEIRO, 409 - CENTRO

CEP / Zip

62630-000

CIDADE / City

APUIARÊ

UF / State

CE

PAÍS / Country



765000636

"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"



DEVOLUÇÃO / Return

(CN15)

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)          | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)                                |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused)        | <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)       |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)    | <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number) |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) | <input type="checkbox"/> Outros (Other)                                     |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent)          |   |

Tentativas de entrega (delivery attempts)

1° \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ 2° \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ 3° \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

- |  |
|--|
| <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico<br>Information provided for doorman or condo manager |
| <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em ___/___/___<br>Reinstated to service post                        |

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Responsável: \_\_\_\_\_





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC**

**CNPJ:**           **11.822.541/0001-11**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:10:07 do dia 12/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53000.029227/2012 Localidade / UF: APUIARÉS/CE  
Entidade: ASSOCIACAO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

#### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Raimundo Nonato Patrício	009.222.673-67	2º Tesoureiro	17/02/2015 16/02/2018	
Marco Aurélio Almeida de Sá	819.702.003-59	1º Secretário	17/02/2015 16/02/2018	
Raimundo Nonato da Silva Nunes	921.226.203-15	1º Tesoureiro	17/02/2015 16/02/2018	
Maria Augusta Freitas Diniz	260.392.223-87	Presidente	17/02/2015 16/02/2018	
Gilmária Alves Vieira	051.112.383-36	2º Secretário	17/02/2015 16/02/2018	
Joana Darc Nojosa	477.845.633-53	Vice-Presidente	17/02/2015 16/02/2018	

#### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

##### CONSTATAÇÕES:

A) PROCESSO DIGITALIZADO E CADASTRADO NO SEI.

B) PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

1. Requerimento de Renovação: fls. 03, evento SEI 0074665;

2. CNPJ válido e atual: fls. 23, evento SEI 0576734;

3. Estatuto Social: fls. 03 a 10 (evento SEI 0933097) e alteração estatutária fls. 08 a 10

Possui certidão cartorária de comprovação de registro em Pessoas Jurídicas.

Atende às exigências do art. 40, da Portaria nº 4334/2015;

4. Ata de eleição da diretoria em exercício: fls 12 a 15 do evento SEI 0933097.

Possui certidão cartorária de comprovação de registro em Pessoas Jurídicas.

5. Certidão negativa de débitos de receitas da ANATEL: evento SEI 0963496;

6. RG e CPF dos dirigentes: fls. 32 do evento SEI 0576630, fls. 02, 05, 08, 09, 10, 12 e 14 do evento SEI 0576734;

7. Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: fls. 20 e 21 do evento SEI 0576734;

8. Declaração de a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização constante da licença de funcionamento da estação: fls. 06 do evento SEI 0074665.

##### C) CONCLUSÃO

Processo instruído. Elaborado o Memorando 442/2016 à Coden solicitando informações sobre a vida pregressa da entidade (se há PAI concluído ou em trâmite instaurado em face da entidade).

Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE: 1786758

Data: 12/02/2016

ARGELIA DINIZ SCHRAMM

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA - DRMC/SC**

Memorando nº 442/2016/SEI-MC

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2016.

À Coordenação de Análise de Denúncias

**Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **APUIARÉS/CE**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 12/02/2016, às 13:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0962595** e o código CRC **D7ADE934**.





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD &gt;&gt;&gt; Consultas &gt;&gt;&gt; Geral | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

UF: CE  
Município: Apuiarés  
Canal: 254  
Fase: 3

Distrito: Apuiarés  
Sub Distrito:  
Local Específico:

## Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
Nome Fantasia:  
Logradouro: RUA 25 DE JANEIRO, S/N - CENTRO  
Telefone: Não Informado  
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 11.822.541/0001-11  
Bairro: CENTRO  
Número: S/N  
Fax: Não Informado

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 11822541000111 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC  
Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 62630000 Logradouro: RUA 25 DE JANEIRO, S/N - CENTRO  
Número: S/N Complemento: Bairro: CENTRO Estado: CE  
Município: Apuiarés Distrito: Apuiarés SubDistrito:  
Telefone: Fax:

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 62630000 Logradouro: RUA 25 DE JANEIRO, S/N - CENTRO  
Número: s/n Complemento: Bairro: CENTRO Estado: CE  
Município: Apuiarés Distrito: SubDistrito:  
Telefone: [ ] [ ] Fax: [ ] [ ] E-mail: [ ]

## Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 01/07/2002 Data Limite Instalação: [ ]  
Número do Processo: 536500021131998 ◀ Fistel: 50011363266  
Caixa: [ ] Sequência: [ ]

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	746		Portaria	MC	12/12/2000	26/12/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	19183		ATO	SCM	27/09/2001	01/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	180		Decreto Legislativo	CN	28/06/2002	01/07/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	29720		ATO	SCM	01/10/2002	02/10/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

## Característica da Estação Instalada

## Dados do Licenciamento

## Dados da Estação



**Entidade:** ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC - CNPJ/CPF  
(11.822.541/0001-11)  
**Município/UF:** APUIARÉS/CE  
**Indicativo:** ZYC443

**Situação:** [Entidade não possui débitos](#)

**Canal:** 254

**Dia Início**

**Dia Fim**

**Hora Início**

**Hora Fim**

**X**

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

22:00 ▼

✗



Tela Inicial



Imprimir



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

## DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina - DRMC/SC

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU ABVC.**

Em atenção ao Memorando nº 442/2016/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.011477/2014	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise da defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei 9.612/98.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 15/02/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0966667** e o código CRC **847F1906**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor**





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



**NOTA TÉCNICA Nº 2844/2016/SEI-MC**

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da **Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de APUIARÉS/CE, por meio da Portaria nº **746**, publicada no DOU de 26/12/2000, e Decreto Legislativo nº **180**, publicado no DOU de 01/07/2002.

**ANÁLISE**

---

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 01/07/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 23/05/2012, fls. 03, evento SEI (0074665), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e Portaria nº 4334/2015.

REQUERENTE
<b>ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC</b>

QUADRO DIRETIVO	
<p>Presidente: MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ</p> <p>Vice Presidente: JOANA DARC NOJOSA</p> <p>1º Secretário: MARCO AURÉLIO ALMEIDA DE SÁ</p> <p>2º Secretário: GILMÁRIA ALVES VIEIRA</p> <p>1º Tesoureiro: RAIMUNDO NONATO DA SILVA NUNES</p> <p>2º Tesoureiro: RAIMUNDO NONATO PATRÍCIO</p>	

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Portaria 4334/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, à Portaria nº 4334/2015.	Ok, fls. 03 a 10 do evento SEI (0933097)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 12 a 15 do evento SEI (0933097)



3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 32 do evento SEI (0576630), 02, 05, 08, 09, 10, 12 e 14 do evento SEI (0576734)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fls. 06 do evento SEI (0074665)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0963496)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fls. 23 do evento SEI (0576734)
	Último relatório do Conselho Comunitário,	Ok, fls. 20 e 21

7.	constituído nos moldes da Portaria 4334/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	OK, ns. 20 e 21 do evento SEI (0576734)
----	---	---

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0966667), processo anexado 53900.011477/2014.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, evento SEI (0968300).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Tec Administrativo**, em 16/02/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 16/02/2016, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 24/02/2016, às 12:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 03/03/2016, às 11:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0968401** e o código CRC **9811EA62**.

---

## Minutas e Anexos

MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**  
**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.029227/2012-45**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **01/07/2012**, a autorização outorgada à **Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/ CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO  
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

**PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC**  
**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029227/2012-45 e nº 53650.002113/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01/07/2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Entidade: **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.029227/2012-45 (ver documento 0968401), no qual a **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apuiarés / CE**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/03/2016, às 15:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1005224** e o código CRC **8C62964B**.

## Minutas e Anexos

MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**

**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.029227/2012-45**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **01 de julho de 2012**, a autorização outorgada à **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **APUIARÉS/ CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029227/2012-45 e nº 53650.002113/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



## PORTARIA Nº 1004/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029227/2012-45 e nº 53650.002113/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRE FIGUEIREDO**

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/05/2016, às 19:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019105** e o código CRC **252CF5D9**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.029227/2012-45, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/ CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRE FIGUEIREDO**

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/05/2016, às 19:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019112** e o código CRC **B7BD69AC**.





001-9

00198.41808 50000.000005 03930.870211 9 68110000021259

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>		Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>		Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000003930870</b>
Número do documento <b>4</b>	CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>	Vencimento <b>31/05/2016</b>			Valor documento <b>212,59</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado <b>Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC</b> <b>Rua 25 de Janeiro, 409, Centro</b> <b>Apuiarés, CE - CEP: 62.630-000</b>						

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.  
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3930870 enviado em 11/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03930.870211 9 68110000021259

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>					Vencimento <b>31/05/2016</b>	
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>					Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>	
Data do documento <b>11/05/2016</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>11/05/2016</b>	Nosso número <b>00000000003930870</b>	
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>212,59</b>	(=) Valor documento <b>212,59</b>	
Instruções  <b>Após vencimento, este boleto perde a validade.</b>  .   <b>Referente a publicação do ofício 3930870 enviado em 11/05/2016</b>					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros acréscimos	
					(=) Valor cobrado	
Sacado <b>Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC</b> <b>Rua 25 de Janeiro, 409, Centro</b> <b>Apuiarés, CE - CEP: 62.630-000</b>						
					Cód. baixa	

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 11/05/2016 16:13:08**Origem:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**Operador:** VITOR TORRES DA SILVA**Ofício:** 3930870**Data prevista de publicação:** 12/05/2016**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
8985877	530000292272012 Nº 1004.rtf	9ddaaed7c48fc379 f8bf522e8fb7c212	7,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 212,59</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>7,00</b>	<b>R\$ 212,59</b>





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R

CEP: 70044-900 Brasília-DF

Fone: (61) 2027 6000

Ofício nº 17346/2016/SEI-MCTIC

À Senhora

**MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ**

Representante Legal da Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC

Rua 25 de Janeiro, 409 - Centro

62.630-000 / Apuiarés - CE

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.029227/2012-45.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 1004, de 10 de maio de 2016.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/05/2016, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1134911** e o código CRC **1937ADD1**.





## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17346/2016/SEI- MCTIC, de 16/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53000.029227/2012-45

MARIA AUGUSTA FREITAS DINIZ

Associação Beneficente do Vale do Curu ABVC

Rua 25 de Janeiro, 409 - Centro

62.630-000

Apuiarés - CE

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENV.

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

FERNANDO

8180252

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

JO 39168083 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA MINICOM**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>	<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>	<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

<b>DEVOLUÇÃO RETOUR</b>	NC	<b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b>		
	EN	<b>Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica</b>		
		<b>Departamento de Outorga de Serviços</b>		
	CI	<b>Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 70044-900 Brasília-DF</b>		
		UF	<b>BRASIL</b>	

--	--	--	--	--	--	--	--





Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 916, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046474/2012-14 e nº 53710.000443/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Lourenço/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.004, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029227/2012-45 e nº 53650.002113/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.007, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031939/2012-24 e nº 53650.002486/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANA ROBERTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Missão Velha/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.011, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058112/2011-87 e nº 53760.000455/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de dezembro de 2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO do Município de Elesbão Veloso, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Elesbão Veloso/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.012, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.039597/2011-18 e nº 53640.001409/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA FM CIDADE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Formosa do Rio Preto/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.028, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.017162/2015-94, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada ao GRUPO MUTIRÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Luís Gomes/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.031, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.026664/2015-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RADIOCOMUNICAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Pedro do Butiá/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.042, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.036160/2014-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de fevereiro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SFERÁ EDUCADORA DE Bady Bassitt, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bady Bassitt/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.139, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065289/2012-11 e nº 53780.000321/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO JOSÉ RIBAMARLUNGUINHO DE DESENVOLVIMENTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Francisco do Oeste/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.144, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047027/2012-74 e nº 53670.000544/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2012, a autorização outorgada à CONSTELAÇÃO ASSOCIAÇÃO CULTURAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Chapadão do Céu / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.359, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056150/2012-86 e nº 53770.000548/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MÃO AMIGA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Italva / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.456, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000899/1998 e nº 53000.058471/2011-34, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de outubro de 2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guaratuba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.462, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007052/2013-04 e nº 53610.000380/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DIÓGENES ALMEIDA CELESTINO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Miguel dos Campos/AL.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU (A B V C)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1195512** e o código CRC **0621A1B5**.

## **Minutas e Anexos**

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.029227/2012-45, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à **Associação Beneficente do Vale do Curu (A B V C)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/ CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.029227/2012-45**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 2844/2016/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244979** e o código CRC **5ADE2CDD**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.029227/2012-45, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu (A B V C), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Entidade: **Associação Beneficente do Vale do Curu**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/03/2017, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1735338** e o código CRC **C094331D**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.029227/2012-45

SEI nº 1735338

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Entidade: **Associação Beneficente do Vale do Curu**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 17/03/2017, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1735342** e o código CRC **9D427BE8**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.029227/2012-45

SEI nº 1735342



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.029227/2012-45**

Entidade: **Associação Beneficente do Vale do Curu**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 2844/2016 (Evento SEI 0968401) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0968300), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 20/03/2017, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1735345** e o código CRC **5A4CFCBF**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.029227/2012-45, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **01 de julho de 2012**, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/ CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para

conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO ASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.029227/2012-45

SEI nº 1735345



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.029227/2012-45, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/ CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 22:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1747362** e o código CRC **EE27E179**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1881643** e o código CRC **C9C0038E**.



Brasília, 25 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.029227/2012-45, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de APUIARÉS/ CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
CEP: 70067-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2033-7444

Presidência da República	
CODOC/PROTOCOLO	
10 AGO 2017	
Horas:	12:05
Func:	<i>Eneide</i>

*Eneide Rodrigues de Alcantara*

Ofício nº 33549/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
451/2017	53000.057706/2012-51	Associação Comunitária de Amparo aos Artistas de Cajazeiras
452/2017	53000.015189/2014-13	Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto
453/2017	53000.056618/2011-51	Associação Comunitária Rádio Clube FM A Voz de Nazaré
454/2017	53000.024130/2012-46	Associação de Rádio Comunitária de Vitória do Jari
455/2017	53000.052576/2012-61	Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Metrópole
456/2017	53000.055772/2011-14	Associação Cultural Comunitária Cerqueirense
457/2017	53900.029947/2015-18	Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo
458/2017	53000.053259/2013-42	Associação Cultural Comunitária Serrana
459/2017	53000.045180/2012-67	Associação Cultural de Lençóis Paulista
460/2017	53000.054945/2011-79	Sociedade Amigos de Guapiara
461/2017	53000.020068/2012-13	Associação Comunitária Para Progresso da Cidadania
462/2017	53000.056644/2011-80	Associação Comunitária Baturiteense de Comunicação e Cultura
463/2017	53000.029227/2012-45	Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC



464/2017	53900.017294/2015-16	Rádio Comunitária Nativa FM
465/2017	53000.036058/2011-19	Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama
466/2017	53000.028019/2012-29	Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário
467/2017	53000.067718/2013-75	Fundação Educativa e Cultural de Inhumas
468/2017	53000.059357/2013-93	Associação Pontalinense de Sistema de Radiodifusão Comunitária
469/2017	53000.070233/2013-69	Associação Comunitária Cultural
470/2017	53000.015611/2013-41	Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança
471/2017	53000.046516/2011-28	Associação Comunitária Oliveirense de Radiodifusão
472/2017	53000.071598/2013-19	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural
473/2017	53000.047754/2013-12	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês
474/2017	53000.056640/2013-63	Associação Comunitária Nova Era de Radiodifusão
475/2017	53000.041590/2013-10	Associação Comunitária Solidariedade
476/2017	53000.007693/2008-93	Associação dos Moradores de Santo Antônio Rio Verde
477/2017	53000.054603/2012-30	Associação Mutunopolitana de Radiodifusão Comunitária de Mutunópolis/Goiás
478/2017	53000.030353/2009-47	Associação Cultural Rádio Comunitária de Itamaraty - ACRCI
479/2017	53000.023661/2010-50	Associação Rádio Cultura de Goiás
480/2017	53000.034867/2008-91	Associação de Rádio Comunitária Voz Ativa FM
481/2017	53830.000310/2001-15	Movimento Gentileza Gera Gentileza (movimento GGG)
482/2017	53000.045172/2012-11	Associação Comunitária de Comunicação de Porto Estrela
483/2017	53000.048669/2012-91	Associação Radiodifusão do Polvilho (ADIPO)
484/2017	53000.055599/2007-60	Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu (Canto das Artes)
485/2017	53000.000127/2013-50	Associação Cultural e Educativa Sabuiense - ACESA (São João FM)
486/2017	53900.016802/2015-49	Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa
487/2017	53900.008958/2014-75	Associação Comunitária Cultural De Radiodifusão
488/2017	53000.065174/2012-26	Associação Comunitária Caxambuense De Radiodifusão
489/2017	53000.047886/2011-82	Associação Pró Cidadania



490/2017	53900.006386/2014-90	Associação Comunitária de Radiodifusão Alto do Rio Grande
491/2017	53000.007049/2014-63	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã
492/2017	53000.028002/2011-91	Instituto Tauá de Comunicação Comunitária
493/2017	53000.025272/2013-10	Associação Cultural Comunitária de Araújo
494/2017	53000.065566/2013-76	Associação Cultural e Comunitária
495/2017	53000.058124/2011-10	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI
496/2017	53000.041601/2013-61	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado para Desenvolvimento Artístico e Cultural
497/2017	53000.065118/2013-72	Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar - ASSRISL
498/2017	53900.005813/2014-12	Associação Pirapamenha de Promoção Social - APROS
499/2017	53000.026978/2013-91	Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares
500/2017	53900.001010/2014-99	Associação de Difusão Comunitária Cultural

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 28/07/2017, às 17:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias.MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2083271 e o código CRC CF7FE171.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33549/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2083271



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.029227/2012-45**  
**Referência: Ofício nº 33549/2017/SEI-MCTIC.**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 33459/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/08/2017, às 14:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2123226** e o código CRC **2397C164**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.029227/2012-45

SEI nº 2123226

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC



53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC  
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)  
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)  
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)  
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)  
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)  
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)  
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)  
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)  
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)  
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)  
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)  
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)  
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)  
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)  
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)  
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)  
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)  
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)  
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)  
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)  
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)  
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)  
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)  
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)  
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)  
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)  
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)  
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)  
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)  
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)  
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)  
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)  
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)  
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)  
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)  
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)  
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)  
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)  
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)  
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)  
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)  
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)  
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)  
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)  
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)  
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)  
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)  
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)  
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)  
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)



53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018



53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018



53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC



53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)



53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
<b>53000.058097/2011-77</b>	<b>Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)</b>
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)



53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)



53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
<b>53000.029227/2012-45</b>	<b>Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)</b>
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)



53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
**53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)**  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)



53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
 53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
 53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
 53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
 53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
 53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
 53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
 53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
 53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
 53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
 53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
 53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
 53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
 53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
 53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
 53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
 53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
 53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
 53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
 53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
 53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
 53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
 53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
 53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
 53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
 53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
 53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
 53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
 53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
 53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
 53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
 53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
 53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
 53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
 53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
 53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
 53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
 53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
 53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
 53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
 53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
 53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
 53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
 53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
 53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
 53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
 53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
 53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
 53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
 53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
 53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
 53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)



53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)



53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)



53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
**53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)**  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)



Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.029227/2012-45.**

Entidade: **Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/09/2019, às 15:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 30/09/2019, às 08:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4391098** e o código CRC **BD0EF21E**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,



1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.029227/2012-45, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, inscrita no CNPJ nº 11.822.514/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 01 de Julho de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Apuiarés, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2844/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1004, de 10 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2016.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

Referência: Processo nº 53000.029227/2012-45

SEI nº 4391098

Brasília, 23 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.029227/2012-45, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, inscrita no CNPJ nº 11.822.514/0001-11, explore pelo prazo de dez anos a partir de 01 de Julho de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Apuiarés, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2844/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1004, de 10 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40723/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.029227/2012-45.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/10/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4772592** e o código CRC **57E99DFA**.